



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

MENSAGEM PRESIDENCIAL

Brasília
2003

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidência da República

José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

José Dirceu de Oliveira e Silva

Ministro de Estado da Justiça

Márcio Thomaz Bastos

Ministro de Estado da Defesa

José Viegas Filho

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado da Fazenda

Antônio Palocci Filho

Ministro de Estado dos Transportes

Anderson Aauto Pereira

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

João Roberto Rodrigues

Ministro de Estado da Educação

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Ministro de Estado da Cultura

Gilberto Passos Gil Moreira

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Jaques Wagner

Ministro de Estado da Previdência Social

Ricardo José Ribeiro Berzoini

Ministro de Estado da Assistência Social

Benedita Souza da Silva Sampaio

Ministro de Estado da Saúde

Humberto Sérgio Costa Lima

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Luiz Fernando Furlan

Ministra de Estado de Minas e Energia

Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Guido Mantega

Ministro de Estado das Comunicações

Miro Teixeira

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Roberto Átila Amaral Vieira

Ministra de Estado do Meio Ambiente

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Ministro de Estado do Esporte

Agnelo Santos Queiroz Filho

Ministro de Estado do Turismo

Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto

Ministro de Estado da Integração Nacional

Ciro Ferreira Gomes

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Miguel Soldatelli Rossetto

Ministro de Estado das Cidades

Olívio de Oliveira Dutra

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Luiz Soares Dulci

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Jorge Armando Felix

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica

Luiz Gushiken

Advogado-Geral da União

Álvaro Augusto Ribeiro Costa

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

Francisco Waldir Pires de Souza

Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

José Francisco Graziano da Silva

Secretário Especial dos Direitos Humanos

Nilmário de Miranda

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres

Emília Therezinha Xavier Fernandes

Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca

José Fritsch

Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Tarso Fernandes Herz Genro

Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Matilde Ribeiro



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS**

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

MENSAGEM PRESIDENCIAL

Brasília
2003

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K – 3º andar
FONE: (61) 224.1441
www.planobrasil.gov.br
www.planejamento.gov.br
CEP: 70.040-906 – Brasília – DF

© 2003, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica: DIBIB/CODIN/CGDI/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de
Planejamento e Investimentos Estratégicos.
Plano plurianual 2004-2007 : mensagem presidencial / Ministério do
Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e
Investimentos Estratégicos. - Brasília : MP, 2003.

182 p. il. color.

1. Plano de desenvolvimento – Brasil I. Título

CDU – 338.26(81)

Mensagem do Presidente da República

O Plano Plurianual 2004-2007 é um instrumento fundamental para a construção de um Brasil melhor.

As intensas discussões com os Governos das 27 unidades da Federação e com prefeitos e associações municipalistas, além da inédita participação da sociedade civil organizada nos debates das diretrizes e prioridades do PPA, demonstraram, mais uma vez, que o povo brasileiro quer mudanças profundas e sustentadas.

Nesses primeiros meses de governo, nós recuperamos a estabilidade e a credibilidade interna e externa do nosso país. Recuperamos as condições econômicas para fazer o Brasil voltar a crescer. Fizemos sacrifícios, mas estou certo de que eles nos garantiram um chão firme para construir a retomada do crescimento, com geração de emprego, distribuição de renda e inclusão social.

Que tipo de crescimento queremos?

Crescimento só para alguns setores, que ao longo do tempo sempre tiveram oportunidades, ou crescimento para toda a sociedade, em especial para a grande maioria da população brasileira?

Quais são então as políticas industriais, científicas e tecnológicas que devemos incentivar para esse modelo de desenvolvimento?

Quais são as obras de infra-estrutura, as estradas, usinas e os portos prioritários?

Quais são as metas sociais, de combate à fome, ao analfabetismo e à mortalidade infantil que vamos buscar nos próximos anos?

Quais são as metas de educação e cultura do nosso país?

A essência deste Plano Plurianual é fazer da justiça social a nova alavanca do desenvolvimento.

Onde alguns vêem uma contradição entre o potencial do nosso País e a sua capacidade de realização, nosso governo enxerga um espaço efetivo de planejamento democrático.

Nós acreditamos que qualquer estratégia de desenvolvimento soberano no século XXI só sairá do papel se contar com a participação da vontade nacional.

O setor público pode e vai induzir a retomada do crescimento econômico. Mas a iniciativa privada tem um papel insubstituível.

A força-motriz desse processo deve ser a dinâmica das parcerias Estado-Sociedade, público-privado, governamental e não-governamental.

Esse é o caminho que está fazendo brotar o Brasil que pulsa dentro de nós.

A participação democrática é essencial para que nós mesmos sejamos capazes de construir o presente e o futuro da nossa Nação.

27 Fóruns de Participação Social do PPA foram realizados em todo o território nacional – nos 26 Estados e no Distrito Federal – para que o governo pudesse ouvir a sociedade organizada sobre os rumos estratégicos do nosso planejamento.

Fizemos uma “escuta forte” – muito forte – para usar a expressão consagrada pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos.

É preciso ressaltar que nada menos de 2.170 organizações participaram dos debates em todo o Brasil.

Centrais sindicais, associações e federações empresariais, organizações não-governamentais, movimentos populares, instituições religiosas e científicas – ou seja, um forte elenco de entidades fortemente representativas da sociedade civil brasileira avaliou o PPA e formulou sugestões e propostas.

Ao incorporar a voz da cidadania na formulação estratégica do futuro, o PPA tanto se afasta do autoritarismo estatal dos anos 70 como supera, na prática, a mais grave exclusão feita na década passada: a exclusão das prioridades nacionais.

Além dos Fóruns de Participação Social, um intenso processo de debates se deu em torno das prioridades sociais, econômicas e políticas do PPA.

Esse processo envolveu o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Conferências Temáticas, as mais diversas instâncias dos governos estaduais e municipais, além de iniciativas autônomas de vários setores sociais.

Agora, a nossa proposta, muito enriquecida, é encaminhada ao Congresso Nacional, fórum por excelência de representação do nosso povo, que tem o poder constitucional de debater, aperfeiçoar e decidir soberanamente.

Estamos convencidos de que vencer os desafios brasileiros passa exatamente pela construção de um novo caminho: habilitar a sociedade para manejar seu potencial econômico, social e cultural de forma cada vez mais racional e solidária.

Tornar a cidadania, em todos os níveis, um bem comum.

Essa é a verdadeira questão inscrita no PPA 2004-2007: a escolha do futuro – o Brasil que a sociedade deseja construir no século XXI a partir dos recursos disponíveis e dos investimentos que vamos viabilizar em projetos articulados nacional e internacionalmente.

Desenvolvimento com justiça social para nós é isto: parcerias criativas e transformadoras, a partir da construção de amplos consensos sociais, um após o outro. Cada um deles pacientemente conquistado

É assim que estamos construindo o Brasil dos nossos sonhos.

Brasília, 28 de agosto de 2003

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, sweeping loop at the top and the name 'Lula' written in a cursive style below it.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

SUMÁRIO

A estratégia de longo prazo, o cenário para 2004-2007 e o modelo de planejamento

A estratégia de desenvolvimento de longo prazo	13
O cenário de crescimento	20
O modelo de planejamento	29

Os grandes números e uma seleção de metas prioritárias

O Plano em grandes números	39
Uma seleção de metas prioritárias	46

Megaobjetivos, desafios, programas e ações

A organização do Plano	55
Megaobjetivo I – Dimensão Social	59
Megaobjetivo II – Dimensões Econômica, Regional e Ambiental	96
Megaobjetivo III – Dimensão Democrática	155

Anexo

Ações com Recursos não Orçamentários	
--------------------------------------	--



**A ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO, O
CENÁRIO PARA 2004-2007 E O
MODELO DE PLANEJAMENTO**

I. A Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o Governo com o compromisso de mudar o País e melhorar a vida dos brasileiros. Sua eleição foi a da esperança de que um novo Brasil é possível. Desde o primeiro dia de mandato o novo Governo se propôs a enfrentar o desafio histórico de eliminar a fome e a miséria que envergonham a Nação e atingem milhões de irmãs e irmãos. Construir uma sociedade dinâmica e moderna, tirar o País da letargia, gerar empregos e riquezas e estabelecer justiça social são objetivos que só serão alcançados com um crescimento firme e duradouro. Promover um desenvolvimento sustentado com equidade social requer grande união de esforços e a mobilização da sociedade brasileira. Cabe ao Estado utilizar todos os instrumentos e recursos disponíveis para dar o impulso indispensável à retomada do desenvolvimento.

Não se faz uma mudança desse porte sem planejamento. O Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 (Plano Brasil de Todos) foi construído para mudar o Brasil. Inaugura um modelo de desenvolvimento de longo prazo, para muito além de 2007, destinado a promover profundas transformações estruturais na sociedade brasileira. É a peça-chave do planejamento social e econômico do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PPA confere racionalidade e eficácia às ações do Governo Federal na direção dessas profundas mudanças.

A estratégia de Governo para os programas do Plano Plurianual 2004-2007 baseia-se fundamentalmente no Programa de Governo apresentado na campanha e pelo qual Lula foi eleito presidente em 2002. Ela estabelece o horizonte para onde vão se dirigir tanto os Orçamentos Anuais quanto o próprio Plano Plurianual. Ela rege a definição dos programas prioritários na área social, dos programas de investimento em infra-estrutura e em setores geradores das divisas necessárias à sustentação do crescimento com estabilidade macroeconômica e de todos os demais programas do Governo.

A estratégia de desenvolvimento norteia a formulação e seleção dos programas que integram o PPA, bem como a avaliação de sua implementação e consistência no correr do tempo. O planejamento econômico e social, expresso no PPA 2004-2007 foi feito com ampla participação tanto da sociedade brasileira quanto das várias esferas de governo. Foram realizados Fóruns da Participação Social em 26 Estados e no Distrito Federal, com a

presença de 4.738 pessoas, representando 2.170 entidades da sociedade civil. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social reuniu-se várias vezes para discutir e fazer sugestões ao PPA.

Todos os secretários de planejamento dos Estados foram ouvidos em três reuniões gerais e cinco regionais. Os Ministérios realizaram diversas reuniões com as entidades de classe, conselhos nacionais e representantes da sociedade civil para definir suas políticas setoriais, assim como por inúmeras vezes representantes de todos os ministérios reuniram-se para formular, definir e detalhar todos os programas que compõem o PPA 2004-2007. O caráter participativo deste PPA é uma fórmula de enriquecimento permanente do planejamento e da gestão das ações do Governo Federal, conferindo-lhes transparência e maior eficácia.

Os problemas fundamentais a serem enfrentados são a concentração social e espacial da renda e da riqueza, a pobreza e a exclusão social, o desrespeito aos direitos fundamentais da cidadania, a degradação ambiental, a baixa criação de emprego e as barreiras para a transformação dos ganhos de produtividade em aumento de rendimentos da grande maioria das famílias trabalhadoras. Programas sociais e de construção da cidadania são absolutamente necessários para gerar as condições de erradicação da pobreza, do analfabetismo, do trabalho precoce, da mortalidade infantil, da discriminação racial, da mulher, e das minorias, para garantir o acesso universal e de qualidade aos serviços de saúde, educação e cultura, e a condições dignas de moradia e transporte. Mas são insuficientes, porque o ataque apropriado à exclusão social e à má distribuição da renda exige também crescimento sustentado, com a geração de riqueza em escala suficiente para elevar o volume de investimentos e a massa salarial do País.

O Brasil possui todos os elementos necessários para o crescimento do PIB a taxas superiores a 4% ao ano: uma força de trabalho ampla, disposta a enfrentar os desafios das novas tecnologias, recursos naturais abundantes e profissionais qualificados em todas as áreas de conhecimento, um dos maiores mercados potenciais do mundo, um empresariado empreendedor e capaz de competir em qualquer mercado, desde que dotado de condições para enfrentar a concorrência, e uma base produtiva ampla, diversificada e competitiva em inúmeros setores. Para o crescimento sustentado se transformar em realidade, falta articular essas forças, que estão dispersas há anos, e orientá-las para um projeto de desenvolvimento.

Para implantar esse projeto de desenvolvimento é preciso que o Estado tenha um papel decisivo, como condutor do desenvolvimento social e regional e como indutor do crescimento econômico. A ausência de um projeto de desenvolvimento resultou na falta de foco dos Planos Plurianuais precedentes. Na esfera social, por exemplo, acumularam-se programas superpostos, com poucos resultados práticos. É preciso uma virada total na forma de planejar. Dadas as características atuais do Estado, da sociedade e do sistema produtivo brasileiros, a atividade de planejamento deve ser compreendida como coordenação e articulação dos interesses públicos e privados no sentido de minorar a pobreza da população, minimizar as desigualdades sociais e regionais, redistribuir renda, reduzir o desemprego, superar a escassez de financiamento, reduzir incertezas e elevar o investimento público e privado.

O PPA 2004-2007 tem por objetivo inaugurar a seguinte estratégia de longo prazo: inclusão social e desconcentração de renda com vigoroso crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos, e por elevação da produtividade; redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão das atividades competitivas que viabilizam o crescimento sustentado; e fortalecimento da cidadania e da democracia.

A estratégia tem sólida base macroeconômica e aderência à realidade do País. Valoriza a estabilidade, bem como políticas adequadas de estímulo à produtividade e à competitividade, pois, na sua ausência, a própria dinâmica de expansão da economia pode criar uma série de desequilíbrios que acabe por reverter essa expansão.

Um regime macroeconômico estável baseia-se em três fundamentos: a) contas externas sólidas, ou seja, um saldo em conta corrente que não imponha restrições excessivas à política monetária nem torne o País vulnerável a mudanças nos fluxos de capitais internacionais; b) consistência fiscal caracterizada por uma trajetória sustentável para a dívida pública; e c) inflação baixa e estável.

A redução da vulnerabilidade externa é condição indispensável para que o desenvolvimento seja sustentável. Isso implica em aumentar as exportações, fortalecer o fluxo de comércio, estimular o turismo e a substituição competitiva das importações. A estratégia requer também a conquista de mercados internacionais, através de uma integração comercial sólida entre os países do Mercosul e os demais vizinhos na região, e a

persistente ampliação da inserção comercial nos grandes mercados mundiais e naqueles mercados ainda pouco atendidos por nossas exportações.

A estabilidade macroeconômica, mais que uma mera condição inicial, é também elemento fundamental de um projeto de desenvolvimento sustentável. Ciclos de crescimento caracterizados por uma política macroeconômica frágil e vulnerável a choques externos inevitavelmente resultam em crises, não apenas inviabilizando a continuidade do desenvolvimento, mas também prejudicando a melhoria da distribuição de renda.

Neste contexto de transição, o planejamento estratégico das ações de Governo nos próximos anos será essencial para compatibilizar os objetivos de alcançar o máximo crescimento possível, ampliar a inclusão social, reduzir o desemprego e as disparidades regionais e fortalecer a cidadania com as restrições decorrentes da necessidade de consolidar a estabilidade macroeconômica no País: manutenção do ajuste do balanço de pagamentos e conseqüente necessidade de harmonizar o ritmo de crescimento da demanda com o da capacidade produtiva doméstica e manutenção de um superávit primário consistente com a necessidade de financiamento público ao longo do tempo.

A baixa taxa de investimento em infra-estrutura nos últimos anos não apenas prejudicou a competitividade da economia nacional, como pode levar ao surgimento de gargalos que inviabilizem um novo ciclo de crescimento. Investimentos expressivos na expansão e recuperação da infra-estrutura são, portanto, condição indispensável para viabilizar um período de crescimento sustentado do País.

Os investimentos deste PPA norteiam-se por ações de grande alcance nos diferentes segmentos da infra-estrutura. No setor de transportes, envolvem a redução do custo de logística, a exploração do potencial de uso multimodal em substituição à matriz predominantemente rodoviária, a abertura de sistemas de integração com a fronteira econômica do território brasileiro e com os países vizinhos, e a melhoria da mobilidade urbana. Em energia, os investimentos devem garantir o abastecimento aproveitando as vantagens competitivas derivadas da geração hidrelétrica na matriz de energia elétrica nacional e alcançar e preservar a auto-suficiência em petróleo. No segmento das telecomunicações é preciso avançar na universalização dos serviços e incentivar a pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos e de *software*. Os investimentos em infra-estrutura de recursos hídricos, em saneamento e em habitação abrem igualmente uma extensa agenda de projetos para o futuro.

No longo prazo, objetiva-se, com o PPA 2004-2007, inaugurar um processo de crescimento pela expansão do mercado de consumo de massa e com base na incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor das empresas modernas. O modelo é viável, já que está inscrito na lógica de operação da economia brasileira: toda vez que ocorre aumento do poder aquisitivo das famílias trabalhadoras, o que se amplia é a demanda por bens e serviços produzidos pela estrutura produtiva moderna da economia (alimentos processados, vestuário e calçados, artigos de higiene e limpeza, produtos farmacêuticos, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, materiais de construção, mobiliário, serviços de supermercados, serviços de transporte, de energia elétrica, de telefonia, de entretenimento).

O crescimento via consumo de massa sustenta-se em grandes ganhos de produtividade, associados ao tamanho do mercado interno; aos ganhos de eficiência por escala derivados da conquista de mercados externos resultantes dos benefícios da escala doméstica; e aos ganhos derivados do processo de aprendizado e de inovação que acompanham os investimentos em expansão da produção de bens de consumo de massa pelos setores modernos.

Com os ganhos de produtividade, gera-se o excedente que pode traduzir-se em maiores rendimentos das famílias trabalhadoras, por meio da redução nos preços dos bens e serviços de consumo de massa, da elevação salarial e da elevação da arrecadação fiscal que pode ser destinada a gastos sociais.

Se os mecanismos de transmissão do aumento de produtividade ao poder aquisitivo das famílias trabalhadoras funcionarem a contento, pode-se estabelecer o seguinte círculo virtuoso: aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras/ ampliação da base de consumo de massa/ investimentos/ aumento da produtividade e da competitividade/ aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras - ou, em resumo, um círculo virtuoso entre rendimentos das famílias trabalhadoras e investimentos. O Brasil é um dos poucos países do mundo que dispõe de condições para crescer por essa estratégia, devido ao tamanho de seu mercado consumidor potencial.

Uma das virtudes do modelo de crescimento por consumo de massa é seu efeito positivo sobre o balanço de pagamentos, devido ao impacto dos ganhos de produtividade sobre a competitividade tanto das exportações quanto da produção para o mercado interno que compete com importações. O balanço de pagamentos poderá beneficiar-se também

pelo fato de que, devido ao peso de alimentos, construção residencial, saúde e escola em seu orçamento familiar, a cesta de consumo das famílias de menor renda é relativamente pouco intensiva em importações. Não menos importante, as oportunidades de especialização produtiva na direção do consumo popular conferirão às empresas no Brasil o promissor caminho da inovação tecnológica dado pela produção em alta escala de bens que conjugam boa qualidade e baixo preço, tendo efeitos positivos sobre as exportações por meio do aproveitamento de oportunidades em importantes mercados internacionais. Nada disso elimina, porém, a necessidade de impulsionar a transformação produtiva por meio de políticas industriais, tecnológicas e de comércio exterior, de cortes horizontal e vertical, que adensem e enobreçam as cadeias produtivas, acelerem o progresso técnico e promovam as atividades portadoras de futuro.

A estratégia baseia-se no reconhecimento de que a transmissão de produtividade a rendimentos do trabalhador dificilmente se verificará sem políticas de emprego, de inclusão social e de redistribuição de renda. A principal razão é que, mesmo em condições de rápido crescimento, tende a haver insuficiente criação de emprego, devido ao fato que os setores modernos são pouco intensivos em mão de obra. Nem mesmo um crescimento muito acelerado da economia garante uma absorção satisfatória do enorme contingente de mão de obra desempregada e subempregada, em particular da menos qualificada. Isso se soma à tendência perversa de expulsão da mão de obra da agricultura e conspira contra a eliminação do desemprego e do subemprego - e, conseqüentemente, contra a elevação salarial. A segmentação do mercado de trabalho, associada a baixos níveis de escolaridade e qualificação, tem implicado elevação de rendimentos apenas para os segmentos de maiores salários. Ou seja, a transmissão de produtividade a rendimentos dos trabalhadores permanece restrita a uma pequena parcela da força de trabalho.

A justificativa da necessidade de políticas de emprego, inclusão social e redistribuição como fortalecedoras da transmissão de produtividade a rendimentos das famílias trabalhadoras vai além do problema de escassez de postos de trabalho e inclui duas outras causas básicas: a) devido ao elevado grau de oligopólios na economia, os ganhos de produtividade não necessariamente se traduzem em queda de preços de bens de consumo popular; e b) a absorção, pelo Estado, de parte do excedente por meio de tributação não tem se traduzido até agora em aumento da quantidade e da qualidade dos gastos sociais essenciais.

O círculo virtuoso entre investimento e consumo, originado no aumento do poder aquisitivo das famílias trabalhadoras, depende da elevação dos salários reais e demais rendimentos diretos e indiretos por elas auferidos. A escassez de postos de trabalho e as demais falhas nos mecanismos de transmissão de aumento da produtividade a rendimentos dos trabalhadores significam, para o funcionamento do referido círculo, a necessidade de que o Governo pratique políticas sociais que compensem essas fragilidades. Por essa razão, as políticas de inclusão social e de redução das desigualdades, que têm como maior objetivo justiça social, são ao mesmo tempo indispensáveis à operação do modelo de consumo de massa.

As políticas sociais viabilizam o consumo popular ao aumentar o poder aquisitivo das famílias e reduzir a pressão da oferta de mão de obra sobre o mercado de trabalho, favorecendo a transmissão dos aumentos de produtividade aos salários. Por exemplo: a) a reforma agrária e o fomento à agricultura familiar retêm mão de obra no campo e criam renda; b) a exigência de frequência escolar para acesso à política de transferência mantém a criança na escola, reduz o trabalho infantil e melhora a renda familiar; c) a universalização da assistência aos idosos viabiliza seu descanso e libera vagas no mercado de trabalho, além de elevar a renda da família; d) o micro-crédito dá suporte ao auto-emprego e a postos de trabalho em microempresas, criando emprego e renda; e) os programas de acesso à moradia, infra-estrutura e serviços sociais, como saneamento, transporte coletivo, educação e saúde são clássicos geradores de postos de trabalho, além de ampliar a renda, ao reduzir gastos como aluguel, remédio e escola; f) os programas de transferência de renda, a elevação do salário mínimo e o seguro-desemprego operam em favor do modelo de consumo de massa, ao ampliar os rendimentos da família pobre e ao disponibilizar recursos para o aumento dos gastos.

As políticas sociais e de emprego representarão um fator de fortalecimento da dinâmica de consumo popular, mas o modelo só poderá adquirir impulso definitivo por meio do efeito do crescimento sobre o mercado de trabalho. É necessário que os salários subam de forma sistemática, o que significa que a expansão da demanda por mão-de-obra deve ser superior à expansão da oferta de trabalho.

Estudos e projeções apontam nessa direção. As mudanças demográficas ocorridas nos últimos vinte anos estarão determinando nos próximos anos uma redução nas taxas de expansão da população economicamente ativa (PEA). Dada essa redução, e a recuperação do crescimento econômico a taxas superiores a 4% ao ano, deverá ocorrer uma significativa inflexão na curva de desocupação, decorrente da crescente absorção da mão-de-obra no mercado de trabalho e da redução do número de desempregados.

As políticas, programas e ações que darão substância a essa estratégia distribuem-se em cinco dimensões: social, econômica, regional, ambiental e democrática. Estas se articulam em torno de três mega-objetivos, que se abrem em 30 desafios, a serem enfrentados por meio de 374 programas, que abarcam aproximadamente 4.300 ações.

II. O Cenário de Crescimento

Introdução

Em linha com o compromisso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de mudar o Brasil e melhorar a vida de todos os brasileiros e brasileiras, o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 tem por objetivos a recuperação do crescimento da economia e a construção de um mercado de consumo de massa em nosso País.

Para ser sustentável, o crescimento deve manter a estabilidade macroeconômica, elevar a taxa de investimento, reduzir a vulnerabilidade externa e aumentar o volume de comércio internacional do País. Para desenvolver o mercado interno, o crescimento deve gerar empregos, aumentar salários e ser acompanhado de programas de transferência direta de renda para os mais pobres, de modo a aumentar o consumo e o bem-estar de todas as famílias brasileiras.

O grande desafio macroeconômico do PPA 2004-2007 é, portanto, conciliar a necessidade de expansão do investimento e das exportações com o compromisso de expansão do consumo. Para tanto, é crucial adotar uma seqüência de ações que, gradualmente, elimine os principais obstáculos ao crescimento continuado da economia.

Devido aos atuais gargalos produtivos existentes na economia brasileira, a recuperação do crescimento econômico requer, de imediato, o aumento do investimento, sobretudo em infra-estrutura. Além disso, dada nossa história recente de vulnerabilidade externa, a sustentação do crescimento depende, fundamentalmente, do crescimento das exportações e da redução da relação entre o passivo externo líquido e o PIB da economia.

Para os próximos dois anos, a estratégia do PPA 2004-2007 é, portanto, de crescimento liderado pela expansão dos investimentos e das exportações. Uma vez elevada a taxa de investimento e reduzida a vulnerabilidade externa da economia, o consumo das famílias poderá então crescer mais aceleradamente e, desta forma, consolidar um mercado de consumo de massa no Brasil.

Cabe ressaltar que, devido à incerteza e complexidade inerentes a projeções sobre economias de mercado, as metas macroeconômicas apresentadas a seguir têm caráter indicativo das intenções do Governo. No planejamento de longo prazo, é mais importante definir a direção, as diretrizes e a seqüência de ações do que estabelecer metas globais quantitativas. As metas apresentadas a seguir são, portanto, flexíveis, devendo ser continuamente revisadas ao longo dos próximos quatro anos para adequar a estratégia de ação à evolução dos acontecimentos e às demandas da sociedade.

A Estratégia de Crescimento

Dada a estimativa de crescimento do PIB entre 1% e 1,5% neste ano, as metas do novo Governo para os próximos anos são de um crescimento de 3,5% em 2004; 4,0% em 2005; 4,5% em 2006; e 5,0% em 2007. A estratégia para atingir estas metas é aumentar a taxa de investimento da economia, manter o crescimento das exportações de bens e serviços acima do crescimento do PIB e promover a recuperação gradual do crescimento do consumo das famílias.

Com o intuito de manter o equilíbrio fiscal e aumentar a poupança interna, o crescimento do consumo do Governo deverá ficar abaixo do crescimento do PIB em 2004-2007. Além disso, para viabilizar o crescimento continuado do investimento e aumentar o grau de abertura e a competitividade da economia, as importações deverão crescer mais do que o PIB nos próximos quatro anos. Como as exportações também crescerão mais do que o PIB, o aumento das importações não deverá comprometer a meta de geração de robustos superávits comerciais e redução da vulnerabilidade externa da economia.

A tabela 1 apresenta as metas de crescimento real do PIB pela ótica da despesa, utilizadas como referência para o cenário macroeconômico de 2004-2007. A tabela 2 apresenta as metas de crescimento pela ótica do produto.

Tabela 1: Metas de crescimento real do PIB, para 2004-2007, segundo a ótica da despesa (taxa % ao ano).

	2004	2005	2006	2007
PIB	3,5	4,0	4,5	5,0
Consumo das Famílias	3,2	3,5	4,5	5,0
Consumo do Governo	3,0	3,5	4,0	4,5
Investimento	4,5	6,0	7,0	8,0
Exportações de bens e serviços	8,5	7,0	6,0	7,0
Importação de bens e serviços	9,2	8,0	9,0	10,2

Tabela 2: Metas de crescimento real do PIB, para 2004-2007, segundo a ótica do produto (taxa % ao ano).

	2004	2005	2006	2007
PIB	3,5	4,0	4,5	5,0
Agropecuária	3,7	4,0	4,4	4,9
Indústria	4,1	4,6	5,0	5,6
Serviços	3,2	3,6	4,2	4,6

A estratégia de crescimento proposta pelo PPA 2004-2007 deverá resultar na criação de aproximadamente 7,8 milhões de empregos nos próximos quatro anos. Cabe ressaltar que esta cifra leva em consideração apenas o impacto direto do crescimento da produção sobre o emprego, mantida a atual jornada semanal de trabalho. Dado o

crescimento estimado da população economicamente ativa no período, a taxa de desemprego no País como um todo deverá cair de cerca de 11,4% em 2003 para 9% em 2007, segundo a definição utilizada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

Demanda Agregada

O crescimento do consumo das famílias será baseado no aumento do emprego e dos salários. Além disso, espera-se uma redução das taxas de juros e das margens cobradas pelos bancos em suas operações de crédito, o que aumentará o volume de crédito ao consumidor e estimulará a demanda e oferta de bens de consumo em 2004-2007.

Cabe ressaltar que as famílias de menor renda serão alvo de um amplo programa de transferência de renda por parte do Governo Federal nos próximos quatro anos. Desta forma, apesar de o PPA 2004-2007 projetar que o consumo total das famílias crescerá menos do que o PIB nos próximos dois anos, o consumo das famílias mais pobres deverá crescer mais aceleradamente já a partir de 2004. Como famílias de baixa renda têm um pequeno peso no consumo total da economia, a opção do Governo pela inclusão social não deverá provocar grandes impactos sobre a demanda agregada no curto prazo.

O crescimento do consumo da Administração Pública está baseado nas metas de recuperação do investimento e dos gastos sociais do Governo e, sobretudo, na meta de redução do endividamento público em termos do PIB. No entanto, cabe ressaltar que apesar das taxas de crescimento almejadas se situarem abaixo do crescimento do PIB em 2004-2007, o volume de recursos reais destinado ao consumo do Governo será ampliado substancialmente, possibilitando a modernização e recuperação da máquina pública e a melhoria dos serviços prestados à população.

O crescimento do investimento será baseado inicialmente em investimentos em infra-estrutura, para eliminar os principais gargalos do setor produtivo e reduzir os custos de logística, e no setor exportador, para sustentar a expansão das vendas brasileiras no mercado internacional. No médio prazo, o crescimento do mercado interno propiciará um círculo virtuoso entre salários e lucros, de um lado, e investimento e consumo, de outro, gerando um aumento da produtividade e lucratividade das firmas brasileiras e, deste modo, induzindo o aumento continuado do investimento.

O crescimento continuado das exportações é um fator importante para o sucesso do PPA 2004-2007. Para tanto, o novo Governo adotará política agressiva de promoção de exportações. A meta é manter o atual dinamismo e crescimento das exportações do setor agropecuário e, por meio das economias de escala e ganhos de produtividade possibilitados pelo aumento do investimento e ampliação do mercado interno, aumentar e diversificar as exportações de manufaturados. Além disso, espera-se também o aumento das receitas de serviços, sobretudo de serviços associados ao turismo.

O crescimento das importações será baseado, principalmente, no impacto do aumento da renda e do investimento sobre a demanda por bens de capital e insumos importados. Além disso, projeta-se uma substituição competitiva de importações para que, mantidos os preços relativos entre bens nacionais e importados nos níveis de 2003, se verifique uma redução gradual da sensibilidade das importações brasileiras em relação ao PIB.

Oferta Agregada

Em termos setoriais, a recuperação do crescimento deverá ser liderada pelo crescimento da indústria. Para 2004-2007, espera-se que o crescimento acumulado do produto industrial seja de aproximadamente 21%. Esta meta de crescimento está fortemente baseada no aumento da taxa de investimento da economia e nas perspectivas de crescimento da indústria extrativa mineral.

Dentre os principais setores industriais especificados no sistema de contas nacionais do IBGE, as metas de crescimento acumulado para 2004-2007 são de aproximadamente 25% para a construção civil; 22% para a indústria extrativa mineral; 20% para a indústria de transformação; e 17% para o setor produtor de serviços industriais de utilidade pública.

O setor agropecuário também deverá registrar crescimento substancial nos próximos quatro anos. Em termos acumulados, o produto agropecuário deverá crescer aproximadamente 18% em 2004-2007, com destaque para o aumento da produção agrícola destinada às exportações.

O setor de serviços deverá registrar um crescimento acumulado de aproximadamente 17% em 2004-2007. Apesar de tal taxa ser ligeiramente inferior ao crescimento acumulado esperado de 18% do PIB para o período, cabe destacar que isto se deve basicamente ao menor crescimento projetado para os serviços de Administração

Pública, que por sua vez decorre das metas de redução do endividamento público em termos do PIB e de aumento do investimento do Governo para o período.

Com base no sistema de contas nacionais trimestrais do IBGE, espera-se que, em termos acumulados, a produção do setor da Administração Pública cresça aproximadamente 15% em 2004-2007. Para os demais sub-setores de serviços, o crescimento acumulado nos próximos quatro anos deverá ser de aproximadamente 19% para os transportes; 18% para o comércio e as instituições financeiras; 17% para as comunicações e outros serviços; e 16% para os aluguéis.

Setor Externo

No campo externo, a estratégia macroeconômica do PPA 2004-2007 é de superávits comerciais e aumento do grau de abertura da economia (medido pela soma das exportações e importações em relação ao PIB). Para reduzir a vulnerabilidade da economia brasileira a choques externos e dadas as projeções de financiamento internacional do País nos próximos quatro anos, projetam-se também déficits em conta corrente do balanço de pagamentos consistentes com a acumulação de reservas internacionais e a redução do passivo externo líquido em relação às exportações e ao PIB.

Com base nas metas de crescimento das exportações de bens e serviços, projeta-se que as exportações de bens cresçam substancialmente e atinjam cerca de 16% do PIB em 2007, com as receitas de serviços permanecendo em torno de 2,4% do PIB nos próximos quatro anos.

A demanda por insumos e bens de capital resultante do crescimento econômico deve levar a um aumento também substancial das importações. Projeta-se que as importações de bens atinjam cerca de 13% do PIB em 2007, com as despesas com serviços situando-se em torno de 3,4% do PIB nos próximos quatro anos.

O superávit em bens e serviços deverá ser de aproximadamente 2,8% do PIB em 2004-2005, caindo para 2,3% em 2006 e 1,8% em 2007. Considerando somente as exportações e importações de bens, o superávit comercial brasileiro deverá ser de aproximadamente 3,8% do PIB em 2004-2005, caindo para 3,4% em 2006 e 2,7% em 2007. Como o déficit em serviços deve permanecer estável em cerca de 1% do PIB nos próximos quatro anos, a variação do saldo em bens e serviços será resultado, portanto, de variações no comércio de bens.

Cabe ressaltar que a manutenção de altos superávits comerciais em 2004-2007 será obtida com aumento do grau de abertura da economia. Considerando apenas o comércio de bens, espera-se que o grau de abertura atinja aproximadamente 29% em 2007. Considerando-se bens e serviços, espera-se atingir cerca de 35% no mesmo ano.

Com base na experiência recente e nas perspectivas de financiamento externo da economia brasileira em 2004-2007, projeta-se pequena elevação do déficit do País em rendas do capital e trabalho, em termos do PIB, para os próximos quatro anos. Porém, dadas a metas de superávit em bens e serviços e as projeções de transferências unilaterais, a elevação da renda líquida enviada ao exterior não deverá ocasionar aumento significativo do déficit em conta corrente em 2004-2007. Em números, projeta-se que o saldo em conta corrente esteja praticamente equilibrado em 2004, passando para um déficit de 0,5% do PIB em 2005, 1,3% do PIB em 2006 e 1,9% do PIB em 2007.

Cabe ressaltar que, apesar dos déficits em conta corrente projetados para 2004-2007, o crescimento econômico deverá resultar em uma redução gradual do passivo externo líquido do Brasil em termos do PIB. Além disso, os superávits comerciais e o crescimento da economia devem resultar também no aumento do investimento externo direto no país, possibilitando um aumento do nosso estoque de reservas internacionais financiado por capitais de longo prazo e, conseqüentemente, redução da vulnerabilidade a choques externos.

A tabela 3 apresenta o cenário para o saldo em conta corrente, em termos do PIB, consistente com as metas de crescimento do PPA 2004-2007.

Tabela 3: Projeção do Saldo em Conta Corrente em 2004-2007 (em % do PIB).

	2004	2005	2006	2007
Saldo em conta corrente	-0,12	-0,53	-1,25	-1,87
Exportação de Bens e Serviços	17,28	17,62	17,86	18,19
Bens	14,86	15,24	15,54	15,82
Serviços	2,42	2,38	2,32	2,36
Importação de Bens e Serviços	-14,40	-14,95	-15,61	-16,36
Bens	-10,95	-11,51	-12,17	-13,09
Serviços	-3,46	-3,44	-3,43	-3,27
Rendas e Transferências Unilaterais Correntes	-3,00	-3,20	-3,50	-3,70
Saldo em bens e serviços	2,88	2,67	2,25	1,82
Saldo em bens	3,92	3,73	3,37	2,73
Saldo em serviços	-1,04	-1,06	-1,11	-0,91

Setor Público

No campo fiscal, a estratégia macroeconômica do PPA 2004-2007 é de redução do endividamento público em termos do PIB e aumento gradual do investimento e dos gastos sociais do Governo. Para conciliar tais objetivos, o novo Governo seguirá duas diretrizes na elaboração de seus Orçamentos Anuais. Primeiro, o superávit primário do setor público será mantido em um nível compatível com a redução da dívida líquida do setor público abaixo de 50% do PIB ao final de 2007. Segundo, o orçamento primário será gradualmente ajustado, de modo a reduzir o peso das despesas de pessoal e de custeio no gasto total.

A tabela 4 apresenta a composição do orçamento primário do Governo Central, em termos do PIB, para 2004-2007.

Tabela 4: Orçamento Primário do Governo Central em 2004-2007 (em % do PIB)

	2004	2005	2006	2007
I – Receita	23,23	23,00	23,00	23,03
I.1 - Receita Administrada	15,84	15,81	15,78	15,79
I.2 - Arrecadação Líquida do INSS	5,35	5,30	5,34	5,36
I.3 - Receitas Não Administradas	2,05	1,89	1,88	1,88
II - Transferências a Estados e Municípios	3,48	3,44	3,44	3,47
III - Receita Líquida (I - II)	19,76	19,56	19,56	19,56
IV - Despesa Primária	17,31	17,11	17,11	17,11
IV.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4,85	4,65	4,48	4,31
IV.2 - Benefícios da Previdência	7,17	7,10	7,10	7,04
IV.3 - Outras Desp. Correntes e de Capital	5,29	5,36	5,53	5,76

Dada a meta de superávit primário anual de 2,45% do PIB para o Governo Central em 2004-2007, o superávit primário do setor público deverá ser de 4,25% do PIB nos próximos quatro anos, mediante a obtenção de um superávit primário de 0,70% por parte das empresas estatais e 1,10% por parte dos Governos Estaduais e Municipais.

As metas de superávit primário e crescimento do PIB, juntamente com as projeções de inflação, juros e taxa de câmbio para 2004-2007, deverão resultar na redução da dívida líquida do setor público para patamar abaixo de 50% do PIB ao final de 2007. A tabela 5 apresenta os principais parâmetros e projeções utilizados no cálculo do endividamento do

setor público nos próximos quatro anos. Cabe ressaltar que, dada a projeção de que a dívida líquida do setor público corresponderá a aproximadamente 59% do PIB ao final deste ano, espera-se uma redução de aproximadamente 11% do PIB até o final de 2007.

Tabela 5: Principais parâmetros e projeções utilizadas nas estimativas de endividamento do setor público em 2004-2007.

	2004	2005	2006	2007
Inflação IGP-DI acumulada em 12 meses (% ao ano)	7,5	5,0	4,5	4,0
Inflação IPCA acumulada em 12 meses (% ao ano)	5,5	4,5	4,0	4,0
Taxa real de juro implícita sobre a dívida líquida do Setor Público (média % ao ano)	8,1	7,5	5,8	4,1
Taxa nominal de juro implícita sobre a dívida líquida do Setor Público (média % ao ano)	14,5	12,4	10,1	8,3
Taxa de câmbio R\$/US\$ (valor ao final do ano)	3,51*	3,64	3,75	3,86
Reconhecimento de passivos contingentes - "esqueletos", em % PIB	0,66	0,64	0,63	0,62
Dívida líquida do setor público (em % do PIB)	58,1	55,0	51,9	48,2

*Equivalente a uma taxa de câmbio, média anual, de 3,4 R\$/US\$.

Investimento e Poupança

As metas macroeconômicas do PPA 2004-2007 deverão resultar na estabilização do consumo total da economia em termos do PIB. Em outras palavras, o maior crescimento do consumo privado deverá ser compensado pelo menor crescimento do consumo do Governo e, desta forma, manter o consumo total da economia em cerca de 77% do PIB nos próximos quatro anos.

Dada a meta de aumento da taxa de investimento da economia, a absorção doméstica (soma do consumo total e investimento) deverá crescer nos próximos quatro anos e, conseqüentemente, reduzir o superávit brasileiro no comércio internacional de bens e serviços.

Em números, o aumento do investimento deverá elevar a absorção doméstica em cerca de 1,1% do PIB entre 2004 e 2007. Somado ao aumento de 0,7% na renda líquida enviada ao exterior, a maior taxa de investimento deverá ocasionar, portanto, aumento da poupança externa em cerca de 1,8% do PIB entre 2004 e 2007. Em contrapartida, a poupança interna deverá se manter estável em torno de 19% do PIB nos próximos quatro anos.

Não obstante a estabilidade da poupança interna em relação ao PIB, cabe ressaltar que, do total de investimentos almejados para 2004-2005, 95% deverá ser financiado pela poupança interna.

A tabela 6 apresenta o conjunto de projeções de consumo, poupança e investimento consistente com as metas de crescimento do PPA 2004-2007.

Tabela 6: Projeções de Consumo, Poupança e Investimento em 2004-2007 (em % do PIB).

	2004	2005	2006	2007
I - Absorção doméstica	97,12	97,33	97,75	98,17
I.1 - Consumo final	77,74	77,39	77,15	77,01
I.2 – Investimento	19,38	19,94	20,59	21,17
II – Saldo em bens e serviços (100–I)	2,88	2,67	2,25	1,83
III – Renda e Transferências Unilaterais Correntes	-3,00	-3,20	-3,50	-3,70
IV – Saldo em Conta Corrente (II+III)	-0,12	-0,53	-1,25	-1,87
V – Poupança	19,38	19,94	20,59	21,17
V.1 - Poupança interna*	19,26	19,41	19,35	19,29
V.2 - Poupança externa**	0,12	0,53	1,25	1,87

* PIB mais rendas e transferências unilaterais correntes menos consumo.

** Déficit em conta corrente.

III. O Modelo de Planejamento

A elaboração e a implementação do Plano Plurianual 2004-2007 assentam-se sobre uma série de elementos que visam aperfeiçoar e democratizar o processo de decisão, implementação e gestão da alocação de recursos públicos, de modo a assegurar o alcance dos objetivos centrais da Orientação Estratégica de Governo. O primeiro deles é a organização do Plano de acordo com a visão de estratégia de desenvolvimento de longo prazo apresentada no Capítulo 1. Os demais elementos-chave do modelo de planejamento adotado são:

- i. O Planejamento participativo;
- ii. O Fortalecimento do conceito de revisão periódica do Plano;
- iii. O Programa como unidade de planejamento, orçamento e gestão (valorização da gestão).

i. Planejamento participativo

O Governo brasileiro vem cumprindo o compromisso programático, firmado na campanha presidencial, de criar, ampliar e consolidar espaços institucionais que permitam à sociedade civil ser co-responsável nas grandes decisões nacionais e na orientação das políticas públicas. A ampla integração da sociedade civil no processo de discussão e acompanhamento do Plano Plurianual 2004-2007 é uma importante iniciativa nesse sentido. Por meio dos Fóruns da Participação Social, realizados nos 26 Estados e no Distrito Federal, representantes de mais de 2 mil entidades da sociedade civil envolveram-se nesse diálogo inédito na história da administração brasileira.

A dinâmica da democratização da gestão pública busca avançar no aperfeiçoamento da elaboração e implementação do Plano Plurianual, por meio da adoção compartilhada de compromissos de desempenho entre os entes federativos e a sociedade. Traduz a preocupação do Governo em contribuir para a construção de um Estado democrático, coerente com os desafios do nosso tempo e com as políticas públicas orientadas para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

No planejamento estratégico do País, o Governo Federal fez clara opção por um modelo que supera tanto a visão tecnocrática de planejamento, quanto a concepção de que o mercado prescinde do Estado e da sociedade na definição dos rumos do

desenvolvimento. No modelo tecnocrático, dá-se a criação de planos sem consultar a sociedade: o Estado define diretrizes e metas de forma centralista e autoritária. Por outro lado, na concepção segundo a lógica do mercado, este deveria ser capaz de evoluir naturalmente para o crescimento, a eliminação da desigualdade e a realização das melhores possibilidades do País. O planejamento estratégico, ao contrário, está fundado na democratização da gestão.

Pela primeira vez, a Orientação Estratégica de Governo, base para a definição dos programas e ações, foi debatida em profundidade. O processo participativo de elaboração do Plano Plurianual foi deflagrado pelos ministérios e órgãos federais. Com a participação de dirigentes dos órgãos do Governo e de representantes das áreas encarregadas das políticas setoriais, realizou-se, em abril de 2003, um seminário que contou com a presença de cerca de 130 pessoas. Aí foram definidos, de forma preliminar, os 24 desafios, organizados em três megaobjetivos e mais tarde objeto de consulta pública nos 27 fóruns estaduais e no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

A participação da sociedade civil e dos governos estaduais e municipais não se encerra com o encaminhamento PPA ao Congresso Nacional. Terá continuidade ao longo da implementação do Plano, para aperfeiçoá-lo e acompanhar regularmente sua execução. Portanto, é um processo contínuo, que pretende democratizar e qualificar a gestão pública, compartilhando a responsabilidade pelos projetos, pela avaliação e revisão participativa dos programas e do Plano. Por isso, o processo de planejamento participativo foi estruturado em dois ciclos: o primeiro, de elaboração do PPA; o segundo, de acompanhamento e aperfeiçoamento, quando da implementação.

As dimensões da participação

O modelo de planejamento participativo desdobrou-se em três dimensões. A primeira dimensão constituiu-se na realização de uma escuta da sociedade em perspectiva nacional. Foram consultas feitas às entidades da sociedade civil organizada, de representação nacional, regional e temática, sobre a estratégia de desenvolvimento de longo prazo, pois o Plano é o instrumento de orientação e ação do Governo, para os próximos quatro anos. A responsabilidade pela concretização desse diálogo se concentrou na Secretaria-Geral da Presidência da República, por designação do

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PPA também foi discutido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão de consulta do Presidente da República.

Na segunda dimensão, de natureza predominantemente setorial, o Governo submeteu à apreciação da sociedade as Orientações Estratégicas Setoriais elaboradas pelos ministérios, a partir da Orientação Estratégica de Governo. Os ministérios consultaram, sobretudo, os seus conselhos e fóruns institucionais, formados pelas representações da sociedade civil a que são dirigidas as políticas ou que tenham alguma relação com elas.

Durante o processo de implementação estão previstas, anualmente, avaliações participativas para aferição do desempenho dos programas. Em suma, avalia-se a qualidade do Plano e viabiliza-se, por meio das recomendações que emanam da participação social e de um juízo do próprio Governo, a sua revisão. A responsabilidade por essa tarefa é dos ministérios e órgãos que implementam os programas. Assim, logo no primeiro ciclo de implementação do Plano Brasil de Todos, será possível incorporar ao processo de planejamento participativo o debate sobre os programas finalísticos do Governo Federal, a partir de uma perspectiva setorial.

A terceira dimensão é de natureza territorial, em que o Governo apresenta à consideração da sociedade local e dos governos estaduais e municipais (os chamados entes federativos) a estratégia de desenvolvimento de longo prazo e a programação do Plano para os próximos quatro anos. Para consultar a sociedade civil organizada, a forma encontrada foi a de Fóruns Estaduais de Participação Social. Para envolver os entes federativos, recomendou-se a criação de um Fórum Estadual Tripartite de Desenvolvimento Local.

Nesse caso, pretende-se atuar em sub-regiões, onde a convergência de prioridades e a complementaridade da ação governamental, do Estado e dos municípios agrupados teriam maior efeito em termos de programação. Trata-se de processo de consulta que ambiciona, além da escuta forte da sociedade local, avançar no sentido da integração e coordenação das políticas públicas. O objetivo é criar mecanismos permanentes de articulação entre a União, Estados e Municípios em torno do desenvolvimento local e regional, mecanismos esses que sejam capazes de dar maior consistência ao projeto de desenvolvimento nacional.

Processo de realização dos Fóruns Estaduais

Entre os meses de maio e julho de 2003, a Orientação Estratégica de Governo, que norteia a elaboração dos programas e do PPA, foi discutida com a sociedade civil organizada dos 26 Estados brasileiros e do Distrito Federal. O processo foi coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Casa Civil e a Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica de Governo.

Em cada Estado participaram cerca de 90 associações, entre organizações de trabalhadores urbanos e rurais, empresários dos diversos ramos de atividade econômica, igrejas, movimentos sociais, organizações não-governamentais e universidades. Ao todo, cerca de 4.738 pessoas, representando 2.170 entidades, estiveram presentes. A Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong) e a Inter-Redes, que trabalharam para garantir o envolvimento ativo da sociedade civil e coordenaram os comitês de mobilização em cada Estado, foram fundamentais.

Os ministérios se juntaram ao processo, com a participação de quase todos os Ministros e Secretários de Estado nos Fóruns Estaduais. Eles foram os responsáveis pela apresentação do Plano Plurianual 2004-2007, destacando-se a Orientação Estratégica de Governo, a elaboração, gestão e discussão do Plano. Em cada Estado implantou-se um comitê local, com representantes de vários segmentos. O comitê contou com parceiros, como Caixa Econômica Federal e Polícia Rodoviária Federal, além do inestimável apoio de governos estaduais e municipais.

A partir de setembro de 2003, iniciando um amplo processo de revisão dos programas e do Plano, pretende-se realizar novos fóruns de participação. Os resultados destas novas consultas permitirão aperfeiçoar o PPA a partir de 2004. Nesse momento, a referência para consulta será o documento Orientações Estratégicas de Governo, tendo em conta os resultados dos fóruns realizados no primeiro ciclo, isto é, no período de elaboração propriamente dito.

Processo de participação dos entes federados

O processo de planejamento participativo na dimensão territorial foi apresentado aos governos municipais, representados pelas grandes entidades nacionais de prefeitos. A mobilização lançou as bases para que os prefeitos venham a tomar parte, de forma intensa, no segundo momento do planejamento participativo – a revisão do PPA em 2004.

Os governos estaduais, representados pelos Secretários Estaduais de Planejamento, foram convidados a discutir e pactuar a política de infra-estrutura a ser implementada pelo Governo Federal no período de 2004 a 2007, por meio do portfólio de projetos estruturantes, tendo como referência a macrorregião em que estão inseridos. A perspectiva é de integração nacional e com a América do Sul, além do fortalecimento das vantagens competitivas.

A apresentação do portfólio envolve 10 setores, divididos em três grandes grupos: políticas de infra-estrutura, políticas de geração de emprego e renda e políticas sociais. Foi apresentada, nessa ocasião, a seleção de setores considerados estruturantes, que melhor atendem a um projeto de desenvolvimento local, considerando a atuação dos governos federal, estaduais e municipais.

ii. O Fortalecimento do conceito de revisão periódica do Plano

Feito nos primeiros oito meses de cada mandato e, em seguida, enviado à apreciação do Congresso Nacional, o Plano Plurianual conclui sua vigência no primeiro exercício do mandato seguinte. A grande velocidade com que evoluem os cenários nacional e internacional e o dinamismo imposto à administração são capazes de tornar obsoleto, em curto espaço de tempo, um plano que se propõe ao cumprimento de metas em quatro anos.

Para garantir a atualidade do Plano e a eficácia desse instrumento de gestão pública, serão apresentadas ao Congresso Nacional revisões anuais, com o intuito de realinhar as ações de Governo, adequando-as à evolução das conjunturas interna e externa.

As revisões terão o papel de acolher e incorporar ao processo de planejamento os ajustes necessários, que sejam suscitados pelo permanente diálogo com a sociedade civil organizada, pela continuidade dos estudos e ações visando aprofundar e implementar a estratégia de desenvolvimento de longo prazo e pela avaliação sistemática do desempenho de programas e ações. Tais revisões não têm o objetivo de promover intensas mudanças de rumo, mas de assegurar o alinhamento da Administração Pública Federal aos objetivos do PPA 2004-2007.

Outra inovação é a implementação de uma sistemática de “programação deslizando”, que consiste na inclusão de um exercício de programação a cada revisão do Plano. Visa evitar o que ocorre nos planos implantados até aqui, que se ativeram a cobrir o

horizonte de um exercício além do mandato que os formulou. Em cada quadriênio de governo, ano a ano, o horizonte se reduz e o Plano abrange cada vez menor período. Dessa forma, a ação planejada de médio prazo vai deixando de existir. No último ano de vigência de um PPA, quando já não se possui qualquer informação que possa orientar o planejamento, inicia-se a elaboração de outro Plano Plurianual, totalmente novo. Sem uma programação deslizando, ficaria prejudicada a continuidade e a integração entre sucessivos quadriênios, necessárias em muitos programas e ações.

iii. O programa como unidade de planejamento, orçamento e gestão (valorização da gestão)

A implementação do PPA 2004-2007 terá como elemento organizativo central o programa, entendido como um conjunto articulado de ações (projetos, atividades e operações especiais) e uma composição de entidades e pessoas envolvidas em sua realização. O êxito na execução é expresso pela evolução de indicadores que possibilitam a avaliação da atuação governamental.

Os programas também funcionam como unidades de integração entre o planejamento e o orçamento. O fato de que todos os eventos do ciclo de gestão do Governo estão ligados a programas garante maior eficácia à gestão pública. Com essa metodologia, pretende-se assegurar a convergência dos meios na direção dos objetivos a alcançar. Os programas atuarão como elementos integradores do processo, ao estabelecerem uma linguagem comum para as atividades de elaboração, revisão e avaliação do Plano Plurianual, a definição de prioridades e metas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a elaboração dos Orçamentos Anuais e a programação orçamentária e financeira.

O modo tradicional da administração por funções (saúde, transporte, defesa, etc.) não permite uma orientação voltada para o alcance de resultados. A gestão por programas consiste em trabalhar de forma cooperativa, cruzando as fronteiras ministeriais, estimulando a formação de equipes e de redes com um fim comum, sem ignorar o ambiente organizacional em que as estruturas verticais conservam sua validade. A transparência para a sociedade e a capacidade de instrumentar o controle social são também contribuições do modelo, o que faz do programa o referencial ideal para a discussão pública das propostas de Governo e a explicitação dos compromissos assumidos com o cidadão.

Destaca-se, nesse modelo de planejamento, a importância da gestão. A consolidação do planejamento por programas repousa no desenvolvimento de competência gerencial de condução das ações nos órgãos setoriais. O gerenciamento tem por objetivo viabilizar os compromissos assumidos com a sociedade por meio de uma ação decididamente voltada para resultados. O processo de gestão do Plano Plurianual é composto pelas etapas de implementação, monitoramento, avaliação e revisão dos programas.

O modelo do PPA 2004/2007, no âmbito dos órgãos ou entidades responsáveis pelos programas, deverá preservar a unidade de responsabilidade para todas as etapas do processo de gestão. Este se efetivará, preferencialmente, na forma colegiada, exercida por meio de um Comitê Gestor constituído pelos representantes dos órgãos e entidades que possuem ações em cada programa – os coordenadores das ações. O detalhamento das competências e responsabilidades será estabelecido de forma pactuada, por meio de um acordo formal de gestão. Além dessas alterações em relação ao modelo anterior, o atual deve propiciar instrumentos para o direcionamento dos atos governamentais e para a integração das diversas funções do Estado, no sentido de buscar a solução de determinado problema.

Os temas transversais, como os de ciência e tecnologia, meio ambiente, emprego e gênero, mereceram um tratamento diferenciado na etapa de formulação do PPA 2004-2007 e terão destaque na implementação. Consideram-se temas transversais as questões que devem ser vistas obrigatoriamente como diretrizes orientadoras na elaboração das políticas públicas para o alcance dos objetivos de Governo. Por essência, revelam noções de justiça e cidadania e merecem ser encarados pela ótica da heterogeneidade dos grupos sociais e das diferenças regionais e culturais.

Esses são alguns exemplos da flexibilidade que o modelo de gestão do Plano deve propiciar. É fundamental que seja flexível para permitir outros arranjos e novas formas de cooperação intra e intergovernamental, de modo que outros acordos possam ser buscados, reforçando as sinergias, prioridades e estratégias do Governo.

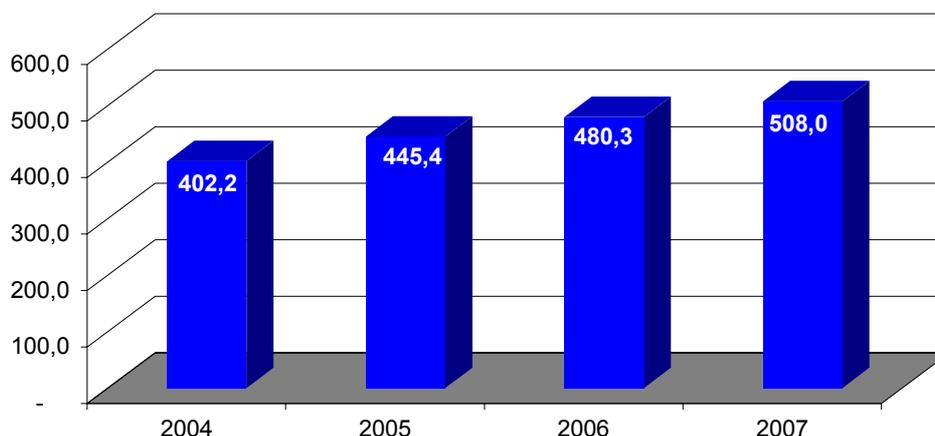
Para a coordenação das ações, para o fortalecimento do Estado e para a mensuração do alcance das Orientações Estratégicas dos Ministérios voltadas à concretização dos compromissos, serão necessários alguns elementos. Entre eles, destacam-se os sistemas de informação, a melhoria no desenho dos indicadores, a capacitação permanente, o monitoramento e a avaliação dos programas e do Plano.



OS GRANDES NÚMEROS E UMA SELEÇÃO DE METAS PRIORITÁRIAS

IV. O Plano em Grandes Números

O gráfico a seguir mostra a previsão de dispêndios do Plano Plurianual 2004-2007, ano a ano, consideradas todas as fontes de recursos.



Os recursos para o financiamento do Plano Plurianual, detalhados na tabela 7, têm origem principalmente nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (74,5%). É também significativa a participação das Agências Oficiais de Crédito (10,7%), dos Investimentos das Estatais (7,8%) e dos Fundos geridos pelo governo (4,2%). As parcerias incluem os estados e municípios e o setor privado (2,2%).

Tabela 7 – Fontes de recursos do PPA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.367.401.394.594	74,5%
Agências Oficiais de Crédito	196.811.138.342	10,7%
Investimentos das Estatais	142.563.428.346	7,8%
Fundos - Disponibilidades	78.011.512.101	4,2%
Parcerias	40.059.303.472	2,2%
Plano de Dispêndios das Estatais	9.667.474.730	0,5%
Outras	1.417.837.000	0,1%
Total	1.835.932.088.585	100,0%

O PPA nos três poderes

Os gastos previstos no Plano Plurianual distribuem-se entre os três poderes na seguinte proporção: Poder Executivo, 96,0%; Poder Judiciário, 2,7%; Poder Legislativo, 1,0%; e Ministério Público da União, 0,3%. Para o Poder Executivo estão alocados R\$ 1.761,5 bilhões, consideradas todas as fontes de recursos.

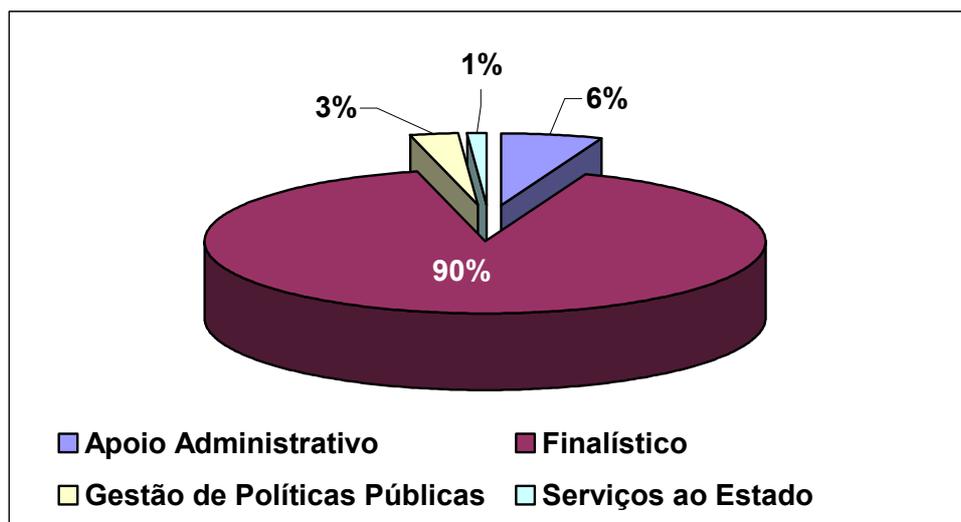
Dispêndios do PPA por tipo de programa

Os programas do Plano Plurianual agrupam-se em quatro conjuntos, segundo a sua finalidade:

- Programas finalísticos: destinam-se a atender diretamente as demandas e necessidades da sociedade;
- Programas de Gestão de Políticas Públicas: cobrem as ações de Governo relacionadas à formulação, coordenação, supervisão e avaliação de políticas públicas;
- Programas de Serviços ao Estado: têm por finalidade a produção de bens e serviços tendo o próprio Estado como beneficiário, por instituição criada para esse fim (exemplos: o Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro e da Escola Nacional de Administração Pública – Enap);
- Programas de Apoio Administrativo: reúnem as ações de apoio administrativo para suporte à implementação dos demais programas, compreendendo principalmente custos de pessoal não passíveis de alocação direta aos programas finalísticos ou de gestão de políticas públicas.

Do total de recursos previstos no PPA, os programas finalísticos representam 90,4%, somando R\$ 1.593,1 bilhões nos quatro anos do Plano. Os demais programas contam com recursos da ordem de R\$ 168,4 bilhões.

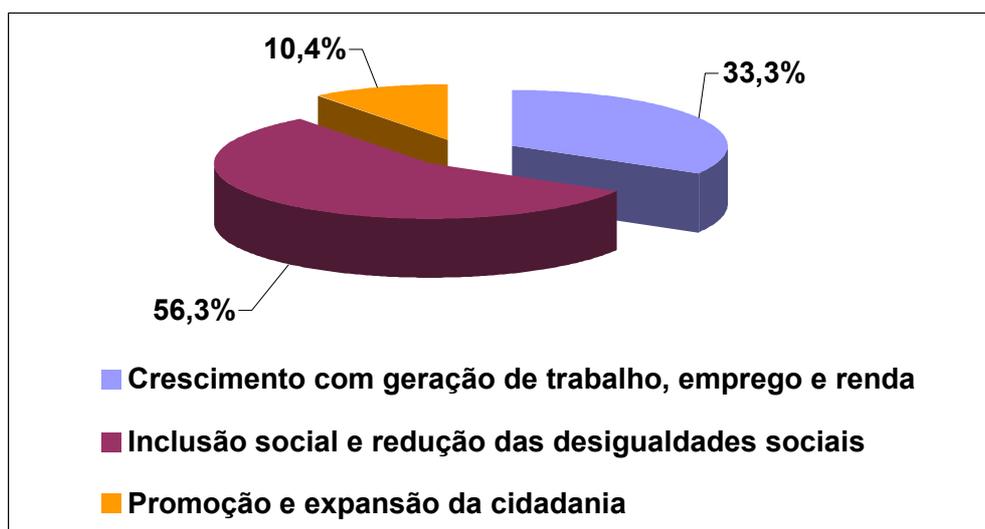
Recursos alocados no PPA, por tipo de programa do Poder Executivo



Programas por Megaobjetivos

O conjunto de programas reflete, na alocação de recursos, os compromissos assumidos pelo governo com a sociedade. Entre os três megaobjetivos em que se desdobra a estratégia de desenvolvimento, o megaobjetivo I, “Inclusão social e redução das desigualdades sociais”, absorve 56% do valor dos gastos previstos nos quatro anos do Plano.

Programas por megaobjetivo



O megaobjetivo I, “Inclusão social e redução das desigualdades sociais”, tem como área de gastos predominante a Previdência Social, com 70,1% do total de recursos alocados (tabela 8). Seguem-se em importância as áreas de saúde, educação e assistência social.

Tabela 8 - Programas do megaobjetivo I, por setor

Previdência Social	695.289.259.776	70,0%
Saúde	121.565.818.976	12,2%
Educação	53.584.068.511	5,4%
Assistência Social	38.851.529.894	3,9%
Transferência de Renda	30.611.390.907	3,1%
Habituação	28.204.794.314	2,9%
Saneamento	16.566.710.087	1,7%
Urbanismo	4.731.610.715	0,5%
Outros	3.748.023.715	0,4%
Total	993.153.206.895	100,0%

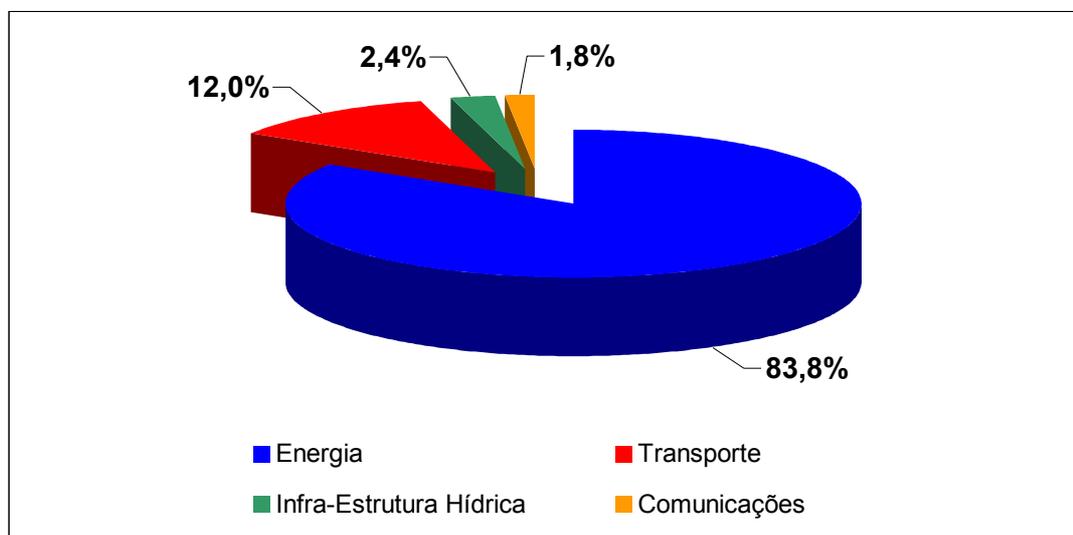
No caso do megaobjetivo II, “Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais”, a distribuição setorial (tabela 9) destaca o volume de recursos destinados ao setor produtivo (47,6%), à modernização da infra-estrutura econômica (33,8%), e ao estímulo às exportações (11,6%).

Tabela 9 - Programas do megaobjetivo II, por setor

Setor Produtivo	278.526.127.331	47,6%
Infra-Estrutura Econômica	197.804.980.147	33,8%
Apoio à Exportação	68.025.592.406	11,6%
Organização Agrária	18.538.775.030	3,2%
Informação e Conhecimento	9.851.101.617	1,7%
Meio Ambiente	1.887.653.063	0,3%
Outros	10.407.587.656	1,8%
Total	585.041.817.250	100,0%

No que se refere à infra-estrutura econômica, compreendida no megaobjetivo 2, os maiores investimentos se destinam a energia e transportes..

Infra-estrutura econômica, por setor



O financiamento dos investimentos em infra-estrutura tem suporte em um conjunto diversificado de fontes, além dos Orçamentos da União, como demonstra a tabela 10. Verifica-se que, no caso da energia, os recursos têm origem principalmente nas empresas estatais e no setor privado.

Tabela 10 – Fontes de recursos para o financiamento da infra-estrutura

Fontes/Setor	Transporte	Energia	Infra-Estrutura Hídrica	Comunicações	Total
Fiscal/Seguridade	11.715.206.486	5.221.994.313	4.728.253.247	1.970.610.702	23.636.064.748
Investimentos das Estatais	2.054.315.130	117.858.554.067	-	1.564.077.000	121.476.946.197
Dispêndios das Estatais	3.787.541.105	5.871.433.625	-	-	9.658.974.730
Setor Privado	2.979.599.000	35.848.251.840	-	-	38.827.850.840
Estados	194.900.000	1.036.552.632	-	-	1.231.452.632
BNDES	1.863.691.000	-	-	-	1.863.691.000
Outras	1.110.000.000	-	-	-	1.110.000.000
Total	23.705.252.721	165.836.786.477	4.728.253.247	3.534.687.702	197.804.980.147

Para o megaobjetivo III, “Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia”, os dispêndios mais significativos estão na área de Gestão e Aperfeiçoamento Institucional, Defesa Nacional, Relações Exteriores e Segurança Pública (tabela 11).

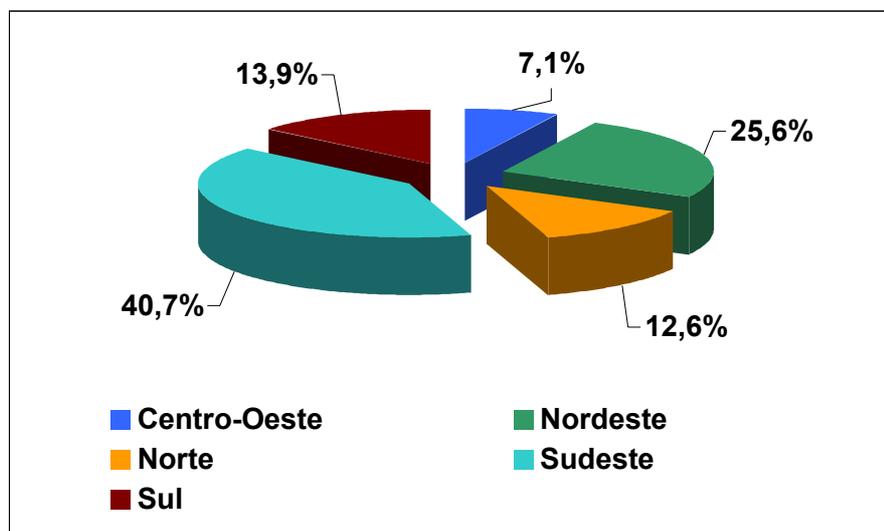
Tabela 11 – Programas do megaobjetivo III, por setor

Gestão e Aperfeiçoamento Institucional	164.353.853.311	89,7%
Defesa Nacional	8.846.169.360	4,8%
Relações Exteriores	3.298.699.657	1,8%
Segurança Pública	3.207.203.907	1,8%
Direitos da Cidadania	1.489.423.085	0,8%
Cultura	790.430.283	0,4%
Desporto e Lazer	548.474.646	0,3%
Essencial à Justiça	161.852.123	0,1%
Outros	597.428.852	0,3%
Total	183.293.535.224	100,0%

Alocação de recursos às regiões

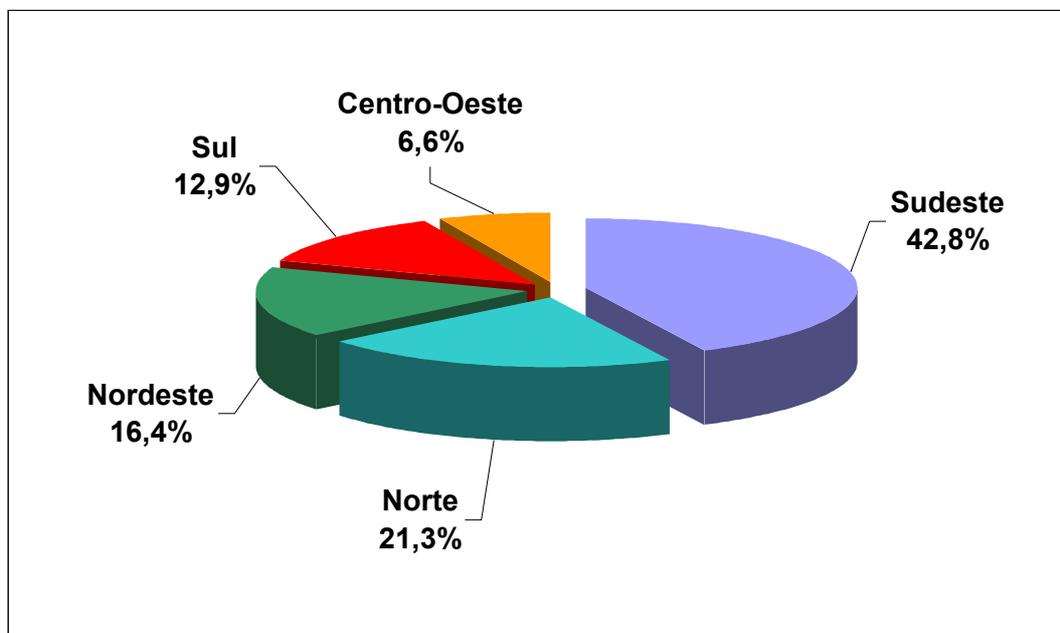
O gráfico a seguir demonstra a distribuição de recursos do conjunto de programas finalísticos, por região. Observe-se que parcela significativa de programas, principalmente na área social, ainda não é passível de regionalização.

Programas finalísticos, por região



A distribuição regional de recursos para a infra-estrutura econômica apresenta-se conforme o gráfico a seguir, compreendendo as áreas de transporte, energia, comunicações e infra-estrutura hídrica.

Infra-estrutura econômica, por região



V. Uma Seleção de Metas Prioritárias

1. Emprego, PIB e Exportação

Criação de 7,8 milhões de postos de trabalho com expansão das taxas de crescimento do PIB, acumulando 18% até 2007. Evolução favorável do balanço de pagamentos por meio do crescimento das exportações.

Itens	Metas até 2007
Criação de postos de trabalho	7,8 milhões *
Expansão da taxa de crescimento do PIB	De 3,5% em 2004 para 5% em 2007
Redução da taxa anual de inflação (IPCA) entre 2003 e 2007	De 9,1% para 4%
Crescimento do comércio exterior – Exportação e importação de bens e serviços	De US\$ 140 bilhões (em 2003) para US\$ 210 bilhões (em 2007)
Saldo da Balança Comercial – em cada ano	Entre US\$ 17,0 bilhões e US\$ 21,0 bilhões

* Caso haja a implantação da redução de jornada de trabalho, este número poderá ser superior a 10 milhões.

2. Educação

Erradicação do analfabetismo no Brasil. 100% da população com idade entre 7 a 14 anos na escola.

Itens	Metas até 2007
Analfabetismo Absoluto – Número de alfabetizados (em 2007 a quantidade se refere ao acumulado de 2004 a 2007)	16,3 milhões
Ensino Fundamental – Crianças de 7 a 14 anos matriculadas – (percentual será atingido em 2007)	100%
Ensino Médio – Quantidade de alunos matriculados (2003 = 8,7 milhões)	10 milhões
Capacitação de professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Professores Capacitados.	2,5 milhões
Implantação da Escola Básica Ideal para o Ensino Fundamental e Médio – Escolas implantadas	27,2 m
Ensino Fundamental para Jovens e Adultos – Novas matrículas	13,2 milhões
Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Fundamental – Exemplares distribuídos	440,6 milhões
Distribuição de Uniformes para Alunos Carentes do Ensino Fundamental – Alunos beneficiados	2,4 milhões

3. Saúde

Cobertura em 2007 de 100 milhões de pessoas com as Equipes de Saúde da Família.

Itens	Metas em 2007
Organizar o acesso da população aos serviços de saúde na atenção ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde – Percentual de municípios cobertos	100%
Implantar equipes de saúde da família – Equipes implantadas	30.000
Implantar equipes de Saúde Bucal – Equipes implantadas	20.000
Ampliar o número de agentes comunitários de saúde – número de Agentes Comunitários de Saúde	252.000
Organizar a assistência farmacêutica aos usuários do Sistema Único de Saúde – Percentual de municípios cobertos	100%
Operacionalização do Cartão Nacional de Saúde – cartões emitidos	120 milhões
Reduzir o índice de mortalidade infantil (Índice em 2003 = por mil nascidos vivos)	22 por mil

4. Saneamento

Aumento da cobertura do abastecimento de água (de 92,4% para 93,5%) e de coleta de esgoto (de 50,9% para 57,9%).

Itens	Metas até 2007
Serviços urbanos de abastecimento de água, de coleta de esgoto e de coleta e disposição final de resíduos sólidos - Famílias beneficiadas	9,0 milhões
Taxa de cobertura de serviços urbanos de coleta e tratamento de esgoto.	Ampliar de 50,9% para 57,9%
Taxa de municípios com disposição adequada de resíduos sólidos.	Ampliar de 29% para 43%

5. Habitação

Redução do déficit de habitações em 10% até 2007.

Itens	Metas 2004 a 2007
Financiar ou apoiar a produção de unidades habitacionais.	1,2 milhão
Regularização fundiária para população de baixa renda – Títulos de propriedade emitidos	780 mil

6. Assistência Social – Transferência de Renda

Atendimento de 100% das famílias pobres em 2006. Ampliação da cobertura a partir de 2007, para famílias com renda um pouco superior à da linha da pobreza.

Programa de Transferência de Renda com Condiionalidades

Itens	Metas em 2007
Famílias atendidas – Milhões	12,7
Orçamento – Em R\$ milhões	10.670

7. Reforma Agrária

Fortalecimento da Agricultura Familiar, permitindo o acesso de 3,7 milhões de famílias ao PRONAF. Assentamento sustentável de 265,4 mil famílias.

Itens	Metas até 2007
<u>Fortalecimento da Agricultura Familiar</u> . Beneficiar número crescente de famílias com capacitação, assistência técnica e extensão rural, infraestrutura municipal e crédito ao agricultor familiar (em 2003 = 1,4 milhões de famílias beneficiadas).	3,7 milhões
<u>Reforma Agrária</u> – Novos assentamentos e consolidação de assentamentos precários – Famílias atendidas	265,4 mil
<u>Crédito Fundiário</u> – Possibilitar o acesso à terra e apoio produtivo. – Famílias beneficiadas	114,2 mil
Titulação de propriedades – Propriedade titulada	400 mil
Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária – Trabalhador rural alfabetizado	202,0 mil

8. Ciência & Tecnologia

Aumento em aproximadamente 60% do número de doutores formados por ano. Aumento em 80% dos depósitos brasileiros de patentes.

Itens	Metas até 2007
Aumento do número de doutores formados por ano.	De 6.300 para 10.000
Aumento da produção científica – Em artigos publicados por ano	De 48.000 para 74.000
Aumento do número de depósitos de patentes, por residentes no País.	80%

9. Tecnologia da Informação e Inclusão Digital

Aumento das exportações de *software* para US\$ 1 bilhão.

Itens	Metas até 2007
Aumento das exportações de software de US\$ 100 milhões para	US\$ 1 bilhão
Inclusão digital – Telecentros comunitários instalados	6.000
Elevação do número de usuários de Internet	De 22,4 milhões para 37 milhões

10. Agricultura e Pecuária

Aumento da safra de grãos para 150 milhões de toneladas em 2007. Triplicar o volume de exportação de carne.

Itens	Metas em 2007
Safra de grãos – em toneladas/ano	150 milhões
Aumento da exportação de carne de 1 milhão de ton/ano para	3 milhões de ton/ano
Erradicação, até o ano de 2005, da Febre aftosa no território nacional,	100%

11. Micro e Pequenas Empresas

Duplicação da participação das MPEs nas exportações. Direcionamento de 2% dos depósitos bancários à vista para financiamento a micro e pequenas empresas.

Itens	Metas até 2007
Aumento da participação das MPEs no volume total de exportações	De 10% para 20%
Apoio e incentivo a arranjos produtivos locais. – Arranjos apoiados e incentivados	De 66 para 12
Aumento da oferta de crédito para micro e pequenas empresas – Em percentual dos depósitos bancários à vista – Em valores acumulados no período de 2004 a 2007	2% R\$ 41,4 bilhão

12. Meio Ambiente

Duplicação da área de florestas manejadas. Redução em 15% dos focos de incêndio.

Itens	Metas até 2007
Aumento da área florestal manejada.	De 350 mil ha/ano para 700 mil ha/ano
Redução dos focos de incêndio	De 230 mil ha/ano para 200 mil ha/ano
Formação de educadores ambientais. – Educador Formado	6.450

13. Energia Elétrica

Expansão do sistema elétrico para minimizar o risco de déficit de energia elétrica. Aumento da capacidade de transmissão em 30%, incluindo a interligação entre os sistemas Norte-Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste-Sul. Universalização do acesso à energia elétrica reduzindo em 85% o número de residências sem energia no meio rural.

Itens	Metas até 2007
Expansão da geração de energia elétrica em Usinas Hidrelétricas, Termelétricas e Eólicas (potência instalada de 2003 = 84.654 MW) – Acréscimo em MW	14.085 MW
Expansão das linhas de transmissão (extensão das linhas existentes em 2003 = 79.416 km) – Acréscimo em km	12.425 km
Universalização dos serviços de energia elétrica – em unidades consumidoras atendidas	1,7 milhão

14. Petróleo e Gás

Auto-suficiência em produção de petróleo em 2006.

Itens	Metas em 2007
Ampliação da produção de petróleo dos atuais 1,6 milhões de barris/dia para	2,2 milhões
Aumento da capacidade de refino de petróleo de 1,62 milhão de barris/dia para	1,85 milhão de barris/dia
Ampliação da malha de gasodutos - Em km - Disponibilização de gás – em milhões de m ³ /dia	2.479 km 34,5

15. Transportes

Recuperação e conservação de 75% da malha rodoviária federal existente (57 mil km). Construção e adequação da BR-101 e do Corredor Mercosul. Conclusão da Ferrovia Transnordestina e do Ferroanel de São Paulo – Tramo Norte. Construção das eclusas de Lajeado e de Tucuruí. Construção do acesso ao Porto de Sepetiba.

Itens	Metas de 2004 a 2007
Recuperação/manutenção de rodovias – Conservação anual	43.000 km
Recuperação/manutenção de rodovias – Restauração	23 mil km
Construção/adequação de rodovias	5,5 mil km
Construção de ferrovias	2,4 mil km
Implantação de hidrovias – melhoria de navegabilidade	10 mil km
Ampliação da capacidade portuária – em toneladas	200 milhões

16. Recursos Hídricos

Revitalização e integração da bacia do Rio São Francisco com as bacias dos rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi. Ampliação em 5 bilhões de m³ do abastecimento de água em zonas do semi-árido.

Itens	Metas de 2004 a 2007
Revitalização e integração de bacias, com vazão de 75 m ³ /s. – Habitantes beneficiados no período do plano	1,6 milhão
Fornecimento de água potável para habitantes de 200 localidades do semi-árido – habitantes beneficiados	3,7 milhões
Proágua – Infra-Estrutura. Acumulação de água e sua distribuição através de 2 mil km de adutoras – M ³ de água acumulada	5 bilhões
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada. Aumento da área irrigada como promoção do desenvolvimento regional – Área incorporada (em percentual)	83%



MEGAOBJETIVOS, DESAFIOS, PROGRAMAS E AÇÕES

VI. A Organização do Plano

Os programas contemplados neste Plano foram selecionados de acordo com metodologia de planejamento orientada para a realização da estratégia de desenvolvimento de longo prazo abraçada pelo Governo. Convém, por essa razão, repetir aqui o enunciado geral da estratégia, apresentado no capítulo 1:

“Inclusão social e desconcentração de renda com vigoroso crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos, e por elevação da produtividade; redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão das atividades competitivas que viabilizam o crescimento sustentado; e fortalecimento da cidadania e da democracia.”

A seqüência de etapas lógicas de construção do PPA 2004-2007 pode ser visualizada na figura da pirâmide abaixo. A Orientação Estratégica de Governo se desdobra em cinco dimensões, articuladas em três megaobjetivos, que se abrem em 30 desafios, os quais expressam os alvos que se deve atingir para promover o desenvolvimento. Os desafios são enfrentados por meio de 374 programas, que contemplam cerca de 4.300 ações.



Os três megaobjetivos correspondem a cinco dimensões da estratégia. O primeiro refere-se à dimensão social, e visa a inclusão social e a redução das desigualdades sociais; o segundo reúne de forma articulada as dimensões econômica, regional e ambiental, e objetiva o crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e o terceiro refere-se à dimensão democrática, direcionado à promoção e expansão da cidadania e ao fortalecimento da democracia.

Os quadros a seguir apresentam os 30 desafios, relativos aos três megaobjetivos. Dez dizem respeito ao primeiro megaobjetivo, onze ao segundo e nove ao terceiro. O Anexo do Projeto de Lei mostra os 374 programas e as suas ações, com suas respectivas dotações orçamentárias, indicadores e metas.

Dimensão Social: Desafios do MEGAOBJETIVO I - Inclusão social e redução das desigualdades sociais

- 1) Combater a fome visando a sua erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo a inserção social e a cidadania
- 2) Ampliar a transferência de renda para as famílias em situação de pobreza e aprimorar os seus mecanismos
- 3) Promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência)
- 4) Ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação
- 5) Promover o aumento da oferta e a redução dos preços de bens e serviços de consumo popular
- 6) Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente
- 7) Reduzir a vulnerabilidade das crianças e de adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos
- 8) Promover a redução das desigualdades raciais
- 9) Promover a redução das desigualdades de gênero
- 10) Ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital

Dimensões Econômica, Regional e Ambiental: Desafios do MEGAOBJETIVO II - Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais

- 11) Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego
- 12) Ampliar as fontes de financiamento internas e democratizar o acesso ao crédito para o investimento, a produção e o consumo
- 13) Ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade
- 14) Implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural
- 15) Coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa
- 16) Ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso
- 17) Impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável
- 18) Reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macrorregional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local
- 19) Melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental
- 20) Ampliar a participação do país no mercado internacional, preservando os interesses nacionais
- 21) Incentivar e fortalecer as micros, pequenas e médias empresas, com o desenvolvimento da capacidade empreendedora

Dimensão Democrática: Desafios do MEGAOBJETIVO III - Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia

- 22) Fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas
- 23) Garantir a integridade dos povos indígenas, respeitando sua identidade cultural e organização econômica
- 24) Valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais e regionais
- 25) Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas

- 26) Preservar a integridade e a soberania nacionais
- 27) Promover os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional
- 28) Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão
- 29) Combater a corrupção
- 30) Democratizar os meios de comunicação social, valorizando os meios alternativos e a pluralidade de expressão

VII. MEGAOBJETIVO I (Dimensão Social)

“Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais”

O principal desafio que se apresenta para o Governo do Presidente Lula, e para a sociedade brasileira é o de combater a fome, a miséria e garantir a todos os brasileiros o pleno exercício de seus direitos de cidadania. No plano constitucional, a Carta de 1988 assegurou os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança e a justiça como valores supremos de uma sociedade justa, fraterna, pluralista e sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor ou idade. No entanto, a cidadania formal, garantida nos preceitos constitucionais, ainda não se transformou em cidadania real. Os direitos políticos foram conquistados, mas os direitos civis e a justiça ainda não são acessíveis a todos os brasileiros. Interesses particulares - clientelistas, paternalistas e fisiológicos - obliteraram a dimensão pública da cidadania e distorceram o papel do Estado. O Brasil foi apropriado por poucos. Importa, agora, construir um novo Brasil – um Brasil de todos.

No modelo de desenvolvimento do passado, as políticas sociais ocuparam espaço marginal na agenda nacional. O aumento da vulnerabilidade da economia a choques externos, fruto de equívocos na condução da política econômica, contribuiu para limitar os recursos destinados aos programas sociais. Por seu turno, o acirramento dos conflitos em torno da distribuição de recursos escassos reduziu o alcance desses programas e excluiu de seus benefícios amplos segmentos da população. A isso, somam-se a fragmentação, desarticulação e superposição de interesses, que acarretou o desperdício de recursos e a perda de eficiência e eficácia das políticas sociais.

A restrição ao exercício dos direitos da cidadania reflete-se em um quadro social alarmante. Se é verdade que os indicadores sociais têm melhorado, faz-se mister destacar que o Brasil continua marcado pela desigualdade e pela exclusão. A distância entre ricos e pobres é grande e permanece estável ao longo do tempo. Nas últimas duas décadas, o coeficiente de Gini, que mede as desigualdades na distribuição da renda, manteve-se no patamar de 0,60 - um dos níveis mais elevados do mundo. A iniquidade social expressa-se de forma mais contundente, no fato de que os 10% mais ricos se apropriam da metade de toda a renda das famílias, enquanto os 50% mais pobres ficam com apenas 10% desse total. Essas desigualdades se manifestam de modo igualmente severo nas dimensões raciais, de gênero, regionais e entre o campo e a cidade.

A permanência dessas desigualdades concorre para a fome e a miséria. Pelo menos 51 milhões de brasileiros, cerca de 30% da população, podem ser considerados pobres. Hoje, reconhece-se que a fome não é causada pela falta da produção de alimentos, mas pela falta de renda das famílias para adquirir os alimentos na quantidade necessária e com qualidade adequada. A exclusão social traduz-se em indicadores que estão em patamares pouco compatíveis com o nível de desenvolvimento econômico do País. A proporção de pobres na população brasileira é três vezes maior que a apresentada pelos países com renda *per capita* similar à do Brasil.

A partir da segunda metade dos anos de 1990, o aumento do desemprego e da informalidade, juntamente com a queda dos rendimentos dos trabalhadores, agravou o quadro social. Tudo isso expressa-se na precariedade dos postos de trabalho e no incremento do número de trabalhadores sem nenhum tipo de vínculo com o sistema de previdência social e sem acesso ao seguro-desemprego. Essas vulnerabilidades contribuíram para o aumento do número de candidatos a ingressar no mundo dos pobres e miseráveis.

O agravamento das condições de emprego coincidiu com a deterioração dos serviços públicos. Apesar dos avanços na área de saúde, persistem falhas na provisão de determinados serviços básicos e, sobretudo, na qualidade do atendimento. As deficiências do sistema são comprovadas por indicadores que expressam, de forma sintética, as condições de saúde dos brasileiros: (i) a mortalidade materna situa-se na casa dos 45,8 óbitos por cem mil nascidos vivos - nos países desenvolvidos essa relação é menor do que 10 óbitos por cem mil nascidos vivos; (ii) a mortalidade infantil é de 29,6 óbitos por mil nascimentos – quatro vezes maior que o índice de 7 óbitos por mil nascimentos apresentados pelos países desenvolvidos.

Os níveis de educação também se encontram em patamares insatisfatórios: o País ainda conta com aproximadamente 12% de analfabetos e a escolaridade média é de cerca de 6 anos de estudo. Em que pese o mérito de se ter atingido patamares próximos da universalização do acesso ao ensino fundamental, o País dista do efetivo cumprimento do preceito constitucional de uma escolarização mínima de oito anos. Ademais, a qualidade na educação vem-se apresentando como um problema crítico: os últimos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, do Ministério da Educação, detectaram uma situação dramática nas escolas das redes de ensino de todo o País. Em 2001, mais de

metade das crianças da 4ª série ainda eram analfabetas e, o que é pior, a tendência era de uma queda progressiva nos padrões de rendimento escolar.

Nas cidades brasileiras, a população se defronta com a precariedade das condições de habitação, de infra-estrutura, equipamentos urbanos e comunitários, além da ineficiência e insuficiência na prestação de serviços públicos. O déficit na oferta de esgotamento sanitário é de 21,7% dos domicílios urbanos e o de abastecimento de água é de 11,5%.

As evidências demonstram que a pobreza, a desigualdade e o desemprego, associados às precárias condições de alimentação, saúde, educação e moradia, concorrem para a marginalização de expressivos segmentos sociais, que não têm acesso a bens essenciais e que se encontram alijados do mundo do trabalho, do espaço público e das instituições relacionadas. Enfrentar este quadro é o principal desafio do Estado brasileiro expresso nesse Plano. Trata-se de ampliar a cidadania, isto é, atuar de modo articulado e integrado, de forma a garantir a universalização dos direitos sociais básicos e, simultaneamente, atender às demandas diferenciadas dos grupos socialmente mais vulneráveis da população.

A ampliação da cidadania é a bússola do PPA. Para tanto, o Plano Plurianual 2004-2007 inova em termos de concepção, de orientação e de gestão das políticas sociais.

No que se refere à **concepção**, a grande diferença reside na **integração** entre a política social e a política econômica, derivada do modelo de desenvolvimento adotado. O modelo realiza a integração entre, por um lado, a inclusão social e a redistribuição da renda e, por outro, os investimentos e o crescimento da renda e do emprego. A universalização dos direitos sociais básicos e a transmissão dos ganhos de produtividade aos salários estabelecem a sinergia entre as políticas sociais e de investimento, promovendo o crescimento por meio da expansão do mercado de consumo popular.

A esse respeito, convém assinalar o exemplo fornecido pela ampliação dos direitos previdenciários, que aumentou a renda dos beneficiários e teve impacto notável na redução da pobreza. As transferências de renda realizadas por intermédio da previdência retiraram um enorme contingente de pessoas da situação de pobreza. Não fossem os benefícios previdenciários, a proporção de pobres, no Brasil, teria sido de 43% da população em 1999, ao invés dos 34% então observados.

Quanto à orientação das políticas sociais, o que se busca é promover a expansão do atendimento, com qualidade, e garantir tratamento prioritário para aqueles segmentos tradicionalmente excluídos dos benefícios das ações públicas e discriminados por preconceitos sociais. A efetiva universalização dos direitos sociais básicos requer implementar de forma criativa um conjunto de medidas que visem: (i) estender a cobertura de políticas mais consolidadas, tais como as de saúde, previdência social, assistência social e educação; (ii) aprimorar a qualidade e reduzir os serviços prestados e bens produzidos, especialmente daqueles dirigidos ao consumo popular; (iii) garantir a segurança alimentar; (iv) promover atendimento diferenciado para os grupos mais vulneráveis, por meio da transferência de renda, políticas afirmativas, políticas urbanas e de inclusão digital; e, (v) integrar as políticas de geração de emprego e renda com as de desenvolvimento.

A ampliação da cidadania também requer, como orientação estratégica, o alargamento de espaços que propiciem a veiculação da demanda por direitos. É compromisso do Governo Lula consolidar instâncias plurais de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, tais como conferências nacionais norteadoras dos rumos das políticas sociais (i.e., de Saúde, Assistência Social, Segurança Alimentar, Cidades), o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Fórum Nacional de Trabalho e os próprios Fóruns Estaduais de Participação Social criados para debater este Plano. Entende-se que a inclusão social e a redução das desigualdades sociais passam pelo maior envolvimento da sociedade, mas também pelo desafio de se promover o *empoderamento* das comunidades. Entende-se, pois, que a conjugação do ativismo político e do ativismo social são condições necessárias (ainda que não suficientes) para reverter o quadro de iniquidades no país.

Ainda que o Estado permaneça como principal protagonista de uma política de inclusão social, a experiência brasileira tem demonstrado que é necessário redobrar esforços para somar todos os recursos - financeiros, políticos, culturais, materiais e organizacionais – disponíveis na sociedade. Longe de se pensar em substituições de papéis ou delimitações de campos de ação, trata-se de criar mecanismos que evitem superposições, paralelismos e desperdícios e que garantam a complementariedade das ações do Estado e das organizações da sociedade, mercantis e não-mercantis.

O Plano inova, também, no que diz respeito à **gestão** das políticas sociais. Esforços serão direcionados no sentido de promover a **articulação** dessas políticas, de modo a romper com ações fragmentadas e dispersas, com o clientelismo, o paternalismo e o fisiologismo e com privilégios corporativos encastelados no sistema das políticas públicas.

Busca-se por em marcha novo padrão de gestão das políticas sociais, formuladas, articuladas e implementadas por meio de ações intra e inter-governamentais. Além disso, maior ênfase será conferida à descentralização das ações em direção aos Estados e Municípios, à transparência das informações e dos processos decisórios e ao reforço da participação e controle social.

Um dos passos concretos, que reflete as inovações anteriormente mencionadas, está sendo dado com o novo programa **Transferência de Renda com Condicionalidades**. Abandona a lógica setorial e departamentalizada que pulveriza recursos, sobrepõe atendimentos, gera disputa entre instituições e fragmenta as ações tornando-as pouco eficazes. Com o intuito de promover maior racionalidade e organicidade da ação estatal, está sendo criado um único programa, que resultará da ação coordenada entre diferentes instituições, calcado em um enfoque intersetorial e dirigido ao conjunto do grupo familiar e não apenas a alguns membros. Além disso, haverá esforço permanente de alocação crescente de recursos e de integração com programas afins nos Estados e Municípios, de modo a estender o atendimento a todas as famílias em situação de pobreza. A universalização do atendimento no grupo social e economicamente mais vulnerável da população contribuirá para evitar o clientelismo na seleção dos beneficiários.

A implementação de um programa único de transferência de renda, de maior cobertura e de maior valor no benefício financeiro, corresponde a uma resposta do Governo para aumentar emergencialmente a renda das famílias e combater à fome. No entanto, é mais do que isso: além de distribuir recursos financeiros a famílias em situação de pobreza, trata-se, também, de associar a esse benefício ações de saúde e nutrição, assistência social e educação, de modo a promover a universalização do acesso a esses direitos sociais básicos. O repasse direto de renda associado a outras ações, tais como microcrédito, saneamento, moradia, energia e qualificação profissional, contribuirá para estimular as economias locais, criando condições para o desenvolvimento econômico e social dos territórios onde vivem essas famílias.

Enfim, o PPA traduz o firme compromisso do Governo Lula com a inclusão social, mediante a criação de condições que garantam igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, independentemente de sua origem social, no contexto de uma sociedade democrática. Assim, a sua dimensão social contempla o enfrentamento de dez desafios, a seguir apresentados.

Desafios

1. Combater a fome visando a sua erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo o caráter de inserção e cidadania

A fome que subsiste no País é, em sua essência, uma questão de limitação do acesso aos alimentos. Conforme dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (Fao), o Brasil tem uma disponibilidade de alimentos equivalente a 2.960 calorias/dia por pessoa, valor acima da média recomendada de 1.900 Kcal. O Brasil produz o suficiente para atender às necessidades alimentares de sua população e, no entanto, não tem conseguido promover sua distribuição equitativa desses alimentos.

O problema reside na falta de renda para adquiri-los, que reflete a má distribuição das riquezas. Os resultados são a fome e a miséria: mais de 50 milhões de pessoas não dispõem de recursos para suprir suas necessidades básicas, e mais de 21 milhões são consideradas indigentes, já que sequer podem comprar os alimentos para a sobrevivência.

Diante dessa situação alarmante, o combate à desigualdade, à fome e à pobreza é prioridade do atual Governo. O grande objetivo da Política Nacional de Segurança Alimentar é garantir o direito à alimentação, como parte dos direitos fundamentais do ser humano. Para tanto, as ações emergenciais de ampliação do acesso imediato à alimentação, tais como o programa **Transferência de Renda com Condiionalidades** e a distribuição de alimentos a comunidades em situação de insegurança alimentar, serão integradas com ações estruturais, voltadas para combater as causas da fome.

Considerando-se que o conceito de segurança alimentar e nutricional não se limita ao acesso a alimentos, mas inclui a defesa da qualidade, torna-se necessário que a população tenha conhecimentos e habilidades para selecionar o seu sustento de forma segura e adequada. Além disso, é preciso observar que, ao lado da desnutrição, encontram-se casos de obesidade, diabetes e hipertensão, entre outros males provenientes da má nutrição. Assim, foi desenvolvido o programa **Educação para Alimentação Saudável**, com o intuito de permitir que os brasileiros obtenham os nutrientes e calorias essenciais à manutenção da saúde, com produtos de menor custo.

As ações foram criadas de forma a atender às características dos grupos populacionais, atuando sobre três grandes bolsões de pobreza: o das regiões

metropolitanas, o das áreas urbanas das pequenas e médias cidades e o das áreas rurais. No programa “**Acesso à Alimentação**”, há ações de distribuição de mantimentos e meios de produção para famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional pertencentes às comunidades indígenas, comunidades quilombolas, grupos de trabalhadores rurais acampados, e catadores de lixo, dentre outros. Para as pessoas que realizam suas refeições fora do domicílio, em cidades de grande e médio porte, foi desenvolvido o programa **Rede Solidária de Restaurantes Populares**, cujo desempenho será medido pelo número de refeições comercializadas.

O fortalecimento da agricultura familiar e a realização da reforma agrária compõem outro grupo de ações estruturais prioritárias, destinadas a promover a segurança alimentar no país. A importância da agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária, em termos de segurança alimentar e de economia, concentra-se na produção dos componentes da alimentação básica da população brasileira, como feijão (67%), leite (54%) e mandioca (84 %).

A realização de um efetivo processo de transformação no campo, por meios dos programas **Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais e Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**, combinados com a ação do programa **Agricultura Familiar** (Pronaf), contribuirá para o incremento de condições saudáveis e seguras para a alimentação dos trabalhadores e suas famílias. Espera-se que desempenhe um papel central na regulação dos fluxos de abastecimento, em esfera local, regional e nacional.

Tendo em conta que o País estocava alimentos apenas para o controle de preços mínimos, o Governo viabilizará a manutenção de estoques de emergência adquiridos da agricultura familiar, com posterior distribuição, em caso de calamidade pública, ou venda no caso de desabastecimento. O Governo Federal deverá adquirir víveres por intermédio do programa **Abastecimento Agroalimentar**, o que auxiliará na estratégia de armazenamento de produtos agropecuários, contribuindo para a regularidade interna, bem como para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Segundo estimativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), as perdas da produção agrícola no Brasil – em função de danos que os produtos sofrem ao longo da cadeia produtiva –, desde a produção até a mesa dos brasileiros, atingem uma média de 30%. Como forma de utilizar o desperdício em benefício de uma alimentação digna, o Governo criou o programa **Banco de Alimentos**. Alguns municípios atuarão

recebendo doações de alimentos impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo humano, em geral oriundos de produtores e comerciantes locais. As prefeituras os repassarão a instituições da sociedade civil que distribuam refeições grátis a indivíduos em situação de vulnerabilidade alimentar. O programa associa responsabilidade social, compromisso público e solidariedade.

O exemplo ilustra a importância da participação dos Governos Estaduais e Municipais no sucesso do empreendimento. Os municípios têm papel estratégico no diagnóstico dos problemas da população e na elaboração de soluções criativas para os problemas. A formação de Consórcios de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local, prevista no novo PPA, é uma importante indução ao desenvolvimento territorial, a partir da integração de atores públicos, privados e sociedade civil, no âmbito de um conjunto de municípios pertencentes à mesma microrregião ou qualquer outra unidade espacial portadora de identidade territorial.

O desafio de superar a fome consiste em garantir a todos o direito de acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades, devendo se realizar em bases sustentáveis. Para isso, torna-se essencial a articulação eficiente entre todos os órgãos setoriais nas esferas federal, estadual e municipal, com engajamento da sociedade civil organizada.

2. Ampliar a transferência de renda para as famílias em situação de pobreza e aprimorar seus mecanismos

O Brasil é um País com renda “per capita” intermediária nos padrões internacionais, mas convive uma triste realidade: mais de 50 milhões de pessoas recebem rendimentos abaixo da linha da pobreza e mais de 20 milhões de pessoas encontram-se em situação de extrema pobreza. A principal causa é o elevado grau de desigualdade na distribuição da riqueza e da renda nacionais.

Os programas de transferência de renda associados a mecanismos que garantam a emancipação sustentada de seus beneficiários são um componente importante da estratégia de ação social do Governo, especialmente em função da prioridade atribuída ao combate à fome, à pobreza e à desigualdade. Neste contexto, o desafio é atender a 100% das famílias brasileiras que possuam renda “per capita” inferior a R\$ 100,00 e buscar alternativas para aumentar a eficiência, a eficácia e o impacto deste tipo de programa.

A unificação das ações de transferência de renda existentes é um dos avanços introduzidos por este PPA no terreno das políticas sociais. A unificação não se justifica apenas do ponto de vista da racionalidade administrativa e da otimização do gasto social: ela representa um importante passo na integração das ações de Governo e na articulação entre a União, os Estados e os Municípios.

O programa **Transferência de Renda com Condicionalidades** vai transferir mensalmente uma renda monetária para o responsável (preferencialmente a mulher) pelas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com base no cumprimento de um conjunto de condicionalidades. A unificação permitirá, de imediato, o aumento do valor a ser transferido às famílias enquadradas nos critérios de elegibilidade, dos atuais R\$ 25,00 para perto de R\$ 83,00, no caso de famílias em situação de extrema pobreza.

O programa visa auxiliar as famílias em condições de pobreza para a melhoria da situação de segurança alimentar e o combate às carências nutricionais, combater a pobreza e outras formas de privação das famílias, promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial saúde, educação e assistência social, e criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local dos territórios.

O foco do programa são as famílias vivendo em condições de pobreza e de extrema pobreza com crianças até 15 anos de idade. As famílias extremamente pobres receberão um benefício básico no valor de R\$ 50,00, independentemente da presença de jovens até 15 anos. As famílias pobres e extremamente pobres com crianças e jovens entre 0 e 15 anos receberão um benefício variável, em função da composição da família: R\$ 15,00 por criança de 0 a 15 anos, até um limite de 3 benefícios.

O desenho do programa inova em diversos aspectos: ao eleger a família como referência para a concessão do benefício; ao vincular cada fator de vulnerabilidade a uma “contrapartida social” da família; ao estabelecer o princípio da solidariedade familiar para as condicionalidades da saúde e da educação; e ao propor políticas e programas complementares que aumentam as perspectivas de emancipação das famílias.

São mantidas e aperfeiçoadas condicionalidades já existentes para a outorga de benefícios, como a vacinação infantil e a presença das crianças na escola, e novas condicionalidades são introduzidas, como a alfabetização dos adultos. O conjunto tem por objetivo incentivar e potencializar a capacitação básica individual dos membros das

famílias atendidas, criando condições para a sua emancipação sustentada e, conseqüentemente, para sua qualidade de vida.

Do ponto de vista dos beneficiários, a unificação das ações também é vantajosa. Além do substancial aumento no valor dos benefícios, a padronização dos critérios de elegibilidade e a diminuição do número de interlocutores junto ao poder público tornam mais fácil para as famílias compreender o programa e reivindicar seus direitos. Cabe ainda destacar que essas ações não prejudicam o atendimento aos beneficiários dos programas atuais.

Finalmente, outro efeito positivo da implantação do novo programa será a progressiva validação do Cadastro Único, resultando na ampliação e na qualificação de uma base de dados confiável. Mais do que isso: pela primeira vez o cadastro estará disponível para Estados e Municípios, que poderão utilizá-lo como instrumento de planejamento de políticas voltadas para a população carente.

O novo programa será implantado em três etapas. A primeira delas, que terá início ainda em outubro de 2003, consiste na unificação das ações Cartão Alimentação (Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome), Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde) e Bolsa Escola (Ministério da Educação). As famílias já beneficiadas pelas ações citadas serão imediatamente incluídas no novo programa, desde que estejam no Cadastro Único e que se encaixem nos critérios de elegibilidade estabelecidos. Ao final desta etapa inicial, em dezembro de 2003, um total de 3,3 milhões de famílias estarão sendo atendidas pelo novo programa do Governo Federal.

Ainda neste período (outubro a dezembro de 2003), os entes federados serão chamados a pactuar com o Governo Federal, num esforço inédito de articulação entre os três níveis de governo para ampliar e melhorar o atendimento à população carente. Sabe-se que existem hoje 45 programas municipais de renda mínima (12 deles em capitais) e 11 programas estaduais (abrangendo cerca de 1.151 municípios). A intenção é potencializar o alcance destas iniciativas via conjugação de esforços entre os entes federados. Por meio da ação conjunta da União, Estados e Municípios, será possível ampliar a cobertura da população alvo e/ou aumentar o valor dos benefícios concedidos. Além disso, pretende-se incentivar os Estados e Municípios a propor políticas e programas complementares que abram perspectivas de emancipação sustentada das famílias.

Em 2004, início da vigência do Plano serão iniciadas as etapas de expansão e consolidação do programa. Constatam da agenda a incorporação dos componentes de transferência de renda do programa **Erradicação do Trabalho Infantil – PETI** e da ação Vale-Gás, bem como a validação do cadastro dos beneficiários para que possam começar a receber os benefícios do novo programa. Como se pode ver na tabela abaixo, no ano de 2004, 3,8 milhões de famílias estarão recebendo os benefícios nos novos critérios, enquanto outras 9,8 milhões de famílias continuarão a receber os benefícios nos atuais critérios dos programas em extinção.

Estas famílias, remanescentes dos atuais critérios, serão recadastradas e enquadradas nos novos critérios ao longo de 2004, de forma que, em 2005, estejam recebendo pelo programa apenas as famílias que satisfizerem os critérios de elegibilidade. Estima-se que a duplicidade dos cadastros e o não enquadramento de algumas famílias leve ao atendimento de 7,6 milhões de famílias em 2005. O passo seguinte será a expansão do programa para as famílias carentes ainda não atendidas pelo Governo Federal. Esta expansão será realizada com base em diversos critérios (por região, por território, por públicos vulneráveis etc) e será possível graças ao aumento real do orçamento destinado a transferências de renda superior a 70%, de 2004 a 2007.

Em 2006, todas as famílias pobres já serão atendidas pelo programa, iniciando-se, então, a expansão da cobertura para famílias com renda um pouco acima da linha de pobreza (tabela 12).

Tabela 12: Programa de Transferências de Renda com Condicionalidades

	2004	2005	2006	2007
Milhões de famílias atendidas	3,8*	7,6	11,4	12,7
Orçamento (em milhões R\$)	5.350**	6.926	8.990	10.670
Milhões de famílias remanescentes dos atuais critérios	9,8	-	-	-

**exclui as famílias remanescentes dos programas que serão incorporados ao programa unificado ao longo de 2004 (PETI e Vale-gás); ** Inclui os programas PETI e Vale-gás*

A meta global do programa é estar, já em 2006, atendendo a 11,4 milhões de famílias, sendo 5,1 milhões com renda mensal per capita abaixo de R\$ 50,00 e R\$ 6,3 milhões com renda entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 mensais per capita, o que corresponde ao universo das famílias nesta condição, de acordo com a PNAD. No ano de 2007, os recursos alocados permitirão o aumento da cobertura do programa para até 12,7 milhões de famílias. Cabe ressaltar que o ritmo de expansão do programa poderá aumentar substancialmente se houver a efetiva colaboração entre os entes federados.

3. Promover o acesso universal, com qualidade e equidade, à seguridade social (saúde, previdência e assistência)

A Constituição Federal de 1988 instituiu os fundamentos de um novo sistema de proteção social brasileiro, ao introduzir o conceito de seguridade social, por meio do qual são assegurados os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Apesar de garantido pela Constituição, o acesso efetivo aos direitos garantidos pela seguridade social vem enfrentando dificuldades de diferentes ordens.

Previdência

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentou avanços apreciáveis de cobertura e proteção aos mais pobres. Dos 18,9 milhões de benefícios de caráter previdenciário pagos mensalmente, 6,6 milhões são destinados aos trabalhadores rurais pela Previdência Rural. Contudo, este movimento é ainda restrito, pelo fato de não ter incorporado o trabalhador informal urbano, que é parte significativa do mercado de trabalho brasileiro.

O reduzido número de contribuintes ao RGPS em relação à população economicamente ativa expressa uma grave situação social – altas taxas de desemprego e de informalidade das relações de trabalho. Hoje, cerca de 40% da população ocupada não está coberta por nenhum dos subsistemas da Previdência Social. Na prática, o Regime Geral abriga como segurados o trabalhador assalariado, o trabalhador autônomo que contribui para a previdência e o trabalhador no regime de economia familiar rural. Exclui, porém, o trabalhador informal urbano.

O Plano Plurianual 2004-2007 tem como objetivo central a ampliação da cobertura previdenciária, levando à inclusão social e ao fortalecimento da cidadania, atendendo aos milhões de trabalhadores brasileiros que estão fora do sistema e tendo como premissas básicas a garantia da regularidade dos pagamentos dos benefícios e a gestão quadripartite da Previdência Social.

O programa **Proteção Previdenciária** está, assim, orientado para a expansão da cobertura, atraindo mais trabalhadores para a formalização de vínculo junto à Previdência Social, mediante a disseminação de informações, a sensibilização da população brasileira e ações de conscientização para inscrição e permanência no sistema.

O programa realizará o caminho inverso do que tradicionalmente ocorre no serviço público. Em vez de esperar pela sociedade em seus balcões de atendimento, a prática irá ao encontro da sociedade, para informá-la sobre o caráter imprescindível da previdência na vida das pessoas. O objetivo do programa é elevar a taxa de abrangência previdenciária da população ocupada, de 42,3% em 2001 – excluindo militares e estatutários – , para 44% ao final de 2007.

O programa **Previdência Social Básica** visa a garantia do reconhecimento e o pagamento de direitos previdenciários previstos em Lei. Por meio do pagamento de benefícios, atenderá diretamente a mais de 18,9 milhões de brasileiros na área urbana e rural, sem contar os benefícios assistenciais. O programa responde pela prestação de serviços de reabilitação profissional, com reeducação e readaptação do trabalhador que esteja momentaneamente incapacitado para o trabalho, garantindo-lhe melhores condições para o reingresso no mercado. Provê, ainda, serviços de orientação aos segurados sobre benefícios e demais direitos previdenciários, em particular os relativos à ocorrência de acidentes de trabalho e risco de doenças ocupacionais.

A idéia é aumentar a taxa de proteção da população idosa acima de 60 anos, de 81% no final de 2002, para 85% no final de 2007, excluídos desse cálculo as pessoas que recebem os Benefícios de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social e os da Renda Mensal Vitalícia, que estão cobertas por outros programas. Também se deseja avançar no indicador de taxa de retorno de segurados incapacitados para o trabalho, passando de 62%, no final de 2002, para 66% ao final do PPA.

O programa **Qualidade dos Serviços Previdenciários** tem por fim melhorar o atendimento prestado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), adequando-se às expectativas dos cidadãos. Busca-se garantir a excelência e a ampliação do controle social, mediante o acompanhamento da qualidade e da produtividade nas unidades da previdência. Também se incluem nesse programa os serviços de ouvidoria para os usuários, com a disponibilização de canal direto de comunicação com a instituição.

A modernização e expansão da capacidade de tecnologia de informação e a expansão dos serviços eletrônicos da Previdência Social são outros resultados almejados com o programa de Qualidade. Pretende-se reduzir o tempo médio de concessão de benefícios de 18 dias (dados de 2002) para 13 dias, ao final de 2007. O tempo médio de espera para concessão dos benefícios em estoque deverá cair de 59 para 55 dias.

Saúde

Na área de saúde, 90% da população brasileira é, de algum modo, usuária do Sistema Único de Saúde - SUS, embora persistam desigualdades no acesso aos serviços. Apesar de se prover assistência integral e totalmente gratuita para os portadores de HIV e doentes de aids, renais crônicos e pacientes de câncer, há falhas na provisão de alguns serviços básicos: apenas 50% das gestantes completam a série de 6 consultas de assistência pré-natal. O acesso a medicamentos essenciais, para pacientes em regime de atendimento ambulatorial, ainda é insuficiente. A qualidade da atenção ainda deixa muito a desejar, como comprovam os elevados índices de mortalidade materna, em torno de 45,8 óbitos por 100.000 mil nascidos vivos. A mortalidade infantil ainda se situa em torno de 29,6 óbitos infantis por mil nascimentos para todo o Brasil. Essa taxa média é alta em relação até mesmo a países em desenvolvimento: o Brasil, quando comparado a doze países do continente americano com populações superiores a 12 milhões de habitantes, ocupa o modesto décimo lugar, em nítido descompasso com seu estágio de desenvolvimento econômico. Adicionam-se, como problema, as expressivas desigualdades regionais: por exemplo, a mortalidade infantil na Região Nordeste situa-se em torno de 44,2 por mil nascidos vivos, enquanto no Sul está na casa de 19,7 por mil.

Para enfrentar estes problemas o Governo estruturou um conjunto de programas que tem por principal objetivo promover a atenção integral à saúde, aprimorando os mecanismos de financiamento, reduzindo as desigualdades regionais e ampliando o acesso da população a ações e serviços de qualidade e humanizados. A meta é efetivar a atenção básica como estratégia de acesso do cidadão ao SUS - com a expansão e aperfeiçoamento da saúde da família -, promovendo a articulação com os demais níveis, de modo a garantir a integralidade do atendimento. Para isso, é necessário: a reorganização dos hospitais, a inversão da lógica de pagamento por procedimentos para a de agravos prioritários e a estruturação de uma rede de atenção às urgências e emergências e, principalmente, o estímulo a modelos alternativos de atenção especializada, evitando a fragmentação da atenção e as intervenções desnecessárias. Vinculados a tais desafios, constam os seguintes programas: **Atenção Básica em Saúde, Atenção Especializada em Saúde e Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde.**

Dentre as ações do programa **Atenção Básica em Saúde**, a meta é implantar e manter, no mínimo, 30 mil equipes de saúde da família nos próximos quatro anos, priorizando a implantação nos municípios com mais de cem mil habitantes, nos quais não

tem ocorrido um grande aumento do número de equipes. No programa **Atenção Especializada em Saúde**, será apoiada a estruturação de cerca de 2 mil unidades de atenção especializada. Além disso, no programa **Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde** serão gastos nos quatro anos R\$ 64,8 bi nas áreas de média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde.

A busca pela integralidade não impede a identificação de grupos prioritários e dos problemas que necessitam de intervenção especial. É o caso do programa **Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase**. O Brasil detém o 2º maior número de casos de hanseníase no mundo e apresenta o compromisso de eliminar esta doença, como problema de saúde pública, até o final de 2005, alcançando a taxa de prevalência menor que 1 paciente por 10.000 habitantes. A tuberculose, por sua vez, continua sendo um grave problema de saúde, que atinge principalmente a população em idade mais produtiva e nos grupos humanos com piores condições sócio-econômicas, causando repercussões na vida pessoal e familiar do doente, afetando inclusive a capacidade produtiva do país.

O programa **Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV-AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis**, no qual a resposta brasileira à doença é mundialmente reconhecida, também é uma prioridade do Governo. Estima-se que existam, atualmente, cerca de 600 mil pessoas portando o vírus no Brasil, o que representa apenas a metade dos 1,2 milhão de casos que o Banco Mundial projetava, há dez anos, para o ano 2000. São metas deste programa a distribuição de 400 milhões de preservativos por ano e o atendimento de 210 mil pessoas com a medicação anti-HIV em 2007.

Os grupos prioritários apresentam risco de adoecer e de ser acometidos por outros agravos à saúde que justificam a garantia de acesso – integral e igualitário – a uma atenção especial. Nesse sentido, destacam-se a mortalidade infantil, a desigualdade regional na atenção pré-natal, os coeficientes de mortalidade materna, a morbimortalidade acentuada entre os povos indígenas e a situação sanitária da população negra, a cronicidade de doenças prevalentes como câncer, epilepsia, hipertensão arterial, diabetes, portadores de deficiência e de transtornos mentais que, por sua magnitude e relevância social, justificam intervenções específicas que visem promover a saúde e controlar os agravos de maior prevalência. Por isso, criou-se o programa **Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos**, responsável pela formulação das políticas de Atenção às crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, trabalhadores e em saúde mental.

As mudanças permanentes no ambiente, os movimentos populacionais, as condições inadequadas de vida, a emergência de novos agravos e a permanência de vários outros como problema de saúde pública concorrem para uma cada vez maior complexidade do perfil epidemiológico da população, exigindo um permanente processo de estruturação de ações efetivas na área de vigilância em saúde. O Governo buscará uma maior integração entre as ações de vigilância em saúde, por meio dos programas **Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde** e **Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes**, envolvendo a vigilância epidemiológica, a vigilância ambiental em saúde e a vigilância sanitária, ampliando a capacidade de detecção precoce de fatores de risco e a adoção de medidas capazes de evitá-los. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária planeja executar, ao longo dos quatro anos, 114 mil inspeções em produtos, 3,3 milhões de inspeções em portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados e 28,7 mil em serviços de saúde.

Dois pontos basilares da política de saúde são a descentralização e a gestão participativa. Para tanto, foi criado o programa **Participação Popular e Intersetorialidade na Reforma Sanitária e no Sistema Único de Saúde**, que tem por objetivo incentivar a participação popular como condição de exercício da cidadania, tendo em vista a garantia do acesso e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. O controle social garantirá transparência e eficácia ao planejamento e à execução das políticas públicas, especialmente na saúde.

A busca pela humanização das ações e serviços que dependem da personalização do atendimento, considerando a singularidade de cada caso. Para tanto, é necessário ampliar o processo de capacitação e de educação continuada. O programa **Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde** tem por objetivo construir uma política de educação permanente que possibilite a reflexão crítica sobre as práticas e transformações dos modos de organização da atenção à saúde e que assegure que a formação dos trabalhadores da saúde tenha estreita vinculação à realidade e às necessidades de saúde da população e das ações e os serviços do Sistema Único de Saúde. Outra ação fundamental para a qualidade e humanização dos serviços é a implantação do Cartão Nacional de Saúde, que será feita no programa **Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde**. O cartão permitirá que os gestores de saúde possam tomar as decisões baseadas no conhecimento mais próximo da realidade. Sua criação produzirá um conjunto de informações necessárias à efetivação dos princípios

constitucionais do Sistema Único de Saúde: integralidade, eqüidade e universalidade. A meta é chegar a 2007 com 120 milhões de cartões emitidos.

A disponibilidade de uma política pública e explícita de pesquisa em saúde, orientada pelas necessidades de saúde da população, é outro objetivo estratégico. A sua ausência vem impedindo o aproveitamento do conjunto de potencialidades do esforço brasileiro em ciência e tecnologia e vem dificultando a mobilização de recursos em nível adequado para seu financiamento. Da mesma forma, essa ausência desestimula a absorção dos novos conhecimentos e invenções para os serviços de saúde, a indústria e para a sociedade. O programa **Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde**, cujo objetivo é desenvolver e fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica no setor de saúde e promover sua absorção pelas indústrias, pelos serviços de saúde e pela sociedade, busca solucionar tais problemas.

Outro foco de atenção do Governo será o desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde. Num ambiente sanitário no qual são exigidas soluções urgentes e diante da grande revolução tecnológica da atualidade, o Brasil depara-se com um sistema de inovação em saúde frágil, tornando vulneráveis as políticas econômica e social brasileiras. A inovação em saúde pode viabilizar ao País atender às necessidades da população em relação a novos insumos (fármacos, medicamentos, vacinas, reagentes para diagnóstico e equipamentos) e serviços, diminuindo nossa dependência tecnológica e econômica em relação a outros países. O País encontra-se em uma situação de grande carência de insumos vindos do exterior, especialmente se o assunto é hemoderivados. Para sanar parte do problema, o programa **Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue** prevê a implantação de uma unidade de fracionamento de plasma, evitando assim o alto custo do envio de plasma ao exterior, para fracionamento - atualmente a única opção para realizá-lo. Por outro lado, o programa **Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos** tem por objetivo garantir o acesso da população a medicamentos e outros insumos estratégicos, mediante a ampliação da oferta e da cobertura dos serviços de assistência farmacêutica e de insumos estratégicos no Sistema Único de Saúde. Destaca-se a instalação das Farmácias Populares como importante estratégia para ampliação do acesso.

Assistência

Na área da assistência social, a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelecem que a assistência social é um direito de base não

contributiva, integrante da Seguridade Social, que visa prevenir e superar diferentes formas de exclusão, garantindo padrões mínimos de cidadania. A LOAS desenhou um modelo institucional no qual estão previstos a descentralização, o comando único, a gestão compartilhada com a sociedade civil e o controle social. Legalmente, o financiamento conta com fontes definidas, orçamento assegurado e com gestão via Fundo de Assistência Social. No entanto, desde a aprovação da LOAS, em 1993, a política de assistência social enfrenta graves dificuldades para se afirmar como promotora do exercício dos direitos sociais legalmente estabelecidos. Dados recentes mostram, por exemplo, que dentre as crianças pobres, apenas cerca de 16% usufruem de serviços de creches que operam por meio de transferências de recursos federais; além disso, de um total de 3,5 milhões de adolescentes pobres de 15 a 17 anos só foram atendidos por programas de assistência 62 mil pessoas.

Uma das iniciativas do PPA para reverter este quadro é o programa **Atendimento Integral à Família**, que irá atender, no primeiro ano, 222,7 mil famílias, até atingir 563,4 mil famílias em 2007.

Através da instalação de Núcleos de Atendimento Integral à Família, procura-se instituir um espaço de referência da assistência social nos municípios e comunidades carentes, que vai servir como organizador da demanda e da oferta dos serviços de assistência social tendo como referência a família. Os núcleos vão não apenas permitir que se promova a desejada proteção e emancipação das famílias em situação de vulnerabilidade social, como também ampliar a efetividade dos programas sociais do Governo ao procurar organizar a oferta de programas e ações, evitando superposições (seja dentro do governo federal ou mesmo em nível subnacional), e a demanda por tais programas e ações, direcionando as famílias para os programas mais adequados.

Outro conjunto de programas que vai nessa direção são aqueles voltados para segmentos específicos que formam a Rede de Proteção Social: crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas portadoras de deficiência. Essa Rede de Proteção Social é mais ampla do que aquela oferecida apenas pela assistência social, e deve envolver também saúde, previdência, educação, esporte, cultura e lazer. É a utilização dessa rede que vai ser potencializada através dos Núcleos de Atendimento Integral à Família e que procura realizar efetivamente a proteção e integração das famílias desejada pela política de assistência social.

Metade da população brasileira tem menos de 24 anos de idade. No entanto, o número de crianças, adolescentes e jovens que vivem em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo totalizam quase dois terços dessa população pobre. O programa **Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude** tem por objetivo atender a esse segmento de grande vulnerabilidade social, totalizando 1,7 milhões de crianças e adolescentes e 24,2 mil jovens anualmente durante o período do plano.

Outro segmento etário que merecerá atenção da assistência social é composto por pessoas maiores de 60 anos. Graças ao aumento da expectativa de vida da população brasileira, este grupo passou de 7,9% da população em 1992 para 9,1% em 2001, o que significa um número de mais de 15,3 milhões de indivíduos. A proporção de pessoas idosas que vivem em famílias com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo é de 12,7% (PNAD 2001), um percentual comparativamente menor às demais faixas etárias, graças aos 11,9 milhões de idosos que recebem benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões) e 1,4 milhões que recebem benefícios assistenciais (Benefício de Prestação Continuada e a extinta Renda Mensal Vitalícia). O programa **Proteção Social a Pessoa Idosa** vai procurar atender 335 mil idosos que necessitam das diversas modalidades de atendimento anualmente durante o período do plano.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, o Brasil tem 24,5 milhões de pessoas portadoras de deficiência (15,5% da população brasileira), estimando-se que cerca de um terço desse contingente é potencial beneficiário dos programas de assistência social. O programa **Proteção Social à Pessoa Portadora de Deficiência** vai procurar atender mais de 160 mil pessoas por ano.

O programa **Proteção Social ao Adulto em Situação de Vulnerabilidade** procura atingir um segmento da população que está circunstancialmente em situação de vulnerabilidade e não está coberto pelos outros programas da Rede de Proteção Social. Espera-se que sejam atendidas, por ano, cerca de 7 mil pessoas (moradores de rua, migrantes etc.) por meio desse programa.

São programas que devem estar obrigatoriamente integrados, uma vez que a perspectiva de intervenção é a família, mas que devem estar separados, devido à especificidade de cada público-alvo, com tipos de atendimento e equipamentos específicos.

4. Ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação

O caminho para um projeto de futuro para o Brasil começa pela educação. Nos últimos anos, os principais avanços da educação brasileira referem-se à ampliação do acesso aos ensinos fundamental e médio e ao crescimento da matrícula no ensino superior. Contudo, os indicadores de desempenho dos alunos refletem uma situação dramática nas escolas de todo o país: 59% das crianças da 4ª série, ou seja, com 4 séries de escolarização, são analfabetas e, o que é pior, a tendência detectada nos últimos anos foi de queda progressiva nos padrões de rendimento escolar. Os dados projetam a existência de cerca de 980 mil crianças na 4ª série do Ensino Fundamental que não sabem ler e mais de 1,6 milhão que são capazes de ler apenas frases simples. O não enfrentamento dos problemas associados à qualidade do ensino vem ampliando o contingente de analfabetos funcionais: temos, hoje, cerca de 35 milhões de pessoas com menos de quatro anos de escolaridade, que aprenderam a ler, mas não sabem interpretar.

O quadro geral de exclusão educacional no país pode ser ainda medido pelo fato de que, em média, as pessoas com 15 anos ou mais têm apenas 6,3 anos de estudos, quando se esperaria que tivessem, no mínimo, 9 anos. Esse resultado é bastante diferenciado em termos regionais. A escolaridade média do jovem nordestino de 15 a 24 anos é de 5,9 anos de estudos, significativamente inferior à de jovens do Sul e Sudeste, que alcançam 8,1 e 8,3 anos, respectivamente, para a mesma faixa etária. A desigualdade regional quanto ao grau de formação da população brasileira também é marcante: enquanto no Sudeste 34% da população de 25 a 34 anos têm o ensino médio ou superior, no Nordeste apenas 23% dos adultos jovens têm essa mesma formação. Por outro lado, 3% no Sudeste não possuem instrução, contra 12% no Nordeste.

A educação se mostra desigual também por raça: negros e pardos correspondem a 67% dos analfabetos. Apenas 3% dos concluintes do ensino médio são negros e a proporção de negros entre as pessoas com doze anos de escolaridade ou mais não passa de 2,8%.

O desafio a ser enfrentado é agravado pela existência de cerca de 16 milhões de adultos brasileiros analfabetos, completamente excluídos do processo educacional, que se encontram desigualmente distribuídos pelo País. No Nordeste, a taxa de analfabetismo está estimada em 24,3%, enquanto que no Sul e no Sudeste em 7,1% e 7,5% respectivamente. O programa **Brasil Alfabetizado** busca oferecer, a todo jovem e adulto fora da escola

formal, a oportunidade de alfabetização, o que significa dizer que até 2007 todos esses 16,3 milhões de brasileiros estarão lendo e escrevendo.

A situação é também grave na educação básica: são muitas as crianças ainda fora da escola. Cerca de 9,6 milhões de crianças de 4 a 6 anos estão nessa situação. Das que estão em idade escolar, 3,6% não estão matriculadas, sendo que mais de 2 milhões de crianças de 7 a 14 anos trabalham em vez de estudar e 800 mil estão envolvidas nas piores formas de trabalho, inclusive a prostituição. Como agravante, o desempenho educacional dos alunos da educação básica está muito abaixo do adequado, revelando sérios problemas de qualidade e aprendizado. No ensino fundamental, cerca de 39,1% dos estudantes estão com defasagem série-idade e, de cada 100 alunos hoje matriculados na 1ª série, estima-se que apenas 41 chegarão ao final do ensino fundamental e, destes, no máximo 25% podem ser considerados preparados para os desafios educacionais e profissionais futuros. Quanto ao ensino médio, observa-se uma demanda crescente por vagas, tanto advinda dos concluintes do ensino fundamental em idade regular, quanto daqueles que o concluem por outras estratégias, como as séries de aceleração, cursos para jovens e adultos e exames supletivos.

O programa **Brasil Escolarizado** pretende garantir uma educação básica com qualidade para todos, abrangendo a escolarização que vai desde a educação infantil até o final do ensino médio, ampliando de forma importante o atendimento às crianças entre 4 e 6 anos na Pré-escola, atendendo a todas as crianças entre 7 e 14 anos de idade na Ensino Fundamental e ampliando de 8,7 milhões para 10 milhões o número de matrículas no Ensino Médio.

Na educação infantil, que constitui a primeira etapa da educação básica, abrangendo creches e pré-escolas, também são evidentes problemas de qualidade e equidade. Além da iniquidade evidenciada no acesso a esse atendimento, que é muito mais elevado para crianças de famílias de maior renda e com mais alta escolaridade dos pais, as condições da oferta também são desiguais. O espaço físico e as instalações, muitas vezes compartilhados com escolas de ensino fundamental, são precários e inadequados à faixa etária. O programa **Educação na Primeira Infância** (até três anos de idade) pretende atacar o problema por meio de ações que possibilitem uma significativa ampliação do número de crianças de 0 a 3 anos com acesso ao atendimento pedagógico e nutricional.

O considerável número de pessoas que está retornando, em idade tardia, para cursar o ensino médio é explicado pelo mercado de trabalho, que exige cada vez mais a conclusão da escola média. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho mostrou que, nas 8 maiores regiões metropolitanas do País, os postos de trabalho que exigiam escolaridade básica diminuíram 22% entre 1998 e 2001, enquanto os empregos que exigiam a escolaridade média completa aumentaram 28%, nesse mesmo período. O contingente de jovens e adultos sem escolaridade ou com até 2 anos de escolaridade chega a 25 milhões, para os quais é de fundamental importância a educação e a formação profissional.

Os números da educação profissional no Brasil, apresentados em seu último Censo – 716 mil matrículas no nível técnico e 91 mil concluintes – são indicadores de que não há, ainda, condições de garantir formação profissional aos milhões de jovens e adultos que representam a força de trabalho do País. Isso exige medidas quanto ao desenvolvimento de uma nova política pública para a mesma, incluindo a revisão da legislação vigente, a fim de que, entre outras medidas, se possa ofertar uma educação profissional, tecnológica e universitária articulada com as políticas nacionais de geração de emprego, trabalho e renda.

No que se refere ao ensino superior, o desafio não é menor. Dos cerca de 3,2 milhões de estudantes que terminaram o ensino médio em 2000, 1,2 milhão entraram nas universidades, dos quais apenas de 274 mil em universidades públicas federais, estaduais e municipais, cabendo à grande maioria o caminho das instituições particulares. Desses últimos, muitos são obrigados a abandonar os estudos por falta de recursos para pagar as mensalidades.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP/MEC, para cada 100 alunos que ingressam nas universidades públicas brasileiras, somente 64 terminam o seu curso. Isso significa que quase 40% das vagas das instituições públicas de ensino superior se tornam ociosas. O aumento na oferta de vagas no sistema de ensino superior público não foi suficiente para reduzir a concorrência. Como são gratuitas e consideradas de melhor qualidade, essas instituições atraem para seus vestibulares um número cada vez maior de candidatos. Em 1997, a relação de candidatos inscritos no vestibular por vagas oferecidas era de 7,4, passando para 9,3 em 2001. Os programas **Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária** e **Universidade do Século XXI** estarão cumprindo o duplo papel de expandir vagas na educação profissional e superior e melhorar a qualidade dessa oferta em todo o País.

Dentre os maiores problemas, identifica-se a fragilidade da formação dos professores e a falta de estímulo para que renovem sua prática pedagógica. Não existe um plano sistemático e efetivo de formação continuada dos professores que possibilite sua atualização permanente em termos científicos e pedagógicos, nem mecanismos institucionais de valorização do seu conhecimento e da prática científica e pedagógica. Predominam currículos centrados na transmissão de conteúdos, com frágil abordagem prática e problematizadora, devido à ausência de processos formativos que promovam a renovação. O programa **Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação** vem de encontro a esses problemas, prestando assistência técnica e financeira aos sistemas de ensino para a concepção e a prática de um plano de formação de professores e de valorização do magistério. O programa será implantado em parceria com estados, Distrito Federal, municípios e instituições governamentais e não-governamentais afins e instituições federais de ensino superior, promovendo ações conjuntas entre as três esferas da administração pública. Essas ações possibilitarão a capacitação de cerca de 2,5 milhões de professores e outros profissionais que atuam na educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio.

5. Promover o aumento da oferta e a redução dos preços de bens e serviços de consumo popular

Uma das provas da exclusão social e das desigualdades na sociedade brasileira é o acesso diferenciado da população a bens e serviços. Como parte do enfrentamento desse problema, há que garantir a produção e a distribuição com custos e qualidade adequados aos rendimentos dos consumidores, em particular de sua fração menos favorecida.

A redução de impostos sobre a cesta de consumo popular, assim como a desoneração da produção, são formas pelas quais o projeto de reforma tributária ora em tramitação no Congresso pode contribuir. A redução da taxa de juros e a melhoria das condições de crédito também poderão auxiliar, na medida em que estimularão os investimentos produtivos, reduzirão os custos de fabrico, armazenagem e distribuição e, conseqüentemente, permitirão a redução nos preços dos bens e serviços.

O peso dos alimentos na cesta de consumo popular torna a política agrícola um elemento de grande importância frente ao desafio. O PPA 2004-2007 prevê a ampliação de recursos ao financiamento da safra agrícola, o fortalecimento da política de preços mínimos, estoques e instrumentos financeiros reguladores e o incentivo à agricultura familiar, que é a grande provedora dos gêneros alimentícios da cesta básica. Essas

iniciativas irão permitir a regularidade do abastecimento e a redução dos preços dos produtos agrícolas.

Tais instrumentos podem operar favoravelmente, mas estão longe de esgotar os mecanismos disponíveis para baratear o consumo. Programas do PPA estão direcionados à solução desse problema. O programa **Defesa Econômica e da Concorrência** busca diminuir os danos causados pelo elevado grau de oligopolização dos mercados, que dificultam a transferência dos ganhos de produtividade a preços e salários. Já o programa **Defesa do Consumidor** quer resguardar o cidadão de práticas de mercado abusivas, além de desenvolver comportamentos responsáveis por parte das empresas, na produção de bens e serviços adequados às necessidades dos cidadãos.

O programa **Gestão da Política dos Transportes** apóia a redução dos preços de bens e serviços de consumo popular, ao diminuir os custos de movimentação de cargas e melhorar o acesso da população. Para reduzir o déficit habitacional brasileiro, com a construção de novas casas e o desenvolvimento de tecnologia para produção de moradias populares, há o programa **Habitação de Interesse Social**.

A confirmação da especialização produtiva brasileira na direção do consumo de massa terá, por si só, o atributo de gerar ganhos de escala e incentivar as empresas a inovar, na apresentação de produtos adequados ao poder aquisitivo da população. Essa tendência deverá ser fortalecida por estímulo à pesquisa, confirmando uma rota altamente promissora em termos de redução de preços e ganhos de qualidade. A dinâmica do consumo popular no Brasil poderá, dessa forma, contribuir de forma significativa ao balanço de pagamentos do país e à redução da vulnerabilidade externa.

6. Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente

A cidade é o lugar por excelência de materialização de direitos coletivos de cidadania, tal como estabelecido no Estatuto da Cidade. Ainda há, porém, um longo caminho a percorrer para transformar as cidades brasileiras em espaços socialmente mais justos, democráticos e dotados de qualidade de vida adequada. A irregularidade fundiária, a habitação precária, o acesso desigual e a deficiência dos serviços de saneamento ambiental e de transporte coletivo e a falta de segurança no trânsito são obstáculos para a obtenção da cidadania urbana num contexto de perversa distribuição de renda.

Por meio da implementação do programa **Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana** será possível apoiar os Estados e Municípios na modernização do seu aparato institucional, na implementação dos instrumentos preconizados no Estatuto da Cidade, na elaboração de planos diretores e na capacitação de equipes técnicas e atores sociais sobre legislação e gestão urbanística e ambiental com vistas ao aperfeiçoamento do planejamento e da gestão urbana. Especial atenção será dispensada ao fortalecimento da gestão metropolitana e intermunicipal, pois as regiões metropolitanas, ao mesmo tempo em que concentram parte significativa da população, das atividades econômicas e da infraestrutura, reúnem também os piores índices de qualidade de vida urbana da população de baixa renda. A conformação de políticas para as regiões metropolitanas e o estímulo a formas de cooperação intermunicipais propiciam novas alternativas de solução para o controle de enchentes e para a destinação final dos resíduos urbanos, por exemplo.

As cidades brasileiras caracterizam-se por grandes desigualdades nos padrões de qualidade de vida, inclusão social e cidadania. Essa desigualdade reside no desequilíbrio existente entre os componentes da rede urbana – centros regionais e metrópoles e os municípios em processos de esvaziamento econômico e demográfico – e internamente, em cada um deles. Desse modo, é tarefa do Governo obter e divulgar informações sistematizadas sobre a rede urbana e as características intra-urbanas, que servirão de substrato para a elaboração, execução e avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

O déficit habitacional quantitativo do País foi estimado, em 2000, em 6,6 milhões de novas moradias, concentrado nas áreas urbanas (81,3%) e na população com rendimento familiar inferior a cinco salários mínimos (89,1%). O déficit qualitativo, de 15 milhões de moradias inadequadas, é agravado pelo crescimento dos assentamentos realizados à margem das normas urbanísticas, fundiárias e de edificação, em áreas ambientalmente impróprias, colocando em risco a vida de milhões de famílias.

O programa **Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários** realizará ações de apoio aos estados, Distrito Federal e municípios na realização de intervenções necessárias à segurança, salubridade e habitabilidade da população localizada em áreas inadequadas à moradia, por meio da regularização fundiária, melhorias habitacionais, obras e serviços de infra-estrutura e outras que objetivem a redução de riscos a que estão expostas. A meta do programa é atender 1,6

milhão de famílias no período 2004 a 2007, entre as quais 780 receberão títulos de mil títulos de propriedade.

Por meio dos programas **Habitação de Interesse Social** e **Financiamento Imobiliário Habitacional** serão realizadas ações de apoio ao cidadão para aquisição ou construção de unidade habitacional ou lote urbanizado; conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional e aquisição de material de construção, sob a forma individual ou associativa. No período de 2004 a 2007, o objetivo dos programas da área de habitação é financiar ou apoiar a produção de 1,2 milhão de unidades habitacionais, contribuindo para a redução do déficit habitacional. Também serão apoiados projetos de assistência técnica à auto-construção e ao mutirão e os que visem o aumento da qualidade e da produtividade da cadeia da construção civil, reduzindo o desperdício de materiais e os custos finais de produção da moradia e da infra-estrutura urbana.

Apesar da existência de um déficit habitacional de 6,6 milhões de moradias, convivemos no país com cerca de 4,5 milhões de imóveis urbanos vazios. Nas áreas centrais dos centros urbanos concentra-se um expressivo acervo destes imóveis (habitacionais e comerciais) sub-utilizados ou em desuso. O programa **Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais** tem por objetivo promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica, conservando o patrimônio. Para tanto, serão desenvolvidas ações para apoiar os estados e municípios na elaboração de planos de reabilitação de áreas urbanas centrais e projetos-piloto de conversão e recuperação de imóveis ociosos, sub-utilizados ou insalubres destinados à habitação de interesse social e usos mistos, além de melhorias nas áreas de circulação de pedestres e portadores de necessidades especiais, e na implantação de vias exclusivas de transporte público.

No Brasil, a maioria dos que não dispõem de esgotamento sanitário adequado são os que moram em habitações precárias. Entre estes estão também os cerca de 15 milhões que não têm acesso à água encanada e onde a coleta de lixo é deficiente. Em 64% dos municípios brasileiros os resíduos sólidos coletados são depositados em lixões a céu aberto.

Para enfrentar esse quadro o Governo desenvolverá ações de Saneamento Ambiental, para propiciar o financiamento para a implantação, ampliação e melhoria dos

sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, de drenagem urbana e dos serviços de coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos.

No período do PPA 2004-2007, as metas para o saneamento são de beneficiar 9 milhões de famílias, aumentando a taxa de cobertura dos serviços urbanos de abastecimento de água de 92,4% para 93,5%, bem como a taxa de cobertura dos serviços urbanos de coleta de esgoto de 50,9% para 57,9%. No caso dos resíduos sólidos, a meta é ampliar a taxa de atendimento domiciliar com serviços de coleta de lixo de 91,1% para 93,1%, bem como a taxa de municípios com disposição adequada de resíduos sólidos de 29% para 43%. Esses investimentos estarão associados a estudos, planos e projetos voltados para o desenvolvimento institucional e operacional do setor, capacitação de recursos humanos e reformulação dos marcos regulatórios, fiscalização social e avaliação, apoiadas na educação ambiental e na gestão do uso e ocupação do solo.

Os serviços públicos de transporte coletivo passam por uma crise institucional e regulatória, afetando a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços, reduzindo a confiabilidade e a atratividade do transporte público, prejudicando especialmente a população pobre. Tal fenômeno resulta na queda da mobilidade e acessibilidade dessas populações, restringindo suas oportunidades de trabalho, condicionando suas decisões de moradia, e privando-os do acesso aos serviços essenciais, como os de educação, saúde e assistência social, ou seja, comprometendo sua qualidade de vida.

O Governo implementará ações para apoiar projetos de circulação que estimulem a consolidação de redes de transporte público coletivo e a utilização de mecanismos de integração intermodal .

Estão previstas ações no programa **Trilhos Urbanos** para proporcionar à população de centros urbanos meios metro-ferroviários de transporte, integrados aos demais modos, de acordo com os padrões de segurança, conforto, rapidez, regularidade e pontualidade, que amplie a mobilidade e democratize o acesso às oportunidades do meio urbano, a melhoria da qualidade de vida e a redução do tempo e do custo dos deslocamentos. O programa **Mobilidade Urbana** promoverá o aumento dos deslocamentos e da acessibilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não motorizados e priorizando o transporte coletivo, reduzindo os efeitos negativos da circulação urbana como os congestionamentos e a poluição. No período 2004-2007, as metas dos programas de transporte e mobilidade urbana visam aumentar a

média diária mensal de passageiros transportados pelos sistemas de trens urbanos de 4,5 milhões para 6,5 milhões e aumentar a taxa de mobilidade urbana de 1,5 para 2,0 viagens realizadas por dia por habitante.

Na busca da melhoria da qualidade de vida da população das áreas urbanas, o sistema de trânsito ocupa um papel de destaque na medida em que envolve, no dia a dia, praticamente todos os cidadãos brasileiros que se locomovem livremente para a satisfação de suas necessidades em busca de seu bem-estar. Entretanto, a gestão municipal sobre o trânsito estabelecida pelo Código Brasileiro de Trânsito ainda não foi assumida totalmente pelos Municípios. Do total de Municípios brasileiros, apenas 526 (menos de 10%) constituíram seus órgãos municipais de trânsito e, na maioria das vezes, em condições precárias de infra-estrutura e qualificação profissional.

Campanhas educativas, treinamento, manutenção e aperfeiçoamento dos sistemas de informação, proposição de melhorias nos modelos de gerenciamento e fortalecimento da gestão e da atuação integrada dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, são algumas das ações a serem executadas no programa **Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos**. O objetivo ao longo do período 2004-2007 é de reduzir o coeficiente de mortalidade por acidente de trânsito no Brasil de 11,6 para 8 mortes a cada 100 mil habitantes.

A distribuição espacial dos déficits de moradia, de saneamento ambiental, de transportes coletivos e de regularidade fundiária remete, ainda, à necessidade do desenvolvimento de programas regionalmente diferenciados, de acordo com as características da população, suas formas de organização, suas condições urbanas, ambientais e econômicas, com prioridade de aplicação de recursos nas áreas de maior vulnerabilidade.

7. Reduzir a vulnerabilidade das crianças e de adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, o Brasil passou a ocupar lugar de destaque, entre os países com marcos legais mais avançados do mundo. Entretanto, essa continua a ser a parcela da população brasileira mais exposta à violação dos direitos. Maus tratos, abuso e exploração sexual; trabalho infantil; desaparecimento; fome e abandono são ocorrências cotidianas da vida desses jovens.

Assim, como condição essencial para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros, para a concretização de todos os princípios preconizados pelo ECA, é necessário canalizar esforços. É importante, nesse sentido, conceder especial atenção às ações que visam o fortalecimento do Sistema de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, promovendo uma real integração entre os órgãos do poder público (órgãos de segurança pública, poder judiciário e defensorias públicas) e da sociedade civil (Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos e Centros de Defesa).

Para o cumprimento do Estatuto, o programa **Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente** contempla ações que visam aumentar o percentual de municípios com o sistema de defesa implantado. A idéia é apoiar a implantação de serviços de atendimento jurídico-social, projetos de prevenção contra a violência nas escolas, organizações de jovens e serviços de atendimento a crianças e adolescentes sob medida de proteção.

Atender às crianças, adolescentes e jovens carentes até 24 anos, em situação de risco pessoal e social, é o objetivo do programa **Proteção Social à Infância**, Adolescência e Juventude. Sua atuação será em comunidades de baixa renda, por meio de ações complementares e de alto poder de integração intersetorial, que funcionarão como elemento dinamizador da promoção do jovem – a criação de centros de juventude, como *locus* catalisador das energias juvenis; e a formação de Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano, como elemento de preparação para o exercício do seu papel social.

Observando-se o perfil dos adolescentes em conflito com a lei, constata-se que, na maior parte dos casos, esses jovens são do sexo masculino; não trabalham e não estudam; são afrodescendentes; são usuários de drogas e vivem em famílias pobres, cujo rendimento médio mensal não ultrapassa dois salários mínimos. O programa **Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei** visa promover a reinserção desses jovens, utilizando medidas de boa qualidade, envolvendo a articulação, mobilização, qualificação do sistema de justiça e investimento na capacitação profissional.

Apesar dos benefícios das medidas socioeducativas em meio aberto, quando comparadas às de privação de liberdade, ainda persistem dificuldades para sua aplicação, tais como: o preconceito social que estigmatiza; a ausência de retaguarda de serviços e instituições públicas e privadas; a ausência de estudos e pesquisas sobre o adolescente

autor de ato infracional; o desconhecimento e a compreensão equivocada do Estatuto da Criança e do Adolescente por parte do poder público, Judiciário e por setores da opinião pública. Nota-se ainda a falta de uma rede de atendimento que garanta a promoção e proteção dessa população.

Para a concretização dos direitos dos jovens em conflito com a lei é importante, entre outras ações: a adequação da arquitetura das unidades de internação; a aplicação excepcional da medida de privação de liberdade; a substituição da medida de privação de liberdade por medidas socioeducativas em meio aberto, seguindo um modelo de atendimento descentralizado e municipalizado; o amplo acesso às defensorias públicas nos municípios; a integração dos programas a uma rede de atendimento; a elaboração de políticas que integrem serviços de diferentes áreas de atendimento buscando o envolvimento, articulação e mobilização ampla de organizações governamentais e não governamentais; o desenvolvimento de gestão compartilhada; o protagonismo juvenil na implementação de políticas públicas, além da sensibilização da sociedade através de uma ampla mobilização social. Esse movimento deve contar ainda com iniciativas de promoção do esporte e lazer como forma de integração social.

O programa **Inserção Social pela Produção de Material Esportivo** desenvolverá ações destinadas à reintegração do detento junto à sociedade, reinserção social e geração de emprego e renda em comunidades de risco social, preferencialmente na busca do primeiro emprego.

A violência sexual contra crianças e adolescentes – clandestina e em grande parte doméstica – é uma questão ainda pouco visível e difícil de ser qualificada. O mais frequente tipo de agressão é aquele denominado estrutural, em função da precária situação socioeconômica das famílias. A defesa dos direitos e a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual vêm sendo promovidas pelo programa **Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, mediante ações integradas com as áreas de educação, saúde, cultura e justiça, visando o retorno da criança ou adolescente ao convívio da família e da sociedade. O programa atua no sentido de promover e formar uma rede de prevenção e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, pela implantação de comitês estaduais e de mecanismos especiais para o atendimento a essa população.

O trabalho infantil é outra preocupação central deste Governo. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 detectou 3.094.249 brasileiros, com idades entre 5 e 16 anos incompletos, trabalhando, 8,5% da população nacional nessa faixa etária. A permanência de tal fenômeno causa a perpetuação do ciclo de pobreza que aprisiona famílias: a pobreza dos pais leva os filhos precocemente ao trabalho como forma de aumentar a renda, gerando crianças e adolescentes com baixa escolaridade. Isso impede que possam ocupar postos de trabalho melhores, reproduzindo a mesma situação na geração seguinte e dificultando sua inclusão social. Em suma, o trabalho precoce traz prejuízos importantes para a saúde física e mental, bem como para a escolarização.

O programa **Erradicação do Trabalho Infantil** visa eliminar a prática do trabalho entre os menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, entre 14 e 16 anos, por meio da integração de ações de fiscalização e da promoção de atividades sócio-pedagógicas fora do horário escolar (jornada ampliada).

8. Promover a redução das desigualdades raciais

O expressivo contingente de brasileiros afro-descendentes torna o país a segunda maior população negra do mundo, atrás somente da Nigéria: são 76,4 milhões de pessoas, o que corresponde a 45% dos habitantes, de acordo com dados do Censo de 2000. O quadro de desigualdades raciais revela o drama da marginalização econômica e da injustiça social que afeta os herdeiros dos escravos africanos. No Brasil, a pobreza tem cor e essa cor é negra. Com efeito, 47% da população negra é pobre. Esse percentual cai para 22% em relação à população branca.

A inserção do negro no mercado de trabalho é sempre mais precária do que a do branco: os afro-brasileiros têm mais chances de se encontrar desempregados e costumam ganhar cerca da metade dos rendimentos dos brancos. A maior parte está ocupada no setor informal, isto é, não tem acesso aos direitos trabalhistas, como aposentadoria pública, seguro-desemprego, auxílio em caso de doença ou de acidente de trabalho.

Em média, os jovens e adultos negros têm dois anos a menos de estudo do que os jovens e adultos brancos. Essa distância tem-se mantido constante desde os tempos de seus pais e avós. De modo análogo, observa-se que, mesmo tendo havido, na década de 90, redução na taxa de analfabetismo de toda a população, persiste ainda uma diferença entre os dois grupos populacionais, em torno de 10%: dados de 2001 demonstram que os percentuais de analfabetismo eram de 8% para os brancos e de 18% no caso dos negros.

A persistência dos altos índices de desigualdade racial traz conseqüências perversas. De um lado, a participação diferenciada de brancos e negros nos vários espaços da vida brasileira é vista como natural, reforçando a estigmatização e inibindo o desenvolvimento de suas potencialidades individuais. De outro, o processo vivido pela população negra compromete a evolução democrática do país e a construção de uma sociedade mais justa e coesa.

Combater as desigualdades raciais é tarefa de todos, em especial do Estado. Para tanto, o Governo adotará como diretrizes a implantação de políticas de erradicação da discriminação e o fortalecimento de espaços de diálogo e parcerias com a sociedade civil organizada. O programa **Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial** vai promover a integração e coordenação de ações de Governo e políticas afirmativas, com campanhas de conscientização, concessão de bolsas para estudantes negros e apoio a iniciativas de promoção da igualdade social.

9. Promover a redução das desigualdades de gênero

O Governo assume como objeto permanente, por meio do Plano Plurianual 2004 – 2007, o princípio da transversalidade de gênero na formulação e desenvolvimento das políticas públicas, incluindo-se aí todos os setores de atuação e segmentos de poder. Na intensa discussão estabelecida com a sociedade sobre desigualdade social, as variáveis relativas a sexo, raça e etnia tornam o quadro ainda mais complexo e dramático. As diferenças de gênero e raça, em relação a qualidade de vida e acesso a oportunidades, demonstram que a igualdade de direitos no Brasil ainda é um princípio não concretizado.

Hoje, essa luta saiu da invisibilidade, em grande parte pelas conquistas do próprio movimento de mulheres, e faz parte da agenda nacional e internacional do país. Há compromissos de Governo e programas específicos sendo desenvolvidos. Contudo, deve-se ser firme no sentido de garantir que as leis sejam realmente respeitadas e as ações governamentais se tornem efetivas, principalmente em relação às mulheres em situação de pobreza e violência, sejam elas indígenas, negras, crianças, jovens ou idosas.

Estrategicamente formulados, os programas propostos no Plano Plurianual abrangem questões de grande relevância na elaboração de políticas públicas para a população feminina. Segundo pesquisas recentes (2001), a situação das mulheres é das mais graves: 43% delas declararam ter sofrido alguma forma de agressão. A cada 15 segundos, um ato de força é praticado contra a mulher. Isto se dá sob diferentes formas:

doméstica, sexual, simbólica ou por tráfico de seres humanos. Meninas e jovens em nosso País constituem uma população especialmente vulnerável, tanto como vítimas de exploração e abuso sexual, quanto pelo alto índice de gravidez na adolescência. Estima-se que 20% do total de partos são de meninas e jovens entre 10 e 19 anos.

Diante do desrespeito e da violação de direitos, e na intenção de alterar esse quadro, o programa **Combate à Violência Contra as Mulheres** vai atuar desde a prevenção até o combate sistemático às diferentes formas de coação. Pretende atender aos casos de violência, aperfeiçoar a legislação existente e dar suporte às vítimas, apoiando serviços de atendimento e abrigos para mulheres em situação de risco, oferecendo orientação e proteção.

Entre a população que se concentra abaixo da linha da pobreza, as mulheres são as mais pobres, vivendo em condições de extrema miserabilidade, tendo negados os direitos de acesso à educação, ao mundo de trabalho, aos serviços de saúde e à habitação. No Brasil, elas são objeto de graves discriminações, tanto em termos de acesso a serviços públicos, quanto em relação ao crédito, à terra, à documentação e à formação profissional.

Outro problema estrutural e de difícil solução, porém, de fundamental importância na busca pela equidade de gênero em nosso País, é a questão cultural e educacional, pois a discriminação e o preconceito são culturalmente perpetuados. A precariedade dos dados relativos à situação da mulher exige ações governamentais que visem o levantamento e sistematização dessas informações, subsidiando, em todos os níveis de governo, o delineamento de políticas específicas. Nesse sentido, o programa **Gestão da Política de Gênero** traz sua contribuição, incentivando o planejamento, execução e avaliação de projetos orientados para a busca da igualdade. Corrobora, assim, a política de gênero, por meio da realização de estudos e pesquisas, da coleta e sistematização dos resultados.

As desigualdades salariais entre homens e mulheres são marcantes, em todas as classes sociais. Mulheres trabalhadoras geralmente estudaram mais tempo que os homens: em média 7,3 anos, contra 6,3, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nas profissões de nível superior, 52,8% do contingente masculino recebe mais de 10 salários mínimos, mas apenas 30,1% do universo feminino atinge esse patamar, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais, 2002). Esse cenário se torna mais complicado na medida em que aumenta o número de famílias chefiadas por mulheres.

As disparidades são ainda maiores em relação às mulheres negras, que chegam a receber até 60% menos que homens brancos. Entre as trabalhadoras domésticas, 56% são afro-descendentes. Historicamente, as políticas para as mulheres têm repetido o desprestígio social e político que lhes é conferido no mundo do trabalho, uma vez que, apesar de já representar em torno de 40% da população empregada, aproximadamente 44% delas vivem na informalidade. Na agricultura, as mulheres representam 33% da força trabalhadora, no entanto, encontram-se, em sua maioria, na condição de não-assalariadas e/ou não-remuneradas, por se inserirem na economia de subsistência.

O programa **Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho** tem como premissa a idéia de contribuir para a promoção da equidade, com vistas a garantir a inclusão das mulheres no trabalho, o acesso e permanência em postos compatíveis com sua habilidade profissional, investindo especialmente na elevação da escolaridade e no aperfeiçoamento das capacidades técnica e gestora. A estratégia de atuação está baseada na execução de ações que vão aumentar o acesso das mulheres ao crédito bancário, pela articulação entre instituições financeiras, públicas e privadas, estimulando o investimento em iniciativas autônomas e associativas.

Além disso, buscar-se-á reduzir a taxa de desemprego entre as mulheres. Dentre as ações está o apoio à implantação de creches (assegurando o direito da criança); restaurantes públicos nos locais de trabalho; lavanderias públicas e outros equipamentos e serviços sociais destinados a facilitar e mesmo viabilizar o trabalho dos brasileiros. O programa atua também na promoção de cursos de capacitação técnica e gerencial para as mulheres, direcionados ao aperfeiçoamento do seu potencial profissional, numa parceria do Governo com o setor privado e as organizações da sociedade civil.

10. Ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital

Informação é um recurso social estratégico para a criação de riquezas e bem-estar nas sociedades contemporâneas. O acesso à informação é condição essencial para a construção da democracia, criação de oportunidades, produção e distribuição de riquezas. Quanto mais universal e plural é o convívio com a informação, mais democrática é a sociedade, mais competitiva é a economia.

A universalidade e pluralidade, nesse caso, implicam o provimento de um meio adequado aos cidadãos, comunidades, instituições e empresas, além de condições culturais, econômicas e técnicas para a produção e comunicação de informação, assegurado o necessário retorno.

Por isso, uma política pública de inclusão social e digital deve considerar como aspectos essenciais três dimensões distintas e complementares. Há a dimensão tecnológica, segundo a qual o acesso à informação significa a disponibilização de tecnologias e meios de acesso. A televisão digital permitirá a convergência tecnológica, praticamente anulando as diferenças entre radiodifusão e telecomunicações. A dimensão educacional deve possibilitar às pessoas a capacidade de utilizar os meios eletrônicos e transformar informação em conhecimento. O aspecto educacional abrange questões básicas – ler e escrever –, bem como o manejo das novas tecnologias. Quanto à dimensão cultural, há uma preocupação com o conteúdo disponibilizado, forma de garantir o efetivo acesso à informação. Como conteúdos distintos – econômico, político, artístico-cultural, entretenimento, etc. – estão, em sua maior parte, em língua inglesa, é necessário ainda assegurar a preservação cultural de cada comunidade e da sociedade brasileira.

Devido à complementaridade das dimensões, programas estão sendo desenvolvidos de forma a integrá-las. O programa **Universalização dos Serviços de Telecomunicações** se destaca por pretender dar a todos os cidadãos serviços de telecomunicações, o que significa inclusão social, independentemente de localização e condição socioeconômica. Apresenta como foco de suas ações a população das localidades com menos de 100 habitantes, de baixo poder aquisitivo, de regiões remotas e fronteiras com interesse estratégico, órgãos de segurança e unidades de serviço público em pontos longínquos do território nacional, dentre outras.

Os benefícios ao público-alvo serão alcançados por meio da implementação de ações que cobrirão parcela de custo não recuperável nos serviços de acesso à Internet. Isso inclui o uso de terminais por instituições de ensino fundamental, médio e profissionalizante, instituições de assistência a deficientes, por deficientes carentes, bibliotecas públicas federais, estaduais, municipais, centros de difusão cultural e científica e organizações da sociedade civil de interesse público.

De forma complementar, criou-se o programa **Inclusão Digital**, que se destina a promover a aproximação com as tecnologias de informação e comunicação e com o acervo

de informações e conhecimentos disponibilizados por meio destas, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros. Este programa tem como foco comunidades, jovens e outros segmentos, cuja situação socioeconômica imponha dificuldade de acesso aos benefícios das novas tecnologias.

A implementação da TV Digital, a ser efetivada por meio da ação “Formulação da Política de Radiodifusão Digital”, pertencente ao programa **Gestão da Política de Comunicações**, integrará a parcela da população hoje digitalmente excluída.

Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino em todos os seus níveis e modalidades, por meio de práticas pedagógicas modernas, materiais didáticos atualizados, inovação tecnológica e infra-estrutura física e instrumental necessários à aprendizagem é o fulcro do programa Escola Moderna. A inserção das novas tecnologias na educação presencial e na educação a distância é condição indispensável à democratização do acesso à formação inicial e continuada, à melhoria de qualidade dos processos de ensino-aprendizagem e à valorização dos profissionais da educação.

Para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de produtos e serviços avançados de computação, comunicação e suas aplicações, o programa **Sociedade da Informação** elegeu como foco o incentivo ao comércio eletrônico (*e-business* e *e-commerce*), fundamental para a modernização do setor privado. Essa modalidade de comercialização permite ampliar e diversificar mercados e aperfeiçoar as atividades de negócios; apoiar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, gerando trabalho e renda; incentivar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, além de desenvolver a infra-estrutura baseada em redes de alta velocidade, que tem enorme potencial de aplicações no sentido de melhoria na competitividade e na qualidade de vida dos cidadãos.

Democratizar e universalizar o acesso à informação e ao conhecimento significa prover educação, treinamento e cultura necessários para operar as tecnologias de comunicação que estão sendo disponibilizadas à sociedade e garantir a capacidade de transformar informação em conhecimento. Esta política deve respeitar as necessidades individuais, a diversidade cultural brasileira e as grandes carências sociais do país.

VIII. MEGAOBJETIVO II (dimensões econômica, ambiental e regional)

“Crescimento com Geração de Emprego e Renda, Ambientalmente Sustentável e Redutor das Desigualdades Regionais”

Dimensão econômica

O PPA 2004-2007 coordena ações públicas e induz comportamentos privados promotores do crescimento sustentado do país. Os objetivos são a ampliação do emprego, da renda e dos salários por meio da elevação dos investimentos e da produtividade; da eliminação dos gargalos de infra-estrutura, e da redução da vulnerabilidade externa da economia. As realizações projetadas terão sólida base macroeconômica: estabilidade dos preços internos e da taxa de câmbio, rigorosa disciplina fiscal e taxas de juros reais compatíveis com as taxas de rentabilidade dos setor produtivo.

Os programas do PPA mobilizarão o potencial produtivo nacional em toda sua diversidade setorial - agropecuária, mineração, indústria e serviços - e em toda a diversidade de agentes - trabalhadores, microempresários, pequenas, médias e grandes empresas, nacionais e estrangeiras. E mobilizarão a poupança financeira doméstica para prover o financiamento à produção, aos investimentos e ao consumo, a custos e prazos adequados. A elevação da produtividade da economia brasileira decorrerá de um processo contínuo de investimentos em expansão, modernização e inovação, que promoverão a aquisição de vantagens competitivas e o crescimento sustentado do PIB. Será fortalecida também a expansão da produção e do emprego para a força de trabalho desprovida de recursos adequados ao desempenho produtivo, por meio de ações como o apoio ao microcrédito, à reforma agrária e à agricultura familiar.

O PPA estimulará os investimentos em infra-estrutura por meio de gastos orçamentários, concessões e parcerias público-privadas; buscará a elevação do volume de comércio pelo aumento e diversificação das exportações e a substituição competitiva das importações por produção local; e promoverá a expansão do mercado de consumo decorrente do aumento da massa salarial, do emprego e da incorporação progressiva de famílias de trabalhadores até então dele excluídas.

A expansão do consumo popular é, não só compatível, mas reforça e requalifica a inserção da economia brasileira no comércio mundial. O crescimento do consumo popular sustenta-se em ganhos de produtividade associados ao tamanho do mercado interno; em ganhos de eficiência derivados do aumento do volume de exportações, que pode ser viabilizado devido à escala do mercado nacional; e em ganhos advindos do processo de aprendizagem e de inovação que acompanham os investimentos em expansão da capacidade produtiva das modernas indústrias de bens e serviços: alimentos processados, vestuário, farmacêutica, telefonia, etc.

A sustentabilidade do crescimento terá como um de seus pilares as políticas públicas, que terão dois focos distintos. O primeiro é o desenvolvimento de ações sobre os determinantes da produtividade sistêmica, como a infra-estrutura física (transporte, logística, energia e telecomunicações); a infra-estrutura de ciência e tecnologia (pesquisas básica e aplicada e engenharia, normatização e padrões técnicos para bens e serviços); a educação e qualificação da mão-de-obra; e marcos regulatórios adequados à realização de contratos financeiros para a prestação de serviços de utilidade pública. O segundo são as ações voltadas a regiões, atividades e setores escolhidos segundo os seguintes critérios: capacidade estruturante do espaço econômico nacional, viabilização do modelo de consumo de massa e contribuição ao volume e à diversificação de comércio externo.

A inexistência de infra-estrutura adequada e eficiente constitui entrave ao crescimento da economia brasileira que se planeja para os próximos anos e compromete a inserção competitiva do país no comércio mundial. O custo de logística no Brasil corresponde a 20% do PIB, o dobro do verificado nos países desenvolvidos. As malhas rodoviárias estão degradadas. As hidrovias são pouco exploradas, o transporte de cabotagem é praticamente inexistente e as instalações portuárias merecem aperfeiçoamentos. A matriz de transportes brasileira é muito concentrada no modo rodoviário, apresentando baixo grau de multimodalidade. Tais ineficiências são objetos de ações estruturantes deste PPA.

Outro entrave importante é o desperdício da vantagem competitiva derivada do predomínio da geração hidrelétrica na matriz energética nacional - de menor custo, limpa e renovável - devido à falta de planejamento e investimentos nos segmentos de transmissão e geração. Para reverter tal situação, está sendo elaborado um novo modelo para o setor elétrico brasileiro, contemplando o marco legal (regras e mecanismos de concessão e licitação de novos empreendimentos, critérios de contratação de serviços e de remuneração

dos agentes) e regulatório, que recriarão as condições para a segurança dos investidores e demais agentes setoriais, públicos e privados. Tais soluções estão sendo encaminhadas e, a curto prazo, possibilitarão investimentos fundamentais que permitirão a recuperação da vantagem competitiva do Brasil no setor.

No caso de telecomunicações, a necessidade premente é reorganizar adequadamente o setor, considerando os interesses da sociedade brasileira e o equilíbrio entre os diversos prestadores de serviços. Em tal contexto, faz-se mister perseguir a universalização dos serviços e incentivar a concorrência de forma a reduzir tarifas, elevar a qualidade e diversificar a oferta de produtos. Para tal, procurar-se-á incentivar as etapas do ciclo da atividade de telecomunicações enfraquecidas nos últimos anos: pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos. Só através da inovação permanente no setor, em sintonia com o processo de convergência tecnológica, poder-se-á oferecer serviços dentro das melhores práticas mundiais adequadas às necessidades da sociedade brasileira.

Tão importante quanto a infra-estrutura física é a de ciência e tecnologia para o crescimento e a inserção competitiva do país. O PPA estará apoiando a estruturação de um sistema nacional de inovação que articule empresas, centros de pesquisa públicos e privados, instituições de fomento e financiamento ao desenvolvimento tecnológico, instituições de apoio à metrologia, propriedade intelectual, gestão tecnológica e do conhecimento. A política de ciência e tecnologia objetivará harmonizar a base legal relativa ao regime de incentivos à inovação; definir a institucionalidade do sistema de forma a atribuir competência aos atores envolvidos e garantir que o fluxo de recursos, já definidos legalmente, possa servir de instrumento efetivo da política de inovação.

As ações no âmbito da ciência e tecnologia buscarão o fortalecimento de instituições públicas e privadas de pesquisa e serviços tecnológicos, inclusive visando a difusão de tecnologia e a extensão tecnológica. Para tanto, buscarão fortalecer a organização de sistemas setoriais de inovação e difusão tecnológica, isto é, redes de instituições especializadas em temas, setores e cadeias produtivas.

A definição dos temas e setores relevantes para o desenvolvimento tecnológico está, também, estreitamente vinculada às políticas industriais setoriais e de comércio exterior que se constituem em um conjunto de ações que conferem maior eficiência à produção de bens e serviços e induzem o aparecimento de atividades portadoras de futuro e

melhoram a inserção da economia brasileira no comércio internacional. Neste sentido, as políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior deste PPA têm como objetivos principais o aumento da eficiência econômica, a melhor inserção no comércio mundial e o desenvolvimento e a difusão de tecnologias com maior potencial de indução do nível de atividade e de competição no comércio mundial. Para alcançá-los considera-se prioritária a ação pública voltada para segmentos que são transmissores e geradores de progresso técnico; que envolvam elevada intensidade de conhecimento científico e tecnológico e que são importantes para o futuro do país e nos quais o Brasil apresenta potencial para o desenvolvimento de vantagens comparativas dinâmicas: nanotecnologia, software, biotecnologia, fármacos e medicamentos e bens de capital.

Dada a relevância do agronegócio para o comércio exterior e abastecimento do mercado doméstico e a importância crescente das novas tecnologias de genética e da biotecnologia para a agropecuária, as atividades de pesquisa agropecuária serão estimuladas. A manipulação genética de sementes, os sistemas de inseminação artificial para alterar registros genéticos de rebanhos, o ecodiesel são propriedades intelectuais da EMBRAPA e constituem promissores ativos nacionais para o desenvolvimento desses segmentos, podendo levar ao reposicionamento, no futuro próximo, dos grandes agentes da agroindústria a partir do controle das tecnologias e dos processos de difusão que consigam adquirir. São, assim, campos promissores para projetos de incubadoras de empresas e para as empresas desenvolverem parcerias com a instituição no campo da pesquisa aplicada.

Em relação à balança comercial, há que se reconhecer que a trajetória macroinstitucional do Brasil, nas últimas décadas, foi muito instável, não favorecendo escolhas empresariais ótimas da perspectiva da elevação das exportações brasileiras, e provocando participação elevada de produtos com demanda decrescente no mercado internacional e de indústrias de baixa intensidade tecnológica. De forma assimétrica, as importações concentram-se em produtos com demanda crescente no comércio internacional, de alta intensidade tecnológica e de maior valor agregado. Isto evidencia, nitidamente, que a geração de superávits comerciais consistentes a longo prazo não decorrerá somente de uma reestruturação da pauta de exportações, e que há que se substituir importações para exportar mais e melhor, aumentando o volume de comércio.

Para tanto, se simplificarão os procedimentos aduaneiros e se buscará desonerar a carga tributária das exportações. Em paralelo, serão desenvolvidos programas de promoção comercial e de prospecção de novos mercados. Serão incentivados a criação de centros de

distribuição de produtos brasileiros no exterior e a internacionalização de empresas nacionais. Para que o Brasil exporte mais e melhor é necessário ao país ganhar novos mercados, aumentar a intensidade tecnológica de seus produtos, ter selo de origem, desenvolver a marca Brasil e ter padronização produtiva adequada.

Dimensão Regional

O PPA está construído sobre o princípio de que as desigualdades sociais têm uma dimensão regional e de que seu enfrentamento passa por uma nova política de desenvolvimento regional e pelo fortalecimento do planejamento territorial no setor público. A geografia do Brasil mostra ainda uma forte concentração das atividades econômicas e da população sobre uma parcela menor do espaço territorial brasileiro, uma geografia das desigualdades sociais e econômicas onde estão regiões com reduzida capacidade de competir com os territórios mais dinâmicos.

A consolidação da estratégia de crescimento sustentável, com inclusão social, pressupõe a substituição deste processo assimétrico de desenvolvimento socioeconômico de conseqüências negativas, tanto para as áreas atrasadas como também para as regiões mais prósperas. Estas já estão enfrentando os problemas de aglomeração excessiva: congestionamento de fluxos, pressão sobre o meio ambiente e a saúde pública, incapacidade de absorver a pressão migratória, ampliando os bolsões de pobreza em todas as grandes cidades do País.

A geografia projetada pelo PPA para os próximos anos busca privilegiar o desenvolvimento solidário entre as diversas regiões do País, potencializando as vantagens da diversidade cultural, natural e social. A política regional não pode mais ser um problema de algumas regiões, mas uma política nacional que promova a coesão territorial como expressão da coesão social e econômica do País.

A integração competitiva do território nacional passa pela coordenação e pelo investimento seletivo em infra-estrutura, atacando de imediato os gargalos em transporte, energia, telecomunicações e recursos hídricos, que são obstáculos à valorização das complementaridades inter-regionais. Cabe ao Governo Federal, em articulação com os governos estaduais, definir o conjunto de projetos prioritários que assegurem uma distribuição equilibrada do crescimento econômico e social nas macrorregiões.

As áreas mais frágeis serão tratadas numa perspectiva subregional diferenciada no que tange ao gasto social e às políticas de emprego e renda. A intenção é estimular uma convergência das prioridades de gasto da União, estados e municípios, num conjunto de políticas estruturantes (transferência de renda, saneamento, habitação, saúde, educação, informação e conhecimento, meio ambiente, associadas a uma política "sob medida" de emprego e renda), gerenciadas de forma articulada, visando ao desenvolvimento local.

A estratégia regional do PPA contempla, em especial, as potencialidades econômicas do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste; e dá atenção diferenciada às zonas deprimidas, cuja integração à dinâmica de crescimento nacional é um dos desafios centrais para a desconcentração da renda. O fortalecimento dos arranjos produtivos locais confere ao País uma oportunidade singular para a desconcentração espacial da produção e a valorização dos recursos potenciais dispersos no território nacional.

O desenvolvimento regional, numa perspectiva nacional, não pode prescindir de uma profunda reformulação dos atuais instrumentos de atuação regional, Fundos Constitucionais, Incentivos, Agências Regionais, todos exclusivamente voltados para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. É crucial a adoção de instrumentos que permitam uma atuação do território visto de forma integrada e o equacionamento dos problemas das desigualdades sociais e econômicas dos espaços, numa perspectiva que abranja o conjunto do território nacional, nas diversas escalas: nacional, macrorregional, sub-regional, local. O primeiro passo será a consolidação da proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que acompanha a proposta de Reforma Tributária, em tramitação no Congresso Nacional.

Cada vez mais o destino das regiões depende de uma dimensão nacional e crescentemente relacionada à América do Sul e ao conjunto da dinâmica internacional. Isto muda o enfoque do planejamento e do desenvolvimento exclusivamente nacional e implica uma estratégia de fortalecimento e de integração das logísticas de infra-estrutura na América do Sul, na construção progressiva de um destino comum para o continente. É uma alteração deliberada de perspectivas do desenvolvimento que se orienta para o oeste, novamente, contrabalançando o excessivo adensamento econômico do litoral.

Dimensão Ambiental

A estratégia que fundamenta este PPA é de desenvolvimento sustentável e de longo prazo. Implica, por conseguinte, em uma dimensão ambiental que oriente as escolhas no campo social e econômico. Em face da pressão que o crescimento econômico impõe sobre os recursos naturais e os serviços ambientais, os compromissos de justiça social com as gerações atuais são indissociáveis do legado que se quer deixar às gerações futuras. O objetivo deste PPA é o desenvolvimento voltado para justiça social, integrando igualmente o direito a um ambiente saudável. São os mais pobres os mais expostos às áreas poluídas, inseguras e degradadas, os que menos têm acesso ao ar puro, água potável, saneamento básico e habitabilidade, expressando a distribuição desigual dos benefícios ambientais que marca nosso País. Os principais problemas que ameaçam nossos ecossistemas demonstram a estreita relação entre degradação ambiental e degradação social. Assim, a qualidade do ambiente afeto às comunidades é uma prioridade e uma urgência a ser enfrentada pelo PPA.

O desenvolvimento sustentável pressupõe assegurar a preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais. É necessário que o crescimento econômico tenha uma abordagem qualitativa, reestruturando-se amplamente e progressivamente, ao longo dos próximos anos, a partir de um novo padrão de produção e consumo, estimulando o manejo sustentável dos recursos naturais, bem como coibindo, com rigor, as ações produtoras de desequilíbrios ecológicos. Serão valorizadas as empresas com responsabilidade ambiental, uma exigência cada vez maior da competitividade, tanto no mercado interno como externo.

E serão reconhecidos os conflitos de interesse e de responsabilidade pelos custos ambientais e sociais decorrentes do crescimento, construindo pactos que apontem novos caminhos ou minimizem os prejuízos do atual padrão de produção. Isto é especialmente importante na agricultura, na área de energia e nas cadeias industriais tradicionalmente sensíveis ao risco ambiental, como o petróleo.

Crescer para que todos consumam pressupõe repensar também o padrão de consumo. A conservação da natureza como um valor social e a valorização do combate ao desperdício em todo o espectro da intervenção humana são essenciais à consistência de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. O consumo de recursos naturais e, sobretudo, de serviços ambientais estão se aproximando do limite e, em alguns casos, em franca degradação, mesmo com o consumo limitado a apenas uma parcela da população

brasileira. Talvez o melhor exemplo seja os problemas com a qualidade das águas dos nossos rios, o tratamento do lixo urbano e o déficit de saneamento básico do País. O manejo adequado dos nossos recursos hídricos deve ser assegurado com a implementação progressiva da nova lei de águas associada a um investimento intensivo em saneamento básico e lixo nas grandes cidades.

A preservação e o uso sustentável dos recursos naturais, em particular das nossas florestas, passa pelo fortalecimento das organizações ambientais do setor público e pela aplicação imediata das leis e dos mecanismos de controle e regulação da atividade econômica. As áreas de Proteção Ambiental são um investimento no presente e no futuro para o País que possui cerca de 20% da biodiversidade do planeta. E a valorização da diversidade cultural das populações a esta associada é ao mesmo tempo um compromisso social e uma oportunidade de desenvolver novas economias. É fundamental estimular a implementação de projetos intensivos no uso da biodiversidade brasileira voltados para o desenvolvimento econômico e social de diversas regiões brasileiras, constituindo-se em importante fonte de geração de emprego e renda para uma parcela significativa da população. O PPA prevê a adoção de critérios sócio-ambientais para as políticas públicas, com metas de melhoria dos indicadores sócio-ambientais, incentivos à participação da sociedade e à educação ambiental.

As dimensões econômica, regional e ambiental do PPA 2004-2007 contemplam o enfrentamento de onze desafios, a seguir apresentados.

Desafios

11. Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego

A forte instabilidade macroeconômica que marcou as últimas décadas é um dos fatores determinantes dos problemas pelos quais o país tem passado. A instabilidade produziu um clima de incertezas que diminuiu fortemente a propensão a investir e provocou a recessão. Nos últimos anos a tendência tem sido de persistente ampliação nas taxas de desemprego, com repercussões desfavoráveis sobre o mercado de trabalho e os salários. Tal como exposto no capítulo sobre o cenário macroeconômico para este PPA, a meta é alterar substancialmente esse quadro.

No primeiro semestre deste ano o Governo reduziu as taxas de inflação, estabilizou a dívida pública em termos do PIB, aumentou e estabilizou o valor da moeda nacional em relação à moeda estrangeira, reduziu o prêmio de risco cobrado de tomadores nacionais nos mercados financeiros internacionais e normalizou os fluxos de financiamento externo para as firmas brasileiras.

A estabilidade macroeconômica é condição indispensável para o crescimento sustentável da economia. No entanto, além da estabilidade monetária e fiscal, a manutenção da estabilidade macroeconômica do País depende, também, do aumento da taxa de investimento e da redução da vulnerabilidade externa da economia.

O desafio macroeconômico do PPA é, portanto:

- aumentar a taxa de investimento da economia para eliminar os principais gargalos do setor produtivo e garantir um aumento continuado do produto efetivo e potencial da economia; e
- fortalecer as finanças internacionais do País e, desta forma, garantir a continuação do crescimento econômico sem graves desequilíbrios fiscais e cambiais, mesmo em face de choques externos adversos.

Uma vez consolidada a estabilidade monetária e fiscal da economia no primeiro semestre, a política macroeconômica do Governo está agora orientada para a criação das condições necessárias ao crescimento sustentável da economia, com geração de emprego e melhoria na distribuição de renda.

No campo monetário, os desafios do Governo são:

- manter as taxas de juro domésticas em um nível consistente com a estabilidade de preços, de um lado, e o financiamento da produção e do investimento, de outro; e
- revisar e aprimorar as leis, normas e regulamentação do sistema financeiro, de modo a ampliar o acesso da população brasileira ao mercado de crédito, sobretudo da população de baixa renda.

No campo fiscal, os desafios são:

- reduzir o endividamento do setor público em termos do PIB; e
- ampliar o investimento e os gastos sociais do Governo.

O investimento público é necessário para eliminar os gargalos da infra-estrutura do país, enquanto o gasto social é necessário para aumentar o mercado interno e construir um mercado de consumo de massa.

Além de sustentável, o crescimento da economia deve beneficiar todos os brasileiros e brasileiras. Para tanto, o desafio do novo Governo é:

- aprimorar e ampliar a rede de proteção social do País, propiciando, às populações carentes, a ativa e gradual inclusão no processo de desenvolvimento econômico.

Para aumentar o mercado interno, o crescimento econômico deve ser também acompanhado de redução da taxa de desemprego e aumento dos salários. No mercado de trabalho, os desafios do novo Governo são, portanto:

- promover a geração de emprego no volume suficiente para reduzir a taxa de desemprego; e
- promover uma elevação da produtividade do trabalho em ritmo suficiente para permitir o crescimento não inflacionário dos salários reais da economia.

Além de permitir o crescimento não inflacionário dos salários, o crescimento da produtividade do trabalho resultará em maiores lucros para as firmas brasileiras e, desta forma, incentivará o aumento do investimento.

Por outro lado, o aumento da escala da produção e do volume de capital por trabalhador resultará em um novo aumento da produtividade e, desta forma, estabelecerá um círculo virtuoso entre salários e lucros, de um lado, e consumo e investimento, de outro.

Cabe ressaltar que o círculo virtuoso de crescimento, via consumo de massa, possibilitará ganhos de escala e eficiência na economia brasileira e, desta forma, resultará na melhor utilização e no aumento continuado da produtividade de todos os fatores produtivos do País.

No campo da distribuição de renda, o desafio do novo Governo é aumentar a participação dos mais pobres no total de rendimentos da economia. Para tanto, espera-se que os efeitos do crescimento econômico e os programas de transferência direta de renda para os mais pobres resultem na elevação gradual da parcela de renda apropriada pelos 70% mais pobres da economia.

Para que o processo de crescimento seja sustentável, é preciso, ainda, garantir que o modelo de desenvolvimento não seja excessivamente vulnerável a choques externos. Em outras palavras, é preciso reduzir a vulnerabilidade externa da economia mediante a geração de robustos superávits comerciais e aumento da corrente de comércio.

No campo externo, o desafio do novo Governo é, portanto:

- garantir que a economia gere superávits comerciais no montante suficiente para reduzir o passivo externo do País; e
- aumentar a corrente de comércio da economia de um modo consistente com o fortalecimento da produção nacional e incentivo à criação de vantagens comparativas dinâmicas.

Para reduzir a vulnerabilidade externa, o superávit comercial deve ser suficiente para o pagamento de rendas para o exterior e, juntamente com o investimento direto externo, permitir o acúmulo de reservas internacionais pelo país.

Para aumentar a competitividade do país, o aumento do grau de abertura da economia deve resultar na redução de custo e ganho de mercado por parte das firmas brasileiras nos mercados doméstico e internacional. O aumento das importações será direcionado, portanto, para insumos e bens de capital, de modo a reduzir o custo e aumentar a capacidade produtiva e competitiva da economia.

12: Ampliar as fontes de financiamento internas e democratizar o acesso ao crédito para o investimento, a produção e o consumo

O êxito das políticas monetária e fiscal no controle inflacionário e na redução da relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB, respectivamente, vem abrindo caminho para a redução das taxas reais de juros, para o alongamento do perfil de vencimento dos títulos públicos, para a queda no prêmio de risco do Brasil e do próprio custo das dívidas doméstica e externa. Tais fatores descortinam enorme potencial de

oportunidades para a colocação de papéis e fundos voltados ao financiamento do investimento, da produção e do consumo, em síntese, da retomada do crescimento; as perspectivas de expansão da Previdência Complementar representam um elemento adicional a esse potencial.

A aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei de Falências, em futuro próximo, simplificando os procedimentos de execução de garantias, em caso de não pagamento dos empréstimos, constitui outro ponto relevante para a ampliação do crédito e redução de seu custo.

Hoje, o Brasil possui um reduzido volume de crédito privado como fração da renda nacional (25%), quando comparado aos demais países em desenvolvimento. O reduzido volume de crédito, que tem como contrapartida os elevados “spreads” bancários, tem impactos negativos sobre o bem estar das famílias por tornar mais difícil e custoso o crédito pessoal e sobre o custo do investimento privado e da produção corrente.

O custo das operações de crédito é determinado por quatro componentes principais: elevada necessidade de financiamento do setor público; cunha fiscal existente nas operações de captação e de empréstimo bancários; custo de recebimento das eventuais garantias concedidas; e o custo administrativo e a margem líquida dos bancos. Por fim, a inexistência de um mercado de capitais, que concorra com os intermediários financeiros na oferta de capital para as empresas, sanciona as elevadas margens praticadas no país.

A modernização do sistema financeiro implica desenvolvimento do mercado de capitais, com significativa importância de mecanismos e instrumentos de mobilização e direcionamento de recursos, em paralelo com formas mais eficientes de administração e distribuição de riscos. O resultado de tais processos é a redução de custos de capital, com queda de spreads e custos de intermediação, constituindo fator relevante de competitividade sistêmica. Paralelamente ampliam-se as alternativas de financiamento disponíveis para projetos de infra-estrutura, habitacional e para empresas privadas.

Para a resolução de tais problemas, o Governo promoverá o fortalecimento das leis de defesa da concorrência para que os cidadãos possam exigir transparência nos custos administrativos e nas margens de lucros bancários. Promoverá, ainda, reformas no mercado de crédito que reduzam os incentivos existentes à procrastinação do pagamento de débitos e o nível de inadimplência, que contribuem para as elevadas margens bancárias observadas

no país. Incentivará aperfeiçoamentos e inovações no Sistema Financeiro Nacional que expandam o volume de recursos concedidos. Nesse sentido, o Governo estimulará a expansão dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e dos Fundos de Investimento em Cotas de FIDC, criados pelo CMN em 2001, mas até agora pouco utilizados como mecanismos de financiamento das inversões privadas.

A flexibilidade e facilidade de criação de tais fundos permitirão a rápida disseminação do mecanismo de securitização assim como a redução dos custos de captação de empresas com grande volume de recebíveis. E, ao mesmo tempo, oferecerá ao investidor instrumentos de elevada qualidade de crédito.

Para agilizar o emprego de tais instrumentos, o Governo instituiu, em Julho de 2003, o programa Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social (PIPS), voltado à implementação de projetos estruturados na área de desenvolvimento urbano e infra-estrutura por meio de FIDC e dos Fundos de Investimento Imobiliário (FII), lastreados em recebíveis originados de compromisso de compra, de venda, ou de aluguéis de serviços, provenientes de financiamento de projetos sociais, com participação dos setores público e privado. O PIPS foi instituído com o objetivo de contribuir para a ampliação dos programas sociais colocados à disposição da população.

Pode-se separá-lo em duas vertentes: a imobiliária, cujo objetivo é criar e implementar núcleos habitacionais providos de serviços básicos de comércio e serviços; e a de infra-estrutura, que tem como objetivo impulsionar os segmentos de saneamento básico, energia elétrica, telecomunicações, universalizando e aumentando a eficiência dos produtos e serviços prestados. Trata-se, assim, de uma alternativa complementar à viabilização do direcionamento de recursos destinados à execução de programas sociais, levando-se em consideração as restrições orçamentárias da União.

Ainda com o objetivo de ampliar e democratizar o acesso ao crédito e a outros produtos financeiros, o CMN criou as Cooperativas de Crédito de Livre Admissão e estabeleceu regras prudenciais bem definidas que fortalecem o papel das cooperativas centrais, estendendo o atendimento das cooperativas de crédito a todos os segmentos da sociedade. Também aprovou a criação das Contas Simplificadas de Depósito à Vista, para população de baixa renda que não possua outra conta bancária; do Microempréstimo Simplificado, direcionando 2% dos depósitos à vista captados pelas instituintes financeiras para operações de microempréstimos; e ampliou os recursos do FAT para capital de giro de

micro e pequenas empresas e para compra de material de construção. A meta do PPA 2004 – 2007 é expandir o uso de todos esses instrumentos de forma consoante com o crescimento previsto para o PIB do período.

Ainda no que se refere à democratização do crédito, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal continuarão a trabalhar para promover a redução das taxas de empréstimo e expansão do volume de crédito e dos serviços financeiros, ampliando o acesso da população de baixa renda ao sistema financeiro. E o BNDES e o Banco do Brasil vão expandir, ao longo do período do PPA 2004-07, o volume de crédito para micro, pequenas e médias empresas, prevendo-se, em consequência, a geração de 790 mil empregos efetivos.

No que tange aos grandes projetos de investimento relacionados nesse PPA, há que se reconhecer o novo papel do Estado como indutor e co-participante do processo de crescimento. Em tal contexto, novos mecanismos de financiamento, complementares aos gastos orçamentários devem ser postos em prática. A viabilização dos projetos de investimentos constantes do PPA 2004-2007 requer a implementação de engenharias de financiamento que pressupõem novos marcos de relacionamento entre os setores público e privado. Em outras palavras, a exemplo da iniciativa internacional, serão implementadas concessões e parcerias público-privadas, cabendo ao Estado as funções de planejamento, regulação e de participação na assunção de riscos dos projetos.

Ao setor privado caberá, nestas parcerias, a responsabilidade sobre o financiamento, a construção, operação e manutenção da infra-estrutura, sendo remunerado pela tarifa paga pelos usuários e ou por contrapartida pública. Dentro deste contexto, o Estado deve estabelecer metas, critérios de qualidade e marcos regulatórios claros, deixando ao parceiro privado a decisão de como viabilizar os objetivos públicos.

As ações do Estado deverão, também, facilitar a elaboração de engenharias financeiras que permitam às parcerias em projetos de infra-estrutura a conclusão de sua fase inicial, bem como promover o desenvolvimento e a dinamização dos mercados de títulos corporativos de forma a transformá-los em efetivo vetor dos recursos privados ao desenvolvimento; e, no longo prazo, permitir a mudança do papel do Estado como principal financiador de projetos de infra-estrutura.

Neste sentido, os conjuntos das ações instrumentais do Governo objetivarão: viabilizar as fases iniciais dos projetos em parceria por meio de linha de crédito contingente ou rotativo; atrair recursos privados ao funding dos projetos através de fundos setoriais de investimento em infra-estrutura; assegurar a remuneração pública ao parceiro privado através de garantias e avais; fortalecer as funções tradicionais de financiamento do BNDES e ampliar seu papel e presença nos mercados de dívida e participações.

Sem prejuízo de suas funções tradicionais, as instituições financeiras públicas como os grandes bancos federais e agências de fomento (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Nordeste, Basa, Finep, entre outros) assumirão de forma integral a função de agentes do desenvolvimento econômico e, de forma coordenada, apoiarão o PPA. Espera-se otimizar a disponibilização de recursos às atividades estratégicas ao desenvolvimento, consoante com as vocações de cada instituição, com suas disponibilidades de recursos a longo prazo, e com rigorosos critérios de prudência bancária.

O BNDES terá sua carteira de financiamento amplamente direcionada aos programas do Plano, em toda sua extensão. A alocação de recursos pelo Banco no PPA poderá superar os R\$ 200 bilhões, nos quatro anos, em infra-estrutura, indústria, apoio a exportação, e a pequenas e médias empresas, entre outros. A previsão de alocação em projetos de infra-estrutura é de cerca de R\$ 65,1 bilhões. O Banco do Brasil terá papel crucial na expansão do crédito para as atividades produtivas em geral, por meio de sua capacidade de captação de recursos no país e no exterior e de sua capacidade de transformação de prazos de depósitos a empréstimos sem prejudicar os critérios de segurança bancária. Nessa mesma direção, o BB será um agente ativo no desenvolvimento das parcerias público-privadas, atuando individualmente ou formando consórcios bancários, e formando sistemas de custódia de títulos e recursos públicos a serem transferidos aos agentes realizadores dos projetos. O PPA estará priorizando as atividades de habitação e saneamento, numa evolução que estará ampliando as responsabilidades da Caixa Econômica Federal na operacionalização do financiamento a essas áreas socialmente prioritárias para a estratégia de desenvolvimento nacional.

A previsão de acentuada queda nas taxas de juros incentiva os Fundos de Pensão a realizar estudos que permitam a diversificação de sua carteira de aplicações, buscando manter o retorno necessário para o pagamento de seus compromissos. As perspectivas são de formação de perfis de aplicação de recursos que, ao mesmo tempo, preservem critérios de rentabilidade e segurança inerentes à natureza dos Fundos, e atendam aos objetivos do desenvolvimento do país. Estas novas condições do cenário financeiro permitirão ao

Governo estudar o incremento na liberdade de gestão dos Fundos, como maior aplicação em renda variável, que fortaleceria a consolidação de um mercado de capitais doméstico. Com maiores graus de liberdade, os investidores institucionais e particulares como Fundos de Pensão e Fundos Mútuos ampliarão o mercado de capitais, fortalecerão a Bolsa de Valores, incentivarão a abertura de capital das empresas, e poderão incluir em suas carteiras novos tipos de debêntures e títulos de médio e longo prazo em apoio a projetos prioritários para o PPA.

Todas estas medidas e a redução progressiva das taxas reais de juros contribuirão para expandir o crédito ao setor privado, estimular o mercado de capitais, sobretudo dar liquidez ao mercado secundário de títulos corporativos e imobiliários, de forma a minimizar à expansão do investimento e do consumo da população. Desta perspectiva, estima-se, para o período 2004-07, potenciais financiamentos para a infra-estrutura do montante de R\$ 309,90 bilhões provenientes tanto da LOA, de fundos de poupanças compulsória e de pensão, bancos e empresas estatais, quanto de parcerias público-privadas e concessões, conforme os quadros abaixo.

Tabela 13: Infra-estrutura: Financiamento por setor (2004 – 2007)

(Bilhões de R\$)

SETOR	Orçamentários	Estatais	Financiamento Público-Fundos, Bancos, Estados e Municípios	Financiamento Privado e Parcerias	Total p/ Setor *
Transportes	11,71	5,84	23,25	4,09	44,89
Energia	5,22	123,73	40,54	36,89	206,38
Saneamento e Urbanismo	11,70	N/D	14,00	N/D	25,70
Habitação	2,82	N/D	25,38	N/D	28,20
Infra-estrutura Hídrica	4,73	N/D	N/D	N/D	4,73
Total p/ Fonte	36,18	129,57	103,17	40,98	309,90

* Valores incluem R\$ 65,10 bilhões correspondentes a volume potencial de recursos disponíveis no BNDES para projetos do PPA 2004-2007

Tabela 14: Financiamento da infra-estrutura – Fundos, Bancos, Estados e Municípios

SETOR	BNDES*	CEF**	Estados e Municípios	Total p/ Setor
Transportes	23,25	0,00	0,19	23,44
Energia	39,50	0,00	1,04	40,54
Habitação	0,00	25,38	0,00	25,38
Saneamento e Urbanismo	4,40	9,60	0,00	14,00
Total p/ Fonte	67,15	34,98	1,23	103,36

* Valores incluem volume potencial de recursos disponíveis para projetos do PPA 2004-2007.

** Incluir recursos do FAR E FGTS.

13. Ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade

Os níveis de pobreza no Brasil estão intimamente relacionados às dificuldades do mercado de trabalho, especialmente ao desemprego, à informalidade e à queda do rendimento médio do trabalhador. Mais da metade dos trabalhadores brasileiros se encontra fora do mercado formal de emprego e, portanto, não se beneficia dos direitos previdenciários (i.e. aposentadoria, seguro-desemprego, auxílio maternidade). Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego – PME do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o desemprego alcançou, nos primeiros meses de 2003, patamares superiores a 12% nas principais regiões metropolitanas do país. No contingente de 2,7 milhões de desocupados, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME, 54,4% são mulheres e 36,4% são jovens de 18 a 24 anos de idade.

O cenário de desemprego é grave, assim como a desigualdade e a discriminação de grupos sociais privados de igualdade de acesso e atuação no mercado de trabalho, como os jovens, pessoas acima de quarenta anos de idade, negros e mulheres. Segundo o IBGE, em 2001 os 10% mais ricos ganhavam 18 vezes mais que os 40% mais pobres, demonstrando a extrema desigualdade de renda. E, ainda, entre os 10% mais ricos, a proporção de empregados sem carteira foi de 8%, contra 31,7% entre os 40% mais pobres. A população negra é mais vulnerável ao desemprego e tem remuneração mais baixa. Considerando a média salarial de todo o país, os homens brancos recebem 4,4 salários mínimos, enquanto

os pretos e pardos recebem 2; as mulheres brancas recebem 3,2 salários mínimos, ao passo que as mulheres pretas e pardas recebem 1,6. A renda média dos homens é de 3,3 salários mínimos, a das mulheres é de 2,5.

O desemprego, a informalidade e o baixo nível de renda são problemas que dependem fortemente do crescimento econômico para serem enfrentados. O país vem, no entanto, criando as condições necessárias para retomar o crescimento econômico de forma vigorosa e sustentada.

A meta de crescimento do PIB para o período 2004-2007 (média de 4,25% ao ano) implica, segundo estudos e projeções, que serão criados cerca de 7,8 milhões de postos de trabalho no quadriênio. Esta cifra leva em consideração o impacto direto do crescimento da produção sobre o emprego, mantida a atual jornada semanal de trabalho.

Em virtude das mudanças demográficas ocorridas nos últimos vinte anos, as perspectivas são de uma redução nas taxas de expansão da População Economicamente Ativa (PEA), e de uma progressiva redução na taxa de desocupação para o conjunto do país. Projetada a partir da PNAD de 2001, a previsão é de que esta deverá cair de cerca de 11,4% em 2003 para cerca de 9% em 2007. As perspectivas para os anos subseqüentes são ainda melhores, prevendo-se que, mantidas taxas de crescimento de 5%, até 2009, o desemprego reduzir-se-á a cerca de 6,5%. A tendência é, portanto, de gradual recuperação do poder de barganha dos trabalhadores na segunda metade da presente década e, conseqüentemente, de ampliação da massa salarial e do consumo, sustentando o modelo de consumo de massa.

A estratégia de crescimento pelo mercado de consumo popular é um poderoso meio de criação de postos de trabalho. Aos setores produtores de bens e serviços de consumo generalizado cabem as mais altas taxas de crescimento do emprego (agropecuária, serviços prestados às famílias, comércio, transportes, indústrias alimentícias). Esse modelo é portador de uma composição do investimento que promove o crescimento econômico, eleva a produtividade, e aumenta a ocupação e os salários, superando largamente os modelos de crescimento movidos pela concentração da renda e do consumo.

Ainda assim, por muito tempo ainda serão necessárias políticas dirigidas à criação de emprego, especialmente entre as camadas da força de trabalho com baixa qualificação profissional. Num ambiente de grande crescimento da produtividade e de tecnologias

poupadoras de mão-de-obra, o crescimento econômico, por si, não garante a geração de postos de trabalho na quantidade e qualidade necessárias à inclusão de grandes parcelas marginalizadas do mercado de trabalho. É preciso que o Estado atue como regulador do funcionamento do mercado de trabalho, com vistas à geração de emprego e renda, coibindo práticas ilegais que desrespeitem os direitos do trabalhador e amenizando efeitos negativos sobre durante períodos de desemprego.

Para promover a ampliação de postos de trabalho, o programa **Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda** viabilizará por meio de suas ações, a democratização do acesso ao crédito voltado para micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais e microempreendedores de baixa renda ou populares. A busca pela inclusão social é refletida também pelo programa **Economia Solidária em Desenvolvimento**, cujo objetivo será promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. O programa apoiará as iniciativas orientadas pelos princípios da autogestão, cooperação e solidariedade, estimulando a formação de redes de relações sociais que reduzam a dependência do mercado. O programa fomentará até 2007 a geração de trabalho e renda com o apoio a mais de 2.000 empreendimentos voltados para atividades de economia solidária.

Dentre os desempregados, a faixa etária entre 18 e 24 anos é uma das mais elevadas. Para buscar alternativas de trabalho e emprego para os jovens, será implementado o programa **Primeiro Emprego**, visando facilitar a inserção do jovem no mercado de trabalho. No período do PPA serão criados cerca de 672 mil empregos para jovens. O programa fortalecerá a intermediação nesse público-alvo, promoverá a capacitação e a realização de trabalhos comunitários voltados para a realidade local de jovens. Cerca de 200 mil jovens serão qualificados para o serviço voluntário e 116,6 mil para o empreendedorismo. As empresas serão chamadas e incentivadas à responsabilidade social para a contratação de jovens.

Agravadas pela elevação do desemprego e da informalidade, as práticas irregulares de trabalho e a exploração, discriminação e desrespeito à segurança e saúde dos trabalhadores, em especial dos grupos socialmente vulneráveis, serão coibidas por meio das ações desenvolvidas pelos programas **Rede de Proteção ao Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho**. O primeiro programa combaterá a discriminação no trabalho por

meio do fortalecimento das ações de fiscalização, assistindo mais de 10.000 trabalhadores nessas condições. Proteger a vida, promover a segurança e saúde do trabalhador é o objetivo do segundo programa, com ações de inspeção em ambientes de trabalho e promoção da qualidade de alimentação do trabalhador. Serão realizadas mais de 500 mil inspeções. O programa conta, ainda, com as atividades de produção e difusão de conhecimento sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho. Estima-se beneficiar, em 2007, 507 em cada 1000 trabalhadores, assim como reduzir a taxa de acidentes decorrentes do trabalho de 16,1 por 1000 para 14,5 por 1000 em 2007. No período do PPA serão qualificados cerca de 97 mil trabalhadores em segurança e saúde no ambiente de trabalho.

O desafio do emprego não se resume apenas à oferta de trabalho. Verifica-se que o número médio de anos de instrução formal do trabalhador brasileiro - cerca de 7 anos - ainda é baixo quando comparado a outros países, o que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho, especialmente num cenário de reestruturação produtiva. A formação integral e a qualificação do trabalhador, a formalização das relações de trabalho e a elevação da renda são igualmente importantes quando é se deseja gerar empregos sustentáveis e de qualidade. O programa **Qualificação Social e Profissional** visa à preparação de trabalhadores e trabalhadoras para o desenvolvimento de reflexão prática acerca de cidadania e do mundo do trabalho, do conhecimento e mobilização dos fundamentos técnico-científicos e atividades específicas à ocupação, com vistas à sua plena formação profissional e cidadã. Nos quatro anos do PPA serão qualificados mais de 345 mil trabalhadores.

Associado a ele, o programa **Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda** surge como resposta à necessidade de se construir um Sistema Público de Emprego que seja capaz de integrar e fortalecer as ações de seguro-desemprego, intermediação e qualificação profissional. Suas principais ações são o pagamento do seguro-desemprego, do abono salarial e a orientação profissional e intermediação de mão-de-obra por meio do Sistema Nacional de Emprego – SINE. Até 2007, serão colocados/recolocados cerca de 4,6 milhões de trabalhadores.

A discussão da reforma do sistema de relações de trabalho nasce da constatação de que a legislação precisa ser atualizada para acompanhar as recentes modificações na estrutura e composição do mercado de trabalho. Recentemente, algumas modificações

foram incorporadas à legislação trabalhista, como o contrato por tempo determinado, o banco de horas e o trabalho por tempo parcial. Essas inovações favoreceram, na maior parte, à redução dos custos de contratação de mão-de-obra, mas não têm evitado a precarização do trabalho, tampouco protegido os direitos dos trabalhadores.

Outro aspecto que merece ênfase, no processo de discussão da legislação trabalhista, é a liberdade sindical. Por meio da legislação, o Estado ainda exerce seu poder de regulação sobre a organização dos trabalhadores, o que restringe o direito de constituição de organizações livres e autônomas. A liberdade sindical é ferramenta fundamental para a promoção do diálogo e do equilíbrio de poder nos conflitos naturais entre capital e trabalho no ato das negociações.

O programa **Democratização das Relações de Trabalho** promoverá a discussão da legislação trabalhista atual com o objetivo de favorecer a negociação como forma de resolver conflitos de trabalho. A principal ação deste programa será a ativação do recém criado Fórum Nacional do Trabalho, organizado de forma tripartite, para promover a reforma da legislação sindical e trabalhista.

Estes programas se complementam a todo um conjunto de políticas e de investimentos programados para o período do Plano que valorizam setores importantes para a geração de emprego e renda como a agricultura familiar, o turismo, a habitação popular, o saneamento e a infra-estrutura.

14. Implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural

A questão agrária permanece pendente de solução adequada, como atestam os conflitos que ainda gravam o campo brasileiro. O avanço no processo de reforma agrária se impõe como condição básica tanto para a extensão da cidadania aos excluídos do campo, como estratégia para suporte ao processo mais geral de desenvolvimento e consolidação democrática. O acesso à terra, condição básica da reforma agrária, não se esgota em si mesmo. Todos os instrumentos necessários à implementação de um efetivo processo de construção e reconstrução produtivas devem ser acionados, paralelamente ao conjunto de

políticas públicas que visem garantir qualidade de vida e trabalho para o assentado e sua família.

O grau de concentração fundiária, medida pelo Índice de Gini, permanece acima de 0,8 (dados do Censo Agropecuário de 1995/96) em todas as regiões brasileiras, agravando o quadro histórico de exclusão social e pobreza no meio rural, alimentando o processo de migração campo-cidade e comprometendo as possibilidades de desenvolvimento rural e a qualidade de vida nos centros urbanos.

O número já existente de projetos de assentamentos e de famílias assentadas é significativo, mas isso não tem sido suficiente para proporcionar uma melhoria satisfatória nas condições de vida e trabalho dos assentados. Grande parte dos assentamentos teve implementação incompleta, ou seja, não foram disponibilizados, em tempo oportuno, recursos para a implantação dos projetos e execução das obras de infra-estrutura básica requeridas por cada situação concreta. Em muitos assentamentos somente se disponibilizou o acesso à terra, mas não o suporte técnico e financeiro indispensável para que se tornassem produtivos e auto-suficientes.

O fortalecimento da agricultura familiar, que possui conexões orgânicas com os assentamentos da reforma agrária, também constitui condição essencial para o desenvolvimento do País, pelo potencial de auto-emprego e de geração de renda. Os dados mais recentes (1996) informam que ela responde por cerca de 38% do valor bruto da produção agropecuária, por 77% dos empregos gerados no campo e por parte importante dos alimentos produzidos no País.

A tabela 15 mostra os números mais significativos do Plano Plurianual 2004-2007 para atender às principais demandas do segmento de agricultores familiares e trabalhadores rurais beneficiados pela reforma agrária e por processos de reordenamento fundiário.

Tabela 15: Principais metas do desafio 14

Programas	Indicadores/metás	Valor no período do PPA
Agricultura Familiar – PRONAF	Capacitação, assistência técnica e extensão rural, infra-estrutura municipal e crédito ao agricultor familiar, beneficiando número crescente de famílias (de 1,4 milhões em 2003 para 3,75 milhões de famílias em 2007).	R\$ 11,0 bilhões. (*)
Assentamentos e Desenvolvimento Sustentáveis para Trabalhadores Rurais na Reforma Agrária	265,4 mil famílias beneficiadas no período do Plano, em novos assentamentos (148 mil famílias) e em recuperação e consolidação de assentamentos precários (117,4 mil famílias).	R\$. 7,13 bilhões(**)
Crédito Fundiário	Possibilitar a 114,2 mil famílias o acesso à terra e apoio produtivo nos próximos quatro anos.	R\$ 2,35 bilhões.

(*) Neste valor não se incluem os montantes não fiscais dos créditos anuais previstos para os Planos-Safra da agricultura familiar no período 2004-2007.

(**) Inclui assistência técnica e capacitação de assentados, recuperação, qualificação e emancipação de assentamentos, bem como créditos para instalação dos assentados (recuperação).

O incentivo ao fortalecimento da propriedade familiar visa a melhorar as condições de trabalho e renda tanto das famílias exclusivamente agrícolas, que residem no campo e trabalham a terra por conta própria, como das famílias rurais pluriativas, cujos membros combinam atividades agrícolas e não agrícolas compreendendo, em conjunto, 4,4 milhões de famílias, e mais de 13,8 milhões de pessoas.

A realização do potencial pleno da agricultura familiar brasileira será viabilizada com o aperfeiçoamento do atendimento aos pequenos produtores, do apoio financeiro, infra-estrutural e tecnológico adequado às necessidades das famílias no campo, por meio ações realizadas no âmbito do Programa **da Agricultura Familiar - Pronaf**. A meta é ampliar o apoio de 1,4 milhões de famílias em 2003 para 3,7 milhões em 2007. O programa estimulará o progresso sócio-econômico da agricultura familiar, com fomento à comercialização e à agroindustrialização, ampliando e melhorando as condições de acesso a políticas de financiamentos estáveis, à assistência técnica e à extensão rural, visando um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável com foco nas capacidades dos municípios rurais, que também contarão com apoio financeiro para implantação de infra-estrutura e serviços.

O assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra, bem como a recuperação dos assentamentos existentes, é uma prioridade fundamental do Governo. Os programas **Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais** e

Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais são destinados a dotar as famílias beneficiadas não apenas com acesso à terra, mas também do conjunto de recursos necessários para a sustentabilidade econômica e social dos assentamentos: infra-estrutura, financiamento produtivo, crédito para a habitação, assistência técnica, extensão rural e capacitação de qualidade, entre outros meios que permitam um efetivo processo de inclusão social. A meta conjunta para os dois programas é beneficiar 265,4 mil famílias no quadriênio. Por meio do primeiro deles, cerca de 148 mil famílias serão assentadas em novos projetos, em terras e regiões com bom potencial de êxito econômico, o que significa uma considerável elevação do valor médio por assentamento. A meta do segundo é recuperar e consolidar projetos previamente existentes, beneficiando cerca 117,4 mil famílias já assentadas.

O programa **Crédito Fundiário** complementa os anteriores. Segundo estimativas recentes, as áreas ociosas com superfície insuficientes para um processo de desapropriação representam cerca de 40 milhões de hectares. A estas áreas devem-se acrescentar terras produtivas que podem, em razão de seu preço, dar origem a projetos de financiamento com retorno para unidades familiares de pequeno porte. O programa será implementado de forma descentralizada pelos Estados e financiará a compra de imóveis rurais, bem como os investimentos básicos necessários à estruturação destas novas unidades produtivas, à capacitação dos beneficiários e à assistência técnica. A meta é viabilizar a compra de terras e a realização de investimentos básicos para 114,2 mil famílias no quadriênio.

A aceleração do processo de Reforma Agrária e a recuperação dos assentamentos já efetuados podem aumentar o emprego na agricultura e proporcionar segurança alimentar aos trabalhadores e suas famílias. A expansão e integração da produção de alimentos desempenha um papel central na regulação dos fluxos de abastecimento nas esferas local e regional e nacional. A elevação da eficácia da reforma pode ser alcançada, também, por meio da ampliação da participação dos beneficiários em todas suas fases e da implantação de esquemas de financiamento e comercialização que contribuam para viabilizar economicamente as unidades produtivas criadas.

Esse processo de reestruturação fundiária e inclusão social contribui para a redução do êxodo rural, que pressiona os mercados de trabalho urbanos, e para o fortalecimento das raízes do homem no campo, enquanto a implementação de uma política agrícola adequada influenciará a geração de empregos e renda no setor primário.

É importante lembrar que, historicamente, o campo brasileiro têm sido marcado por graves conflitos agrários, decorrentes da disputa pela terra e seus recursos naturais, resultando num quadro de violência, impunidade e desrespeito aos direitos humanos. Por isso, o programa **Paz no Campo** tem como objetivo apoiar a implementação da reforma agrária de forma democrática, tendo como suporte para superação dos conflitos a atuação da Ouvidoria Agrária Nacional.

O desenvolvimento rural sustentável somente será possível quando a população do campo for efetivamente incluída em processos locais de desenvolvimento. Nesse sentido, foi instituído no PPA 2004-2007 o programa **Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**, que deverá apoiar-se no crescimento das competências locais para que os atores sociais assumam o protagonismo dos processos que conduzem ao seu desenvolvimento, numa perspectiva multidimensional e multisetorial do desenvolvimento local. Isto implica na adoção de uma abordagem territorial do desenvolvimento, para que as eventuais deficiências locais possam ser enfrentadas pelo esforço compartilhado, pela solidariedade e pela cooperação dentre os atores sociais e entre estes e os responsáveis pela implementação de políticas públicas.

15. Coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa

A evolução dos investimentos nas últimas décadas foi marcada pela instabilidade e pelo baixo ânimo empreendedor, resultantes da recessão e das incertezas que marcaram a vida econômica nacional. A elevação da propensão a investir e a inovar é essencial à retomada e sustentação do crescimento econômico.

Estão agora amadurecidas as condições para que, no período coberto pelo Plano, venha a ocorrer forte ampliação dos investimentos na expansão, modernização e inovação do parque produtivo brasileiro, nos setores de agropecuária, mineração, indústria e serviços. O cenário que se avizinha é de combinação, inédita há bem mais de duas décadas, entre estabilidade de preços, taxa de câmbio favorável às exportações, sustentação de considerável superávit comercial e acentuada queda de juros. São elementos que detêm o poder de proporcionar vigoroso crescimento da produção e um correspondente reaquecimento do espírito empreendedor nacional.

Os programas do PPA têm por objetivo potencializar essa tendência, elevar a produtividade, aperfeiçoar as vantagens comparativas existentes e impulsionar os segmentos produtivos com capacidade de afirmação competitiva internacional. Visam o fortalecimento de setores estratégicos, a preservação de posições de mercado conquistadas e a criação de novas oportunidades, por meio da capacitação de grandes, médias e pequenas empresas, nacionais e estrangeiras, e de arranjos produtivos locais. São ações essenciais à recuperação de autonomia para crescer a longo prazo, porque estão calcadas na redução da dependência e da vulnerabilidade externas.

Busca-se a expansão das exportações tanto quanto a produção competitiva com importações. Ambas terão como suporte programas de investimento em capacidade produtiva, inovação, infra-estrutura de serviços à produção, bem como projetos de financiamento e promoção de exportações – abordados mais adiante.

Ao setor agropecuário destinam-se ações de natureza financeira, comercial, tecnológica e sanitária, capazes de alicerçar sua expansão, contribuir para a segurança alimentar, para o consumo popular e, não menos importante, para impulsionar as exportações do agronegócio. Serão reforçados de forma sistemática os recursos financeiros colocados à disposição dos produtores agrícolas para custeio, comercialização e investimento, em condições compatíveis com o elevado grau de risco e incerteza a que se expõem os empreendedores.

Serão ampliados de forma sistemática os recursos financeiros colocados à disposição dos produtores agrícolas, para custeio, comercialização e investimento, em condições compatíveis com o elevado grau de risco e incerteza a que se expõem os empreendedores nesse setor. Terá continuidade a política de ampliação do crédito rural adotada para a safra 2003-2004, à qual a se destinou um aumento sobre a safra anterior de cerca de 16%, em termos reais: cerca de 7% de aumento para custeio e comercialização (a juros fixos, com valor modal previsto de 8,75% ao ano), de 57% de aumento para aplicação a juros livres, de 17% de aumento para agricultura familiar (a juros na faixa de 2% a 7,25% ao ano para custeio e na faixa de 1,15% a 7,25% ao ano para investimento, no âmbito do PRONAF), e de 14% de aumento para investimento (a juros fixos modais previstos de 8,75% ao ano) O BNDES também prevê a aplicação no período do Plano de R\$ 8 bilhões para investimentos na modernização da frota de tratores agrícolas, implementos e colheitadeiras (igualmente a juros fixos modais previstos de 8,75% ao ano).

A regularidade do abastecimento agrícola e a redução nos preços dos produtos de consumo popular são fundamentais à estratégia de desenvolvimento adotada no PPA. O Plano assegura uma política de preços mínimos, estoques reguladores e instrumentos financeiros que garantirão a regularidade da produção das diferentes atividades de lavoura e pecuária. A elevação de preços mínimos consignada para a safra de 2003-2004 deverá ser preservada, em termos reais. No caso da formação de estoques reguladores, a previsão é de um aumento real de 30%, disponibilizando-se cerca de R\$ 12 bilhões, neles incluídos os recursos previstos para exercício das operações de opções.

O PPA dirige programas específicos às diferentes cadeias produtivas da agropecuária. A regularidade do abastecimento e a preservação de preços adequados são objetivos básicos dos programas **Desenvolvimento da Horticultura, Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas e Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais**, que promoverão o aumento da produtividade de alimentos básicos.

Buscar-se-ão novas safras recordes, que permitam a queda dos preços e o aumento da renda dos produtores, e viabilizem, ao mesmo tempo, o acesso à alimentação da população carente, por meio do programa **Abastecimento Agroalimentar**. Isso permitirá ainda a elevação das exportações. O apoio aos segmentos com grande vocação exportadora vem contemplado, com destaque, por programas específicos, como os de **Desenvolvimento da Bovideocultura, Desenvolvimento da Suideocultura e Desenvolvimento da Avicultura**.

A defesa agropecuária, relevante para a segurança alimentar da população, bem como para o meio ambiente, proteção comercial e para a eliminação de barreiras à exportação, está inserida nos programas **Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários, Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários e Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas**. Completa-se por ações de prevenção e controle de doenças existentes, em programas que tratam das cadeias produtivas. Os objetivos são salvaguardar a produção e a produtividade, assegurar a qualidade de alimentos e bebidas, a redução ou eliminação de doenças e pragas.

A grande transformação qualitativa do agronegócio nacional e a obtenção de safras recordes nos últimos anos tiveram como um de seus suportes fundamentais a utilização intensiva de novas sementes melhoradas, de combinações de fertilizantes e defensivos e de

modernos sistemas de produção. O PPA 2004-2007 intensificará essa linha de trabalho nacional, e inovará por meio de dois programas de pesquisa, ambos sob a responsabilidade da Embrapa: **Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio** e **Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social**.

O primeiro enfatiza a sustentabilidade ambiental, a qualidade e a segurança de produtos e processos produtivos. O segundo prevê a construção de uma base científica e tecnológica para empreendimentos de pequeno porte, objetivando apoiar produtores familiares, assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais e produtores com baixa capacidade de inserção social e econômica.

O Brasil possui uma costa marítima de 8,4 mil km de extensão, uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de mais de 3,4 milhões de km² e 12% do total da água doce de superfície do planeta. Apesar disso, o volume de produção do setor, em 2002, alcançou apenas um milhão de toneladas de pescado, muito abaixo do potencial produtivo nacional. Quanto ao consumo, chegou a 6,8 quilos anuais por habitante, quase metade do que recomenda a Organização Mundial de Saúde - OMS (12 kg/hab/ ano).

Por meio do programa **Aqüicultura e Pesca do Brasil**, o Plano Plurianual prevê a intensificação de ações para aproveitar a imensa contribuição do setor em termos de qualidade e preço de alimentos, emprego e geração de divisas. O que se quer é aumentar a produção para 1,6 milhão de toneladas de pescado no ano de 2007.

Entre as ações mais importantes previstas no programa, destacam-se: a) cessão de águas públicas da união para a aqüicultura; b) capacitação e treinamento de profissionais em aqüicultura e pesca – meta de 18.900 profissionais treinados; c) disponibilização e democratização de crédito para a aqüicultura e a pesca, beneficiando 4.800 produtores; d) financiamento para a ampliação e modernização da frota pesqueira, prevendo-se recursos do BNDES para o período do Plano no total de R\$ 3,3 bilhões; e) fomento à implantação de recifes artificiais e atratores – meta de implantar 60 recifes; f) implantação de 27 entrepostos de pescado e instalação de 27 unidades de beneficiamento de pescado; g) implantação de 48 parques aquícolas; h) implantação de seis terminais pesqueiros; i) monitoramento da frota pesqueira.

No enfrentamento do desafio 17, deste Plano, na parte relativa a infra-estrutura energética, veremos que são programados massivos investimentos em extração de petróleo,

que permitirão dar continuidade à idéia de alcançar a auto-suficiência já em fins de 2005 e a superá-la, em 2007. E investimentos em refino irão reduzir o déficit do país no comércio de derivados.

No setor mineral, a descontinuidade dos levantamentos geológicos básicos tem comprometido a atração de investimentos para a descoberta de novos depósitos minerais e a geração de informações para o planejamento territorial, com sérios efeitos sobre a atividade. O programa **Geologia do Brasil** visa recuperar a geração de dados através de levantamentos e pesquisas, provendo meios para a organização e disponibilização das informações a empreendedores, pesquisadores e demais interessados na atividade mineral.

Adicionalmente, o programa **Mineração e Desenvolvimento Sustentável** pretende intensificar a regulação, fiscalização e monitoramento e também promover a difusão de tecnologia na mineração. Prevê-se destinação de importante soma de recursos a estes programas, graças principalmente ao projeto de lei 7.188/02 em tramitação no Congresso, que regulará a destinação de parte dos recursos oriundos da participação especial na produção de petróleo, para o financiamento do setor mineral.

No setor industrial, os programas estão voltados à expansão, produtividade e competitividade dos empreendimentos já implantados e à construção do tecido produtivo futuro. Estimular-se-ão o caráter inovador da produção e dos negócios brasileiros, o domínio de tecnologias-chave e as inovações que conduzam à agregação de valor aos produtos nacionais, pela via do adensamento e enobrecimento das cadeias produtivas, incluindo-se a adição de valor extra-fábrica (pesquisa e desenvolvimento, engenharia de produto e processo, “design”, gerência de marcas e patentes, marketing, serviços pós-venda).

O programa **Competitividade das Cadeias Produtivas** abriga, entre outras iniciativas, ações de financiamento por parte de agências oficiais de crédito, dirigidas aos seguintes grupos de setores: insumos básicos; indústrias de bens de capital e de componentes e outras indústrias de bens de consumo e serviços. Juntamente com o financiamento à agricultura, agroindústria, empresas construtoras de embarcações, navios de apoio e plataformas de petróleo, o montante de recursos a ser disponibilizado pelo BNDES alcançará até R\$ 48,6 bilhões. Não se incluem nesse valor os recursos que serão disponibilizados às micros, pequenas e médias empresas, que somam outros R\$ 40,5 bilhões para setores industriais e comerciais, e os destinados ao financiamento a médio e longo prazo das exportações, que podem alcançar até R\$ 56 bilhões (tabela 16).

Tabela 16: Ações de financiamento previstas pelo BNDES para os setores agrícola, industrial e de serviços (exceto infra-estrutura), 2004-2007

Setores	Valor (bilhões de reais)
Modernização da frota de tratores agrícolas, implementos e colheitadeiras	8,0
Agroindústria	2,3
Insumos básicos	16,6
Indústrias de bens de capital e de componentes	6,3
Indústrias de bens de consumo e serviços	3,7
Empresas construtoras de embarcações, navios de apoio e plataformas de petróleo;	11,7
Subtotal	48,6
Micros, pequenas e médias empresas industriais e de serviços	40,5
Exportação	56,0
Total	193,7

As ações visam fomentar as diferentes cadeias produtivas de acordo com suas especificidades. Entre as competitivas, incluem-se as que têm elevada ocupação da capacidade e que têm apresentado baixa taxa de investimento (como é o caso dos insumos básicos – siderurgia, celulose e papel, refino de petróleo, petroquímica básica). Também para aquelas comandadas por grandes empresas competitivas, com capacidade ociosa ou em expansão e alto coeficiente de importação (automóveis/autopartes, eletrônica de consumo, eletrodomésticos, indústria aeroespacial) o objetivo é apoiar os investimentos substituidores de importações e os que acelerem as exportações.

O financiamento é também direcionado a todo um conjunto de cadeias produtivas com competitividade heterogênea e graus variados de proximidade à plena capacidade, que abarca essencialmente segmentos produtores de bens de consumo de massa – alimentos processados, têxteis e calçados, por exemplo. Nesses casos, as ações visam reduzir o preço médio dos bens e elevar as vendas externas, prevendo-se em particular a exploração de novos mercados, com padrão de consumo e renda similar ao brasileiro.

O crédito dirige-se ainda às cadeias produtivas com deficiências competitivas e alta intensidade de importações, como bens de capital, equipamentos navais, componentes eletrônicos, química fina. O objetivo principal é, numa primeira fase, substituir importações, combinando, na velocidade possível, com ampliação de exportações.

O programa **Competitividade das Cadeias Produtivas** inclui os Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas, para que, de forma sistemática, empresários,

trabalhadores e especialistas discutam e sugiram políticas a partir da problemática econômica, financeira e tecnológica de cada setor. O programa engloba também ações de desenvolvimento do “design” nacional.

Metrologia e Qualidade Industrial é um programa que dá continuidade à avaliação de conformidade e ao controle metrológico. Volta-se para o aperfeiçoamento dos padrões de qualidade do produto nacional e a seu reconhecimento internacional com vistas à queda de barreiras técnicas. Já o programa **Propriedade Intelectual** incentiva a geração de patentes no país, e procurará reduzir de sete anos para quatro o tempo de processamento para concessão de patentes, e de quatro para até um ano aquele necessário à concessão de marcas.

Os programas **Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, Arranjos Produtivos Locais e Comércio Eletrônico** impulsionarão as empresas de menor porte e as vocações produtivas regionais. Suas atividades estão alinhadas no enfrentamento ao desafio 21 deste Plano, relativo à consolidação dessas empresas, fundamentais para a competitividade e para a geração de emprego e renda no país.

O programa **Pólo Industrial de Manaus** cumpre a função de fortalecer a estrutura industrial da região. Entre as iniciativas para o incremento do Pólo prevê-se a implantação de um novo parque tecnológico para produção de componentes eletrônicos e a conclusão do aparelhamento do Centro de Biotecnologia da Amazônia, para a geração de produtos e processos a partir da biodiversidade.

O turismo, atividade altamente empregadora de mão de obra e geradora de divisas, é subaproveitado no país. Apesar da extraordinária riqueza natural, cultural, econômica e histórica, e do povo alegre e hospitaleiro por natureza, o país está longe de ocupar um lugar no cenário turístico mundial, compatível com suas potencialidades. O PPA apresenta dois importantes programas para o desenvolvimento do setor, orientados para estruturar os destinos turísticos, qualificar o mercado de trabalho, aumentar o consumo e a inserção competitiva do produto turístico no mercado nacional e reforçar a taxa de permanência e o gasto médio do turista estrangeiro.

O primeiro programa se destina à estruturação do mercado interno, ofertando bens e serviços diversificados e de qualidade para turistas brasileiros e estrangeiros. Denominado **Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos**, vai financiar e apoiar a

implantação de infra-estrutura turística, criando certificações e sinalizando espaços turísticos, enquanto capacita gestores públicos e empreendedores para a condução de atividades do setor.

O segundo programa **Brasil: Destino Turístico Internacional**, é exclusivo para a atração de turistas estrangeiros. Terá como estratégia a realização de campanhas, eventos e diagnósticos quanto a possíveis mercados emissores de turistas. Com a execução desse programa espera-se que o país receba muito além dos 3,8 milhões de turistas que aqui estiveram em 2002, incrementando a geração de divisas.

No período 2004-2007, o programa **Defesa Comercial** estará fortalecendo os mecanismos existentes para defender a indústria doméstica contra práticas predatórias de comércio e contra surtos de importação. A meta até 2007 é reduzir o prazo médio de conclusão dos processos de um ano para 10 meses.

16. Ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando seu acesso

O Brasil possui um sistema de ciência e tecnologia razoavelmente complexo e abrangente, mas ainda muito aquém dos níveis verificados nas sociedades desenvolvidas. Em que pesem avanços significativos, como no número de doutores titulados e artigos publicados em periódicos internacionais, o caminho a percorrer para uma aproximação com os padrões das economias avançadas ainda é enorme. Em contraste, a participação das empresas privadas no total de gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) é ainda insuficiente e o número de patentes registradas, irrisório.

Nas novas condições de funcionamento da economia brasileira e diante da natureza multissetorial do sistema nacional de inovação, a ciência e a tecnologia são fundamentais para a estratégia de desenvolvimento adotada neste PPA. São três as prioridades do PPA para enfrentar a necessidade de consolidação e articulação do Sistema Nacional de Inovação: a utilização/difusão da ciência e da tecnologia para a melhoria da qualidade de vida da população nesta e nas próximas gerações; o desenvolvimento das potencialidades regionais; e a intensificação da pesquisa e da inovação no setor privado.

O país precisa estruturar um sistema nacional de inovação que permita articular os agentes voltados à inovação de processos e produtos, em especial: empresas, centros de

pesquisa, instituições de fomento e de financiamento ao desenvolvimento tecnológico, instituições de apoio à metrologia, propriedade intelectual e gestão tecnológica. É necessário estruturar laboratórios para organizar os estágios iniciais de pesquisa empresarial e transferir tecnologia para o setor produtivo, mormente, para os setores portadores de futuro.

O desafio científico e tecnológico será enfrentado por meio de um amplo conjunto de programas, cujo alvo é a criação de condições para a promoção do patrimônio de conhecimento no país, para a redução do déficit científico e tecnológico e para a conseqüente inserção, de forma estratégica, do Brasil no cenário internacional.

A continuidade na formação de pesquisadores é o foco do programa **Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa**, onde se pretende a elevação do número de bolsas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de 62,7 mil em 2003, para, aproximadamente, 109 mil em 2007. A meta na formação de doutores/ano é passar do patamar atual de 6.300, para 10.000 (59% de aumento até 2007). Já a meta de produção científica indexada é subir dos 48 mil artigos no quinquênio 1998/2002, para um total aproximado de 74 mil artigos acumulados de 2004 a 2007 (crescimento de 15% ao ano).

O programa **Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico** visa a expansão e o aperfeiçoamento da infra-estrutura existente, além do apoio à execução de pesquisas nas mais variadas áreas do conhecimento. Neste PPA, inclui-se a preocupação com o desenvolvimento regional, expressa, por exemplo, na implantação do Centro de Estudos e Tecnologias Estratégicas para o Nordeste. Se reforçará a implantação do Instituto Nacional do Semi-Árido, que concentra ações em 16 municípios distribuídos nos Estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe. O Instituto desenvolve temas como biodiversidade da caatinga, energia, recursos hídricos e aquíicultura.

O avanço do conhecimento pressupõe difundir e consolidar uma cultura científica na sociedade, bem como democratizar e universalizar o acesso à informação e ao conhecimento por meio de novas tecnologias. Colaboram para a superação desses desafios os programas **Difusão e Popularização da Ciência e Sociedade da Informação**.

No campo econômico, o programa **Inovação e Competitividade** apoiará a transformação do perfil tecnológico da estrutura produtiva e de comércio exterior do país,

de maneira a incluir crescentemente produtos intensivos em tecnologia e apoiar a elevação da produtividade na infra-estrutura brasileira. Um indicador dos resultados a serem obtidos será o aumento em 80% do número de depósito de patentes por residentes no país, nos próximos quatro anos.

A preocupação com atividades de fronteira tecnológica encontra resposta nos seguintes programas:

- a) Nacional de Atividades Espaciais – Está voltado para a tecnologia no atendimento às telecomunicações; levantamento e prospecção de recursos naturais e recursos hídricos; acompanhamento de alterações no meio-ambiente; monitoramento das atividades agropecuárias e vigilância das fronteiras;
- b) Nacional de Atividades Nucleares – Tem como linhas básicas a geração de energia, o desenvolvimento para a área social – medicina, agricultura, recursos hídricos, monitoramento do meio-ambiente – e para a indústria – processos industriais e novos materiais;
- c) Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia – Envolve áreas vitais, estruturantes do futuro, em uma gama de atividades humanas;
- d) Biotecnologia – Igualmente promissora, a área tem, como gigantesca oportunidade o uso sustentável da biodiversidade.

O programa **Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social** tem como foco o incentivo a arranjos produtivos locais em áreas deprimidas: a pesquisa e o desenvolvimento aplicados à segurança alimentar; apoio à promoção de cadeias interregionais de C&T, o fomento ao agronegócio, e a capacitação tecnológica em setores de impacto social. Objetivando a promoção do empreendedorismo tecnológico local, bem como o fortalecimento de entidades dedicadas à transferência e difusão de tecnologias, pretende-se apoiar 58 novos arranjos produtivos, além de manter os incentivos aos 66 já amparados. Além disso, deseja-se aumentar os projetos de Arranjos Produtivos Locais contratados para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para 70 %.

A preocupação ambiental faz-se presente em vários programas do PPA 2004-2007, entre eles o **Ciência, Natureza e Sociedade**, que permitirá uma compreensão mais acurada

dos mecanismos que determinam as mudanças globais. Melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental é instrumento de proteção da vida, de redução de custos e de perdas materiais. Entre outros objetivos, pretende-se ampliar de 150 para 270 terabytes, ao longo do PPA 2004-2007, o volume de informação de previsão de tempo, clima e monitoramento ambiental disponível para a população.

O programa complementa-se, no âmbito da gestão e qualidade ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais, com o correlato **Mudanças Climáticas Globais**. Este pretende desenvolver informações científicas relativas à emissão de gases de efeito estufa, para subsidiar a política de atuação em mudanças climáticas, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. O que se almeja é incrementar o número e a capacitação de instituições envolvidas com o tema das mudanças climáticas, de 43 para 49 nos próximos quatro anos.

17. Impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável

Um dos maiores desafios para os próximos anos é garantir condições básicas de provisão de infra-estrutura para a economia e a sociedade. O PPA impulsionará a expansão e a modernização da infra-estrutura de maneira a romper pontos de estrangulamento e impulsionar crescimento, elevar a competitividade sistêmica nacional, reduzir o Custo Brasil e, ao mesmo tempo, satisfazer o compromisso com a melhoria na distribuição social e regional da renda, e com a preservação do meio ambiente. Serão incentivadas parcerias entre o setor público e o setor privado, e aperfeiçoadas a regulação dos serviços e ação das agências reguladoras.

As prioridades do Plano para os investimentos nos setores de energia e transporte, comunicação e recursos hídricos estão sintetizadas na tabela 17. As ações relativas a saneamento e habitação estão tratadas no âmbito do desafio 6 deste Plano.

Tabela 17: Prioridades para os investimentos em infra-estrutura

<i>Setores</i>	<i>Prioridades</i>
Energia elétrica	Reduzir o risco de déficit de abastecimento e universalizar o acesso
Petróleo	Alcançar a auto-suficiência até 2006, superá-la até 2007
Transportes	Melhorar em forma significativa as condições físicas e operacionais da malha existente, terminar obras em andamento e iniciar de forma seletiva as que rompam pontos de estrangulamento críticos
Comunicações	Ampliar a rede de telecomunicação e de serviços postais para atender à população menos favorecida, implantar a TV Digital
Recursos hídricos	Ampliar em forma significativa o abastecimento de água em zonas semi-áridas

Na definição de projetos para os segmentos de energia, transporte e comunicação, foi levada em consideração a integração física com os países da América do Sul. Esta é entendida como uma região geoeconômica única, de acordo com os princípios assumidos em 2000 por 12 presidentes de países da América do Sul, na declaração que criou a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA). Desse modo, apóia-se a consolidação do Mercosul e o trabalho com a Comunidade Andina de Nações (CAN). A união proporcionará ganhos mútuos, promovendo uma interdependência saudável entre os países, o desenvolvimento de áreas deprimidas e a redistribuição geográfica de cadeias produtivas.

Energia

O setor elétrico vem atravessando um momento de transição. A eficácia de um modelo puramente privatista mostrou-se insatisfatória, inadequada às características do setor no país. Houve indefinições que resultaram em falta de regras e de garantias institucionais claras e suficientes para assegurar o investimento necessário à expansão do sistema com modicidade tarifária. Ocorreu um distanciamento do Estado diante de suas responsabilidades setoriais, deixando de cumprir a contento seu papel de planejador e condutor efetivo das políticas de atendimento às necessidades atuais e de ampliação contínua dos sistemas existentes. Ocorreram dificuldades de implementação das regras, mecanismos e conflitos de atribuições entre Governo e agência reguladora, criando insegurança para os investidores e demais agentes públicos e privados.

O Plano Plurianual 2004-2007 inclui um período de afirmação e consolidação de um novo modelo, particularmente atento à realização de investimentos em geração,

transmissão e distribuição de energia elétrica, que garantam o abastecimento a longo prazo sem riscos de racionamento de qualquer tipo, e que conduzam a uma evolução de custos e preços que, ao mesmo tempo, remunerem o investidor e não sacrifique desnecessariamente o consumidor. Nesta nova fase, promover-se-á a participação do setor privado nos investimentos, de forma solidária e articulada com a ativa participação das empresas estatais. Porém, o planejamento e a coordenação do desenvolvimento do setor elétrico ficarão com o Governo.

O dimensionamento da expansão da capacidade de geração e transmissão de energia tem por base o equilíbrio entre oferta e demanda prevista para o horizonte 2004-2007. Os projetos de investimento para o sistema interligado são regionalizados pelos programas de **Energia nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste/Centro-Oeste e Sul**, e os demais são objeto do programa **Energia nos Sistemas Isolados**.

A situação da qual partimos em 2003 é relativamente confortável, porque há razoável sobra de energia assegurada, decorrente de adição recente de capacidade de geração e da mudança dos hábitos de consumo decorrentes da crise de 2001. Ainda assim, os investimentos estarão adicionando ao sistema elétrico, no período 2004-2007, de 14,0 mil MW de potência, correspondentes a um acréscimo de 16,6% sobre a capacidade instalada em 2003. A imensa vantagem comparativa da hidroeletricidade faz com que o planejamento setorial a eleja como absoluta prioridade. As usinas hidrelétricas contribuirão com 74,5% do acréscimo, as termelétricas com 16,7% e as usinas eólicas com 8,8%. Os investimentos estimados em geração para o período são de 27,9 bilhões de reais

O longo prazo de maturação dos investimentos do setor exige também que um considerável conjunto de obras seja iniciado no período para a provisão de capacidade posterior ao quadriênio. As novas usinas corresponderão à adição de 25,9 mil MW, nas quais as hidrelétricas contribuirão com 97,3%; as termelétricas, com 2,6; e as eólicas, com 8,9%. O investimento estimado em geração, para o período, é de R\$ 27,9 bilhões, valor que não inclui o gastos incorridos antes de 2004 com os projetos em andamento no período 2004-2007, nem os gastos posteriores a 2007 com as obras a serem iniciadas neste PPA.

De forma coordenada com a expansão da capacidade de geração (tabela 18), está prevista uma expansão da transmissão para o período de 12,4 mil km de linhas (tabela 19), correspondentes a uma adição de 15,7% sobre a extensão existente em 2003. Desse total, cerca de dois terços são linhas de tensão de 500 KV, correspondentes transporte de energia

elétrica a longa distância. Isto se deve ao fato de que as grandes usinas estão sendo construídas afastadas dos centros consumidores e também ao fato de que se está otimizando o aproveitamento energético permitido pela natureza peculiar e favorável do sistema elétrico brasileiro, que interliga regiões com regimes hidrológicos complementares. O investimento previsto para o período do Plano é de cerca de R\$ 12 bilhões.

Tabela 18: EXPANSÃO DA GERAÇÃO (Potência Instalada, em MW)

FONTES	2003 ⁽¹⁾	2004	2005	2006	2007	Acréscimos 2004-2007 ⁽²⁾	Acréscimos posteriores a 2007, de obras iniciadas no ciclo 2004-2007	Investimentos Estimados PPA 2004 - 2007 (R\$ Milhões)
UHEs	72.654	75.878	78.438	81.555	83.140	10.486	25.203	21.880
UTEs	12.000	14.349	14.349	14.349	14.349	2.349	700	2.182
Eólicas	-	-	500	1100	1250	1250	0	3.817
TOTAL	84.654	90.227	93.287	97.004	98.739	14.085	25.903	27.879

(1) - valores estimados com base na expansão prevista para o ano em curso

(2) – Não foram considerados valores de potência incremental no ciclo do PPA inferiores a 50 MW – UHEs Ibirité (25MW) e Candonga (47 MW) e UTE Juiz de Fora (21 MW)

Tabela 19: EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO(Extensão de Linhas) (em Km)

TENSÃO	SIN - LTs Existentes 2003 ^(*)	2004	2005	2006	2007	Acréscimos 2004-2007	Investimentos Estimados PPA 2004 - 2007 (R\$ Milhões)
230 kV	35.515	36.697	37.917	38.217	39.032	3.517	1.549
345 kV	9.414	9.446	9.953	9.953	9.986	532	338
440 kV	6.668	6.668	6.668	6.668	6.668	0	0
500 kV	23.523	24.585	26.738	27.777	31.899	8.376	9.938
600 kV (CC)	1.612	1.612	1.612	1.612	1.612	0	0
750 kV	2.684	2.684	2.684	2.684	2.684	0	0
TOTAL	79.416	81.692	85.572	86.911	91.881	12.425	11.825

(*) - valores estimados com base na expansão prevista para o ano em curso

O PPA para o setor energético promoverá também a inclusão social por meio da busca da universalização no atendimento às demandas de energia elétrica, principalmente na área rural e em comunidades isoladas. Isto será feito através do programa **Energia Cidadã**, que resultará no fornecimento de energia a cerca de 1.700 mil domicílios.

Os investimentos em gás natural, que vinham se concentrando na geração de energia elétrica, estão sendo redirecionados para a indústria – em substituição ao óleo combustível e ao diesel – e para a utilização veicular. As massivas aplicações que a Petrobrás vem realizando em exploração e produção de petróleo em águas profundas, que seguirá implementando nos próximos anos, individualmente e em parcerias, permitirão alcançar a auto-suficiência no início de 2006 com um nível de produção e consumo superior a 1,9 milhões de barris/dia. Ao final de 2007 a produção de petróleo deverá estar em 2,2 milhões, contra um consumo de 2,0 milhões de barris/dia.

Devido ao perfil técnico de suas refinarias, o Brasil continuará importando petróleo leve e exportando o excedente do petróleo pesado. Trata-se de uma troca onerosa, pois o petróleo do Brasil tem valor de mercado inferior ao importado. O comércio de derivados é oneroso. No entanto, os investimentos programados incluem a adequação do parque de refino do País ao petróleo pesado, de tal maneira que se possa processar uma proporção crescente de petróleo nacional até 2007. Isto permitirá manter constante – estabilizado em aproximadamente 400 mil barris/dia – o refino de petróleo importado e deverá reduzir substancialmente até 2007 o déficit no comércio de derivados (tabela 20).

Tabela 20: Produção e refino de petróleo – principais metas

Ações	Metas
Exploração e produção de petróleo	Auto-suficiência: ampliar a produção dos 1,6 milhões de barris/dia em 2003 para 2,2 milhões em 2007
Refino de petróleo	Ampliação do refino em 200 mil barris dia, até 2007

O balanço final do comércio de petróleo, em 2007, deverá ter exportações de petróleo de cerca de 550 mil barris/dia, e importações de cerca de 420 mil barris/dia, com comércio de derivados residual. E, devido às diferenças de preço, prevê-se que, em valor, as exportações e importações de petróleo serão praticamente equivalentes. Dessa forma, ter-se-á eliminado o déficit comercial atual, de cerca de US\$ 2,5 bilhões.

Na área de energia, o PPA contempla ainda outros programas de grande relevância. O programa **Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Álcool Combustível** permitirá o aperfeiçoamento da regulação e a fiscalização por parte da Agência Nacional de Petróleo, enquanto o programa **Energia Alternativa Renovável** incentivará a produção de energia eólica, solar e de biomassa e buscará desenvolver a produção economicamente viável de biodiesel a partir de uma gama de matérias primas nacionais: soja, mamona, girassol, dendê, babaçu, etc. O emprego racional e econômico dos recursos disponíveis receberá tratamento especial por meio do programa **Eficiência Energética**.

Transporte (exclusive urbano, tratado no âmbito do desafio 6)

O Plano tem por fim enfrentar com determinação o enorme déficit acumulado de investimentos na infra-estrutura de transporte. Aliada à falta de uma política de integração que desenvolva o transporte multimodal, a escassez de investimentos tem dificultado o escoamento da produção, aumentado o custo dos deslocamentos, provocado queda da qualidade dos serviços e elevado o Custo Brasil, prejudicando a produtividade e as exportações.

As ações do PPA têm os seguintes objetivos prioritários: recuperar a malha rodoviária federal, concluir obras rodoviárias já iniciadas de impacto regional relevante e ampliar a capacidade operacional da malha rodoviária existente em segmentos próximos à saturação; modernizar a malha ferroviária para solucionar gargalos operacionais e expandi-la em regiões selecionadas segundo seu impacto germinador de crescimento.

Além disso, visa modernizar o sistema portuário; incentivar o transporte multimodal, em especial por meio da melhoria das hidrovias interiores, como estímulo ao estabelecimento de rotas alternativas de transporte de menor custo, e o sistema de acesso ferroviário e rodoviário aos principais portos do país. Uma de suas preocupações é a de promover a integração da infra-estrutura regional na América do Sul, o aperfeiçoamento e consolidação dos marcos regulatórios e a promoção do uso das tecnologias de informação.

As iniciativas para o atendimento a esse desafio serão estruturadas em torno de nove programas multimodais de transportes: **Araguaia-Tocantins, Fronteira Norte, Leste, Mercosul, Nordeste, São Francisco, Oeste-Norte, Sudoeste e Transmetropolitano**.

A Malha Rodoviária Federal compreende uma extensão de cerca de 56 mil km pavimentados, dos quais 4,5 mil km estão concedidos à iniciativa privada e 51,5 mil km administrados pelo governo federal. Destes, 18% encontram-se em bom estado, 35% em situação regular e 47% em mau estado, afetando desfavoravelmente o escoamento de cerca de 60% da carga transportada no país.

Será dada prioridade absoluta à execução das ações do programa **Manutenção da Malha Rodoviária Federal**, principalmente mediante a conservação, restauração de rodovias e controle do excesso de carga. Estão programadas a conservação anual de cerca de 43 mil km da malha, e a restauração de 23 mil km. Estão também programadas a construção ou adequação de 5,5 mil km, com foco nos principais pontos de estrangulamento atuais (tabela 21).

Tabela 21: infra-estrutura de Transporte (exceto urbano*): 2004-2007

Programas e/ou ações	Indicadores e/ou metas	Algumas obras de grande envergadura
Recuperação/ Manutenção de rodovias pavimentadas federais	Conservação: 43 mil km/ano Restauração: 23 mil km/	–
Construção/ adequação de rodovias	5,5 mil km	Adequação de capacidade ao tráfego na BR-101 – Natal (RN)/entroncamento BR-324 (BA), e Palhoça (SC)- Osório (RS), com duplicação de trechos necessários
Construção de ferrovias	2,4 mil km	Ferrovias Transnordestina
Implantação de hidrovias	Melhoria de navegabilidade em 10 mil km	Navegabilidade do Rio Tocantins (Eclusas de Tucuruí e Lajeado) e Tietê-Paraná
Ampliação da capacidade portuária	Em 200 milhões de toneladas	Melhoria da infra-estrutura de acesso ferroviário e rodoviário aos portos de Santos, Paranaguá e Sepetiba

* A infra-estrutura de transporte urbano é tratada no enfrentamento do desafio 6

No Setor Ferroviário haverá construção de trechos nas ferrovias Ferronorte, Norte-Sul, Transnordestina, além de novos ramais e contornos nas regiões Sudeste e Sul, expandindo a atual malha em 2.424 km, germinadora de crescimento econômico em áreas de grande densidade potencial de tráfego. O Governo buscará aperfeiçoar a legislação

ferroviária e reforçar a fiscalização da atuação privada nos serviços concedidos, zelando pelas funções de normatização, coordenação e avaliação de desempenho.

No transporte hidroviário, o Governo melhorará a navegabilidade em cerca de 10 mil km de hidrovias interiores, propiciando a movimentação de 25 milhões de toneladas de carga por ano. Os 42 mil km de rios navegáveis, pertencentes a oito bacias, tornam o modal hidroviário fundamental para integrar o país interna e externamente, tendo em vista menores custos para o escoamento de grandes volumes.

Os investimentos em portos têm por meta ampliar significativamente a movimentação de cargas, atualmente estimada em 505 milhões de toneladas. Isto se dará por meio de obras de ampliação, recuperação e melhoramento da infra-estrutura e de dragagens de aprofundamento do calado dos portos. A eficiência no sistema portuário e em sua infra-estrutura, que deu passos importantes nos últimos anos, ainda requer um enorme esforço de modernização. Serão atualizados os métodos e procedimentos de gestão e incorporadas modernas tecnologias de manuseio e transferência das cargas, visando reduzir congestionamentos, tempos de espera e de estocagem.

No período 2004-2007, a rede de aeroportos brasileiros passará por uma modernização de grande alcance. Serão investidos cerca de R\$ 4,6 bilhões na construção, ampliação e reforma dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), principalmente nas capitais brasileiras, a ressaltar Brasília, Goiânia, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Natal, Curitiba, Florianópolis e Macapá. A programação inclui também importantes cidades do interior dos estados, com destaque para Campinas, Uberlândia e Itajaí.

Somente em 2004 estão previstos investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão. As obras a serem realizadas terão como objetivos principais: melhorar a eficiência do transporte aéreo, o conforto e a segurança dos passageiros; aumentar a capacidade dos aeroportos, com novos terminais de passageiros e de carga; construir pátios e pistas, com pavimentação e balizamento, infra-estrutura básica e mecânica, além de prover equipamentos de controle de tráfego aéreo; adequar a aviação civil brasileira aos padrões internacionais; e promover a atualização tecnológica em harmonia com o meio ambiente.

Programas como os de **Exploração da Infra-estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário** e os de **Serviços de Transporte Rodoviário e Serviços de**

Transporte Ferroviário, que darão respaldo às ações de regulação e fiscalização, darão continuidade ao processo de reestruturação institucional do setor.

Comunicações

À diferença dos demais setores de infra-estrutura, houve marcada ampliação nas telecomunicações no período recente. Instalou-se capacidade superior a 50 milhões de acessos em telefonia fixa, com uma reserva ociosa de mais de 20%; há cerca de 30 milhões de celulares em operação, e é grande a agilidade para a ampliação do sistema.

Por essa razão, pode-se prever que nos próximos anos o investimento em infra-estrutura de comunicação seja inferior ao passado recente. Ademais, como o setor está totalmente privatizado e não se requerem parcerias com o setor público para a ampliação da rede básica, o processo de modernização não causa a mesma preocupação motivada pelos outros setores de infra-estrutura, no que se refere ao período deste PPA.

As ações relativas a comunicações que têm maior relevância para o PPA são a consolidação do marco regulatório e a fiscalização setorial, os projetos de universalização dos serviços e a implementação da TV Digital. O Governo Federal implantará a TV digital no país por meio do programa **Gestão da Política de Comunicações**. Entre seus objetivos, encontra-se conciliar a necessidade de independência tecnológica e o estímulo à engenharia brasileira, aos requisitos de custo e qualidade.

A infra-estrutura para inclusão social foi tratada no âmbito do enfrentamento do desafio 8, relativo à democratização e universalização do acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, com o acesso à telefonia, às redes de informação digital e à distribuição postal. Pretende-se: 1) levar cerca de 500.000 acessos de telefonia fixa a localidades com menos de 100 habitantes, famílias de baixo poder aquisitivo, propriedades rurais isoladas, regiões remotas e fronteiras de interesse estratégico, instituições de saúde, instituições de ensino, órgãos de segurança pública, bibliotecas, deficientes carentes e instituições de assistência a deficientes; 2) ampliar o acesso à distribuição postal de 79% para 85% da população; e 3) dotar 95% dos municípios com pelo menos uma estação de radiodifusão (contra os atuais 45%).

Recursos hídricos

A adversidade de condições climáticas a que estão submetidas muitas áreas do território nacional, notadamente a seca, recebe no PPA tratamento prioritário. Estima-se que, com as ações programadas para o setor de infra-estrutura hídrica, que abrange os subsetores de desenvolvimento hidroagrícola e obras hídricas, somente nos projetos públicos serão criados mais de 900 mil empregos, entre diretos e indiretos. Para o caso específico do Nordeste, a criação de cerca de 500 mil empregos garante a retenção de mais de 2,5 milhões de pessoas na zona rural. A tabela 22 mostra as metas dos principais programas.

Tabela 22: Infra-estrutura de recursos hídricos

Programas e/ou ações	Indicadores e/ou metas
Conviver - ações Proágua semi-árido	Fornecimento de água potável para 3,7 milhões de habitantes no semi-árido em 200 localidades e geração de 2.000 empregos diretos
Proágua infra-estrutura	Acumulação de 5 bilhões de metros cúbicos de água e 2.000 km de adutoras
Eficiência da agricultura irrigada	Economia de 10% de água sobre a sua atual utilização na irrigação
Desenvolvimento da agricultura irrigada	Incorporação de 100.000 hectares (aumento de 83% dos perímetros públicos existentes)
Integração de bacias hidrográficas	Aumento da vazão nas bacias com baixa disponibilidade hídrica para 75 m ³ /s, inclusive nas bacias intermitentes do nordeste setentrional

O programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver** – envolve a integração de uma série de projetos de irrigação das zonas semi-áridas, com os componentes de formação e capacitação de recursos humanos, acesso e desenvolvimento de novas tecnologias, saúde, saneamento e educação. No **Conviver** incluem-se, entre outras ações, o Proágua Semi-Árido, que prevê obras de médio porte e tem características de integração social, norteadas pela implantação de um padrão de convivência do sertanejo com a escassez de água. Até dezembro de 2005 serão beneficiados cerca de 3,7 milhões de pessoas e 200 comunidades com fornecimento de água de boa qualidade.

O **Proágua Infra-Estrutura** se destina a aumentar a oferta de água para o consumo humano e para a produção por meio da execução de obras estruturantes e de grande porte: barragens, açudes e adutoras. A meta é implantar cerca de 2.000 km de adutoras e

acumular aproximadamente 5 bilhões de metros cúbicos de reserva, em municípios carentes de água em quantidade e qualidade, gerando 80 mil empregos.

O programa **Eficiência da Agricultura Irrigada** está direcionado predominantemente ao Nordeste e tem por meta promover uma economia de aproximadamente 10% da água atualmente empregada na irrigação. O programa **Desenvolvimento da Agricultura Irrigada** dedica seus maiores esforços para aquelas áreas em que as condições climáticas não permitem garantir uma produção agrícola sustentável. A meta para o quadriênio é incorporar 100.000 ha de áreas em projetos públicos, atualmente em diferentes estágios de implantação e operação, correspondendo a um aumento de 83% sobre a área irrigada atual.

O programa **Integração de Bacias Hidrográficas** tem por objetivo integrar os recursos hídricos nas bacias com baixa disponibilidade de água, elevando a vazão nessas bacias para 75 m³/s, principalmente nas bacias intermitentes do Nordeste Setentrional, o que contribuirá para perenizar o fluxo hídrico nas regiões mais castigadas pela seca.

18. Reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local

As desigualdades regionais constituem um obstáculo para a construção de um modelo de desenvolvimento socialmente inclusivo e economicamente eficiente e integrado no país. Diferenciais de acesso a bens e serviços públicos distinguem os habitantes de algumas regiões frente a outras. Taxas de mortalidade infantil, escolaridade e desemprego, dividem espacialmente o território nacional. Dotações de infra-estruturas tradicionais e modernas, diferenciais de capacitação tecnológica e de propensão ao desenvolvimento de inovações, acesso a serviços produtivos de qualidade e a mercados de trabalho organizados também seccionam as regiões. Essas diferenças tendem a se agravar com a globalização, pois o movimento geral de abertura de mercados tende a favorecer as sub-regiões mais competitivas e que apresentam, portanto, maiores possibilidades de crescimento.

A relação entre as Unidades da Federação com maior e menor PIB *per capita* é de cerca de nove vezes, segundo dados de 2000 do IBGE. A mesma relação entre microrregiões pode alcançar até 40 vezes, o que confirma a importância de uma atuação sobre a dimensão espacial das desigualdades. Essa mesma comparação no caso da União

Européia, revela um diferencial de cerca de 2,7 vezes e entre os estados norte-americanos de menos de duas vezes.

É evidente o potencial competitivo de sub-regiões do eixo Sul e Sudeste, quando se trata da integração das suas bases produtivas ao mercado internacional, enquanto a vasta maioria do território brasileiro carece de investimento em capital físico e humano necessários para se beneficiar da maior abertura dos mercados. Assim, do ponto de vista espacial, diversas frações do território nacional vêm apresentando taxas de crescimento econômico negativo nas últimas décadas, com perda de população e deterioração das condições de vida.

As desigualdades regionais determinam a necessidade de uma atuação mais firme e articulada do Governo, com o objetivo de quebrar a tendência natural de concentração da base produtiva brasileira e da infra-estrutura tecnológica. Para este fim, torna-se necessário fomentar a formação tanto de capital físico quanto de capital humano naqueles territórios onde as forças de mercado não estão atuando de forma positiva, se comparados aos outros mais competitivos. Antes de tudo, faz-se necessário reforçar o entendimento de que uma política regional é muito mais que um conjunto de políticas setoriais regionalizadas. Ela representa uma outra forma de pensar o território, ao considerá-lo referência para um projeto de desenvolvimento local, fazendo gravitar em torno deste as diferentes políticas setoriais. Ao mesmo tempo, é crucial que as iniciativas de planejar de maneira integrada o país não obscureçam a necessidade de um tratamento diferenciado para territórios desiguais quanto à capacidade de assegurar um crescimento sustentável de emprego, renda e qualidade de vida.

O Governo deve priorizar, durante o período do PPA 2004-2007, a estruturação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial. Neste sentido, os programas com forte impacto na superação deste desafio devem atuar a partir de critérios que privilegiam uma atuação em múltiplas escalas espaciais, dentro de uma visão que zela pela coerência nacional das ações. As mudanças socioeconômicas observadas no País apontam para a necessidade de novas formas de atuação. A intenção é potencializar a imensa diversidade e complementaridades que apresenta o País, considerando, sobretudo a organização de arranjos produtivos locais. Isso passa também por um esforço coordenado e persistente de desconcentração da base produtiva do País, fortalecendo as especializações regionais. Esta é a razão para a criação do programa **Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – Promeso**, formulado com

vistas a alterar a trajetória histórica de menor desenvolvimento relativo das regiões, por meio da valorização de suas dotações e vocações específicas. Outro passo importante, nesta direção, é o programa **Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – Promover**, cuja principal função é a integração competitiva dos territórios, mediante uma intervenção governamental sistêmica em infra-estrutura sócio-econômica, dos espaços regionais, ou mesmo sub-regionais.

Para aumentar a capacidade de **inovação local**, está sendo proposto o programa **Ciência e Tecnologia para Inclusão Social**, cuja finalidade é ampliar a capacidade local e regional para gerar difundir o progresso técnico. É reconhecida a grande concentração da infra-estrutura tecnológica do País e a sua importância para um desenvolvimento endógeno ao nível da Região. Associado a este encontra-se o programa Arranjos Produtivos Locais cuja finalidade é elevar a competitividade local, essencial à disputa dos territórios pelos investimentos produtivos.

Um processo continuado de desconcentração econômica depende de uma ação coordenada de investimentos em infra-estrutura com capacidade de dotar o País de uma logística de integração das regiões. Para tanto, os programas relacionados às áreas de transporte, energia e recursos hídricos devem atuar tendo como principal referencial o território. É o caso dos programas Corredores de Transporte, que visam reduzir o custo de frete e ampliar as conexões inter-regionais, cruciais para o desenvolvimento de economias complementares e uma competitividade sistêmica do País. No campo da energia os programas Regionais de Energia visam atender as necessidades de energia elétrica das regiões e consolidar um sistema integrado nacional, por meio da exportação de excedentes para as demais regiões do sistema integrado nacional. As áreas deprimidas, a exemplo das áreas isoladas do país também serão atendidas pelo programa **Energia nos Sistemas Isolados**, e pelo programa **Energia Cidadã**, que resultará no fornecimento de energia a cerca de 500 mil famílias. Ambos os programas visam assegurar a oferta de energia elétrica para as comunidades isoladas, sobretudo, na Região Norte do País e a eletrificação rural. Na área das telecomunicações, o desafio é garantir o acesso aos serviços de telecomunicações, visando a inclusão social, independentemente de localização e condição sócio-econômica, por meio do programa **Universalização dos Serviços de Telecomunicações**, levando cerca de 500 mil acessos de telefonia fixa a localidades com menos de 100 habitantes.

Para superar a adversidade de condições climáticas a que estão submetidas muitas áreas do território nacional, notadamente a seca, o programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver** será implementado, cujo objetivo é criar um padrão sistêmico de intervenção, mediante a articulação do Estado, nos três níveis da Federação, do setor privado e da sociedade civil, em torno da formulação e implementação de uma estratégia de desenvolvimento integrado para o Semi-Árido. Com o programa serão beneficiados até dezembro de 2005 cerca de 3,7 milhões de pessoas e 200 comunidades com fornecimento de água de boa qualidade.

As áreas de fronteira são outro desafio do desenvolvimento regional devido as suas peculiaridades sócio-econômicas e o caráter estratégico dos assentamentos humanos ao longo dessa faixa de território. Merecem, portanto, uma atenção diferenciada neste contexto, dadas as más condições de vida de sua população e sua vulnerabilidade do ponto de vista socioeconômico, criando, inclusive, condições para uma crescente penetração da ilegalidade, contrabando e narcotráfico. Neste sentido, o programa **Desenvolvimento da Faixa de Fronteira** e o programa **Calha Norte** atuarão no intuito de promover a estruturação física, social e econômica das áreas situadas na faixa de fronteira.

O aspecto regional do projeto de desenvolvimento combina prioridades sociais e a realização de investimentos em infra-estrutura com a regionalização de políticas e programas que reduzam a desigualdades entre as regiões e também as disparidades dentro das regiões. As políticas sociais orientadas por esse critério permitirão dotar as regiões menos favorecidas de elementos para o aumento da produtividade da força de trabalho e a constituição de um processo endógeno de prosperidade, com o melhor acesso aos serviços públicos essenciais.

19. Melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental

O patrimônio natural do Brasil é uma referência, tanto pelo valor simbólico quanto pelo caráter estratégico de seus recursos para o projeto de desenvolvimento. Somos um País com grande potencialidade para atingir estágio avançado de regulação das atividades produtivas, compatível com o desenvolvimento tecnológico, a sustentabilidade dos recursos naturais, a valorização da biodiversidade, a diversificação da agricultura e da

pecuária, o manejo da produção florestal e extrativista, o uso adequado da água e de fontes de energia limpas.

O cerne desses desafios é o desenvolvimento voltado para a justiça social, integrando também o direito a um ambiente saudável para todos. Nossos principais problemas ecológicos demonstram a estreita relação existente entre degradação ambiental e degradação social: os mais pobres ocupam quase sempre as áreas mais poluídas, mais inseguras ou devastadas, expressando a distribuição desigual dos benefícios e custos ambientais que marca o país. Como regra, os grupos sociais de menor renda são os que têm menos acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária.

Para construir a sustentabilidade no Brasil é necessário superar a visão de desenvolvimento a partir apenas de novos espaços a serem ocupados e de recursos a serem apropriados, e entendê-la como possibilidade de construção coletiva, geradora de qualidade de vida, tendo como pontos de partida, simultâneos, as dimensões ambiental, econômica, social, ética e cultural.

Esta tarefa exige a promoção e a adoção de práticas sustentáveis que se ampliem progressivamente, nas três esferas governamentais, no setor privado e no cotidiano da sociedade, e assumam finalmente um espaço estratégico nas políticas públicas do país, como orientam diretrizes estratégicas do PPA – transversalidade de ações na política ambiental, desenvolvimento sustentável, participação e controle social, fortalecimento do sistema nacional de meio ambiente.

A evolução na abordagem da questão ambiental na visão e na forma de atuação dos diferentes atores sociais envolvidos se traduz claramente no conjunto de programas para a área ambiental. A política de fiscalização e controle será complementada pelo incentivo à gestão dos recursos naturais em todo o processo de produção e consumo, inclusive como medida de redução do desperdício de insumos e de matérias-primas. O incentivo à reutilização e à reciclagem de materiais completa esse ciclo. Essa abordagem tem impacto em todas as áreas de Governo.

A construção, consolidação ou democratização dos espaços formais de controle social das políticas ambientais e de sustentabilidade, tais como o Conselho Nacional de Meio Ambiente, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacias

Hidrográficas, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e outros, farão parte da estratégia de implementação dessa missão.

Espera-se ainda criar, atualizar ou consolidar os instrumentos necessários para enfrentar concretamente os problemas ambientais e de sustentabilidade ligados às cadeias de produção em áreas estratégicas do Governo tais como infra-estrutura, energia ou disponibilidade de alimentos e água.

Por fim, devido à natureza intrinsecamente transversal da política ambiental, será desenvolvido trabalho conjunto entre os ministérios envolvidos, harmonizando ações governamentais e colaborando para a adoção da sustentabilidade, nas dimensões acima descritas, como modelo de desenvolvimento para o País.

Os problemas a serem enfrentados na área ambiental levaram o Governo a reorganizar e ampliar os seus programas. Alguns desses novos programas merecem destaque. O programa **Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais** é um primeiro exemplo. Sua proposta é identificar riscos, por meio de instrumentos de monitoramento e de planos de prevenção, prevenir acidentes e ter preparadas intervenções precoces adequadas, evitando ou minimizando os impactos de acidentes ambientais. Sua ação se desenvolve por meio da fiscalização de atividades degradadoras, poluentes e contaminantes e do licenciamento ambiental das atividades dos setores de energia elétrica, transporte, indústria de petróleo e gás.

O programa **Agenda 21** prevê, além da implementação da Agenda 21 Brasileira, uma atuação nos municípios, envolvendo os atores sociais locais e o poder público no planejamento do desenvolvimento sustentável local. Esse programa inova ao se propor atuar conjuntamente no topo e na base do sistema, fortalecendo a capacidade do país na gestão sustentável de seus recursos.

Uma nova abordagem e ênfase na questão da Educação Ambiental também serão adotadas, tirando-a da sala de aula e levando o tema para a sociedade, buscando, por meio de novas metodologias, atingir uma mudança no comportamento do cidadão, formando-o para uma sociedade sustentável. Será também intensificada a formação de educadores ambientais (6.450 até o final de 2007), que multiplicam o aprendizado dentro do grupo social ao qual pertencem. Nesse quadro se inscreve a realização da Conferência Nacional de Meio Ambiente e da Conferência Infante-Juvenil, que irão elaborar e consolidar

diretrizes para as políticas de meio ambiente, ao mesmo tempo em que ajudam a internalizar os conceitos ambientais no cotidiano dos cidadãos.

O Brasil é uma potência hídrica em um mundo onde a água potável está se tornando um recurso escasso, mas apenas muito recentemente os recursos hídricos vêm-se constituindo em foco de políticas públicas, seja na proteção aos mananciais em áreas de risco, nos centros urbanos ou em áreas degradadas, seja na regulação do acesso e do uso de suas fontes. Entretanto, nascentes e corpos d'água continuam sofrendo fortes pressões, tanto pelo uso e ocupação irregulares das cabeceiras, quanto pela destruição das matas ciliares e pelo lançamento de efluentes domésticos e industriais.

O Governo promoverá, por intermédio do programa **Probacias**, a implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, para efetivar a gestão descentralizada e participativa no âmbito dos comitês de bacias, integrando as ações e diretrizes locais, regionais, estaduais e federais. Serão desenvolvidas ações de apoio a projetos dos comitês de bacias hidrográficas, fiscalização, outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos. A principal meta é implantar o gerenciamento integrado dos recursos hídricos em seis bacias hidrográficas.

De forma complementar o programa **Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas** visa melhorar a eficiência do uso dos recursos hídricos, a conservação e a qualidade das águas, por meio de ações de financiamento de projetos visando recuperação e/ou ampliação das disponibilidades hídricas, o monitoramento ambiental da qualidade dos recursos hídricos e de fomento a projetos demonstrativos de uso racional da água.

Cerca de 20% da biodiversidade do planeta estão concentrados em nosso território, porém, em parte já comprometidos e o restante ameaçado em níveis avançados, com repercussões na manutenção dos principais biomas brasileiros. É necessário, por um lado, criar e consolidar unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral, sobretudo em regiões como o Cerrado, a Caatinga e a Mata Atlântica. Por outro lado, implementar políticas de estímulo à valorização e ao uso sustentável da biodiversidade, em especial de nosso patrimônio genético, como estratégia de conservação ambiental e desenvolvimento econômico. É necessário também estabelecer políticas que considerem as peculiaridades de cada bioma e as dinâmicas em que estes estão envolvidos. O programa **Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade** busca o conhecimento e a conservação da diversidade biológica para promover a utilização sustentável de seus

componentes. O faz por meio de ações de fiscalização, controle, triagem, recuperação e destinação de animais silvestres, de fomento a projetos de conservação e utilização sustentável da diversidade biológica (Probio) e controle da captura, coleta, transporte, importação e exportação de recursos genéticos.

Nossas florestas vêm sendo rapidamente desmatadas sem que o País se beneficie do enorme potencial de crescimento de um setor florestal em bases sustentáveis. Ainda não há incentivo adequado para o manejo florestal sustentável, seja para as florestas nativas como para as plantadas, como estratégia de geração de emprego e renda e conservação ambiental.

O Brasil reúne incontestáveis vantagens comparativas na área florestal, o que lhe confere uma nítida vocação potencial para assumir a liderança mundial desse setor. As extensas áreas de ricas florestas nativas existentes e a posição de vanguarda no domínio tecnológico da formação e manejo de florestas de rápido crescimento são algumas das características que conferem ao país a garantia potencial de competitividade internacional. O setor florestal é responsável por 8% das exportações, 4% do PIB e 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no Brasil. O programa **Nacional de Florestas** procura promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas públicas e privadas e a expansão sustentável da base florestal plantada. O programa apoiará, especialmente, a ampliação da participação dos pequenos produtores no total da produção florestal de origem plantada. A meta é ampliar a área florestal manejada de 350.000 ha/ano, em 2002, para 700.000 ha/ano, em 2007.

O programa **Próambiente** nasce da conscientização dos produtores rurais familiares da Amazônia de que é possível produzir na região de forma sustentável, protegendo a floresta, a biodiversidade e os serviços ambientais por elas proporcionados. O programa se inicia na Amazônia, fomentando essa iniciativa e a conversão dos sistemas de produção para um modelo sustentável e pretende ser expandido para o resto do País. O programa **Amazônia Sustentável** ampliará as experiências pilotos e estas poderão ser replicadas, mudando de escala, dando às populações locais perspectivas de melhoria de qualidade de vida ao mesmo tempo em que se reforça a preservação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais renováveis da região.

Associado a estes, o programa **Comunidades Tradicionais** estará trabalhando a gestão ambiental em conjunto com os povos quilombolas, ribeirinhos, extrativistas,

caiaças e demais populações tradicionais. Ele inclui o fomento a projetos que viabilizam economicamente essas populações, com base no uso sustentável dos recursos naturais que formam a essência da identidade desses grupos sociais. Sua principal meta é ampliar o apoio às organizações extrativistas da Amazônia de 100 organizações, em 2004, para 187, em 2007.

O Brasil emite anualmente cerca de 200 milhões de toneladas de carbono, sobretudo com queimadas e incêndios florestais. Segundo dados do INPE, o total devastado na floresta amazônica, entre agosto de 1999 e agosto de 2000, foi de 19.836 km². Isso representa um crescimento de quase 15% em relação ao que ocorreu no período anterior. A Amazônia como um todo apresenta um desflorestamento de algo próximo a 600 mil km², área maior do que o território da França. O programa **Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer** incrementará as atividades relacionadas ao monitoramento, à avaliação de risco de incêndios em áreas críticas, à prevenção de incêndios florestais, em particular na região Amazônica, bem como à efetivação de seu combate. A meta é reduzir os focos de calor de 230 mil/ano, em 2002, para 200 mil/ano, em 2007.

O programa **Mudanças Climáticas e Meio Ambiente** irá estudar e propor soluções tecnológicas e de gerenciamento para os fatores que provocam mudanças climáticas, tais como a poluição do ar e da água, além de construir as condições para que o Brasil se beneficie do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL previsto no Protocolo de Kyoto. Esse programa prevê uma atuação tanto na redução das emissões do Brasil quanto no aumento da captação de recursos a partir do MDL.

20. Ampliar a participação do país no mercado internacional, preservando os interesses nacionais

Nossas exportações representaram apenas 0,9% do total mundial em 2002, marca notoriamente pequena para uma economia do tamanho da brasileira. A meta deste PPA é viabilizar a participação brasileira a níveis superiores a 1% do total mundial, o que será conseguido expandindo-se a pauta brasileira de exportação em quantidade, qualidade, variedade de produtos, mercados de destino e número de empresas.

A abertura da economia brasileira nos anos 90 promoveu maior integração nacional aos fluxos mundiais de comércio mas, na forma e nas circunstâncias em que foi

realizada, fragilizou o balanço de pagamentos, reforçando os efeitos da instabilidade do cenário internacional e das persistentes práticas protecionistas dos países desenvolvidos.

No entanto, apesar desse quadro geral e do fato das exportações do País ainda estarem concentradas em determinados parâmetros, a tendência recente do comércio externo brasileiro revela excelente potencial de melhoria de sua inserção internacional e, conseqüentemente, de redução da vulnerabilidade externa. A diversificação de produtos e mercados é uma tendência e o interesse das firmas nacionais em exportar é crescente.

O PPA tem, entre seus objetivos, confirmar e fortalecer essa tendência, em sintonia com os resultados alcançados em 2003, quando as exportações brasileiras deverão atingir US\$ 68 bilhões (aumento de 13% em relação a 2002). O reforço à diversificação dos investimentos na economia nacional, a agregação de valor nos produtos nas cadeias produtivas e a redução do Custo Brasil são tratados no âmbito do enfrentamento dos demais desafios da dimensão econômica.

Além dos esforços pelo lado da base produtiva, o PPA implementará uma série de programas dirigidos ao financiamento e promoção das exportações, à defesa comercial, ao estreitamento de relações com os países vizinhos e com outras nações, e ao fortalecimento das representações brasileiras junto aos fóruns de abrangência regional e mundial. Na mesma direção, o Governo se empenhará em desonerar o setor exportador como forma de assegurar a competitividade do produto brasileiro e prover tratamento tributário mais próximo ao dos concorrentes internacionais.

Condições adequadas de crédito e de seguro às exportações são elementos absolutamente essenciais à expansão exportadora. A crescente recuperação da credibilidade do país no sistema financeiro internacional tem possibilitado maior facilidade de acesso a recursos destinados ao financiamento às exportações brasileiras nas instituições financeiras. Por exemplo, enquanto em 2002 o Banco do Brasil concedeu US\$ 5,5 bilhões para as operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e de Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE), este ano, de janeiro a julho, já foram aprovados US\$ 4,2 bilhões. Será incentivada a expansão do volume de ACC e ACE, em especial para pequenas e médias empresas, desburocratizando seus procedimentos, bem como reestruturando o setor de seguros de forma a ampliar a abrangência e reduzir custos.

A previsão de disponibilização de recursos para financiamento a médio e longo prazos pelo BNDES é de uma média anual de R\$ 14 bilhões no período 2004-2007, o que significa uma expansão real de 45,8% sobre a média anual do triênio 2000-2002. Já em 2003 o Banco foi autorizado a aplicar até 50% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) nas operações de financiamento à exportação.

O BNDES também estará liberando recursos para obras nos países vizinhos, em parcerias com a Corporação Andina de Fomento, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e também por meio de parcerias público-privadas, em projetos identificados pela Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA). A integração nas áreas de transportes, energia e comunicações permitirá o aumento do comércio intra-regional e das exportações na região, incrementando a competitividade sul-americana e a diminuindo as desigualdades econômicas e sociais.

No âmbito do programa **Promoção das Exportações - Proex**, será criada a modalidade de Financiamento à Produção Exportável, para apoio a pequenas e médias empresas exportadoras. Os instrumentos oficiais de garantia ao crédito serão aperfeiçoados no sentido de viabilizar a constituição dessa nova modalidade de financiamento.

No período 2004-2007, o programa **Defesa Comercial** tem como pressuposto, além de fortalecer os mecanismos que já vêm sendo utilizados para defender a indústria doméstica contra práticas predatórias de comércio e surtos de importação, ampliar o apoio aos exportadores brasileiros submetidos a investigações relacionadas às práticas comerciais no exterior.

Os interesses econômicos, comerciais e financeiros brasileiros serão defendidos em organismos multilaterais, bilaterais e regionais, por meio da ação Negociações Internacionais nas Áreas de Indústria, Comércio e Serviços. Proporcionar aos serviços e produtos brasileiros melhores condições de acesso a mercados, em terceiros países ou blocos econômicos, significa aumentar a participação das exportações brasileiras no comércio mundial.

É meta prioritária do Governo o aperfeiçoamento do Acordo do Mercosul, para potencializar a vocação de integração entre o Brasil e os demais países da região. Além disso, estarão sendo negociados vários acordos comerciais, entre os quais merecem

destaque os seguintes: Organização Mundial do Comércio (OMC), Área de Livre Comércio das Américas (Alca), Mercosul/União Européia, Mercosul/África do Sul, Mercosul/Índia, Mercosul/Peru, Mercosul/China, Mercosul/Colômbia, Mercosul/Equador, Mercosul/Venezuela, Mercosul/Comunidade Andina e Mercosul/Japão, entre outros.

Um dos elementos mais importantes de suporte às exportações é o programa **Desenvolvimento do Comércio Exterior**. Será dada ênfase à expansão de uma série de ações em andamento, como a Desburocratização das Normas de Exportação; a Modernização dos Sistemas de Suporte às Operações (módulos do Siscomex) e o Radar Comercial, que identifica mercados e produtos com maior potencialidade exportadora.

O sistema Alice – Análise das Informações de Comércio Exterior, que dissemina via Internet estatísticas de comércio exterior para apoiar a tomada de decisões empresariais, e o Portal do Exportador, que concentra em um único endereço o acesso eletrônico à legislação, estatísticas, bem como órgãos e entidades, acordos de comércio, calendários de feiras, exposições e diferentes trabalhos de pesquisa, além de 400 *links* de assuntos relacionados ao comércio exterior, são importantes instrumentos para facilitar a vida dos exportadores.

O Portal disponibiliza o sistema *Vitrine do Exportador*, que permite ao exportador incluir dados comerciais de sua empresa e de seus produtos, construindo sua vitrine virtual com informações relevantes para se promover no exterior, acelerando a comunicação entre potenciais compradores. Na Vitrine é possível ainda conhecer as medidas que visam apoiar a promoção comercial, coordenadas pela Agência de Promoção de Exportações (Apex-Brasil), para o incremento das exportações nos estados brasileiros.

O programa **Cultura Exportadora** mantém a estratégia de transformar pequenos empreendedores em exportadores efetivos, atuando em quatro frentes principais: a Capacitação de Profissionais de Comércio Exterior, que irá instruir mais de 6.500 profissionais, entre empresários e Agentes de Comércio Exterior, até 2007; os Encontros de Comércio Exterior (Encomex), que se destinam à disseminação de uma mentalidade exportadora, com previsão de realização de 48 eventos até 2007; a atuação descentralizada dos agentes de comércio exterior em todas as Unidades da Federação; e os softwares Aprendendo a Exportar, que vão orientar o aprendizado específico de empresários de 12 setores prioritários. A meta é ampliar o número de empresas exportadoras de cerca de 17,5 mil para a marca dos 20 mil.

21. Incentivar e fortalecer as micros, pequenas e médias empresas com o desenvolvimento da capacidade empreendedora

As empresas de menor porte representam a retaguarda produtiva brasileira e são essenciais à elevação da competitividade sistêmica de nossa economia. Longe de serem atores marginais no tecido produtivo, contribuem de forma significativa para a produção de bens e serviços e, mais ainda, para a geração de emprego. As estatísticas mostram que dois terços dos postos de trabalho em 2001 estavam no segmento de micros, pequenas e médias, em 2,3 milhões de estabelecimentos do país (99,8% do total).

No entanto, à diferença dos países desenvolvidos, no Brasil essas empresas têm recebido insuficiente atenção por parte dos governos. Isto contrasta com a imensa desigualdade de acesso, relativamente a grandes empresas, a condições básicas de sobrevivência e expansão, tais como crédito, tecnologia, recursos humanos, capacidade para aquisição de insumos em termos de qualidade e preços, capacidade para vender e para exportar, e assim por diante.

É necessário alterar substancialmente esse quadro. Deverão ser aperfeiçoadas, ao longo do período 2004-2007, as iniciativas que favoreçam empresas de menor porte, com acesso a capital de giro. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica estão promovendo a redução das taxas de juros e ampliando o volume de crédito nas linhas de financiamento às micro e pequenas empresas. Neste sentido, já em 2003, está sendo aportado R\$ 1,1 bilhão de recursos novos do FAT, o limite das operações de financiamento passou de R\$ 50 mil para R\$ 100 mil, e os juros mensais deverão cair de cerca de 3,5% para 2,5%.

Estão sendo regulamentadas as aplicações dos bancos comerciais, dos bancos múltiplos com carteira comercial, da CEF, bem como das cooperativas de crédito de pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores, para operações de microfinanças destinadas à população de baixa renda, baseadas em parcelas de recursos oriundos dos depósitos à vista. Com base nessa determinação, foi editada resolução estabelecendo a aplicação de recursos correspondentes a 2% dos depósitos à vista captados pelas referidas instituições ao “Microempréstimo Simplificado”.

A ampliação e democratização do acesso ao crédito e a outros produtos financeiros foi fortalecida pela criação das Cooperativas de Crédito de Livre Admissão,

com regras prudenciais que fortalecem o papel das cooperativas centrais e que permitem a extensão do atendimento pelas cooperativas de crédito a amplos segmentos da população. Foi criada a figura das Contas Simplificadas de Depósito à Vista, que favorece a população que não possua outra conta bancária; e ampliaram-se os recursos do FAT para capital de giro de micro e pequenas empresas e para compra de material de construção.

Entre 2004 e 2007, o Banco do Nordeste deverá ultrapassar a marca dos R\$ 3,6 bilhões de financiamento com recursos próprios a empresas de pequeno porte. A CAIXA, com recursos do FAT, deverá atingir R\$ 8 bilhões. E o BNDES estima a concessão de financiamentos da ordem de R\$ 39,8 bilhões para o segmento. Além de queda de juros e de aumento de financiamento, o Governo está estimulando a organização de cooperativas de crédito de livre admissão, de tal forma que populações com acesso restrito a serviços financeiros tenham dinheiro para pequenos empreendimentos rurais e urbanos geradores de emprego.

O programa **Desenvolvimento de Micros, Pequenas e Médias Empresas** objetiva elevar a competitividade do parque produtivo nacional, criar mais postos de trabalho e promover a qualificação dos trabalhadores. Amparado pelo Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, busca-se reduzir a mortalidade precoce das empresas, por meio de capacitação gerencial e disponibilização de linhas de crédito.

O PPA 2004-2007 ainda contempla o programa **Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural** como forma de fortalecer a organização do setor e de estimular a eficiência das cadeias produtivas. Nesse programa, além de estudos e da promoção de eventos de interesse econômico para as cooperativas, serão capacitados técnicos e cooperados com vistas à autogestão do setor, bem como das associações rurais.

Já o programa de desenvolvimento de **Arranjos Produtivos Locais** impulsionará os pólos produtivos regionais, que reúnem principalmente empresas de menor porte. É enorme a contribuição potencial desses pólos para a desconcentração espacial da atividade produtiva e da oferta de emprego, além dos benefícios relacionados ao aproveitamento e desenvolvimento de vocações territorialmente dispersas. O programa contempla uma série de atividades, como a de difusão da metodologia de arranjos produtivos, o apoio à instalação de incubadoras de empresas e a promoção de comitês regionais de apoio. A meta é ampliar o número de arranjos produtivos apoiados e incentivados dos atuais 66 para 124, nos quatro anos.

A massificação do extensionismo empresarial será um dos instrumentos desta estratégia, levando um portfólio de soluções em gestão de negócios, inovação tecnológica, capacitação e crédito às micro e pequenas empresas situadas nos Arranjos. Às ações do Ministério do Desenvolvimento somar-se-ão os esforços de outros órgãos (ministérios da Integração Nacional, Ciência e Tecnologia/Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Trabalho e Emprego, Fazenda/bancos oficiais) e de parceiros importantes, como o Serviço de Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas (Sebrae). A política de inovação tecnológica dará ênfases à distribuição de recursos para pesquisa associada a essas vocações.

O PPA dirige ainda uma série de outros programas especiais às empresas de menor porte. O programa **Artesanato Brasileiro**, por exemplo, visa estruturar e apoiar a comercialização da produção artesanal, caracterizada por um maior grau de informalidade e por formas associativas de organização. Serão implantadas, entre 2004 e 2007, em torno de 12 rotas rodoviárias, integrando artesanato e turismo, e 12 feiras para mostra e comercialização do artesanato brasileiro. O programa **Comércio Eletrônico** conta com a parceria do Sebrae, organizações da sociedade civil e de empresas privadas para cumprir a missão de promover a inclusão digital do empresariado de pequeno porte.

IX. MEGAOBJETIVO III (Dimensão Democrática): “Promoção e Expansão da Cidadania e Fortalecimento da Democracia”

A dimensão democrática tem por objetivos o fortalecimento da cidadania e a garantia dos direitos humanos – políticos, sociais e civis – a valorização da diversidade das expressões culturais nacionais e regionais, a transparência do setor público com controle da sociedade, o planejamento participativo e gestão pública orientada para o cidadão, a segurança pública e a defesa da integridade e da soberania nacionais. O combate às desigualdades econômicas e sociais é entendido como condição necessária para que seja garantido a todos os brasileiros e brasileiras o status de cidadãos, homens e mulheres realmente iguais perante o Estado.

A estratégia prevê o desenvolvimento de relações plurais e democráticas, baseadas na equidade, sem preconceitos de raça e etnia e com oportunidades iguais em todos os aspectos da vida social. Serão fortalecidas e ampliadas as conquistas alcançadas pelas mulheres e será combatida, tenazmente, a discriminação racial, que não apenas causa danos materiais, simbólicos e culturais para toda a população, mas agride a essência da própria democracia. Será garantida a integridade dos povos indígenas e assegurado o respeito a sua cultura e a sua organização. Combater-se-á a discriminação aos portadores de necessidades especiais, aos homossexuais, aos jovens, às pessoas de terceira idade, aos migrantes de regiões historicamente abandonadas ou afetadas por crises econômicas e sociais e aos imigrantes pobres provenientes de outros países.

A estratégia do PPA 2004-2007 assenta-se no fortalecimento da democracia brasileira em todas as suas dimensões. A radicalização do processo democrático no Brasil deve ser entendida como um grande movimento cultural que vai além da adoção de medidas de democracia econômica e social e da realização das reformas políticas. A irrestrita liberdade de expressão e a democratização dos meios de comunicação são instrumentos essenciais desse movimento. Será buscado um novo contrato social que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos, a construção de um país mais justo econômica e socialmente e, sobretudo, um Estado adaptado às exigências deste novo ciclo de desenvolvimento.

A segurança pública receberá tratamento prioritário e será fortalecida dentro da estrita legalidade democrática, respeitando os direitos dos cidadãos, implementando os

direitos humanos em suas práticas, formações e treinamentos. A atuação nesse âmbito guia-se pelo princípio de que segurança pública inclui propostas de reforma policial e de políticas sociais. A reforma e atualização da legislação serão aceleradas. Os três entes da Federação articular-se-ão no desenvolvimento de ações de segurança pública e se realizará a integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade, a prevenção e o combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro.

As Forças Armadas cumprem papel fundamental na construção de uma nação forte e soberana, e na preservação do Brasil como um território de paz e de democracia. O Governo reforçará e modernizará as Forças Armadas para a preservação da integridade nacional, com a defesa do território, do mar territorial e do espaço aéreo. Elas contarão com a capacidade necessária à defesa de nossas fronteiras, à proteção das regiões ameaçadas em sua integridade, como é o caso da Amazônia, e ao desempenho de missões de paz no mundo. Quando convocadas, as Forças Armadas cooperarão com o enfrentamento de calamidades públicas, campanhas nacionais de saúde pública e outras ações de caráter cívico-social.

O fortalecimento da democracia requer também o combate ao autoritarismo, à desigualdade e ao clientelismo. Será promovido um gigantesco esforço de reconstrução do Estado, colocando-o a serviço do conjunto dos cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados.

A melhor arma contra o desperdício e a corrupção é a consolidação de um Estado eficiente, ágil e controlado pelos cidadãos. O compromisso com a cidadania exigiu que a formulação do PPA 2004-2007 fosse acompanhada por intensas consultas e debates com a sociedade civil organizada e com representações dos governos estaduais e municipais. Da mesma forma, a sociedade brasileira e os entes federados serão fortemente ouvidos no processo de implementação e avaliação do Plano. O caráter participativo deste PPA é uma fórmula de enriquecimento permanente do planejamento e da gestão das ações do Governo Federal, conferindo-lhes transparência e maior eficácia social. A ampliação da participação da sociedade nas escolhas de políticas públicas é uma das marcas diferenciais deste PPA.

A dimensão democrática do PPA 2004-2007 contempla o enfrentamento de nove desafios, a seguir apresentados.

22. Fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas

Persistem no país situações de desrespeito à garantia dos direitos humanos. O Estado brasileiro nem sempre tem sido capaz de garantir os princípios da igualdade e da liberdade ou criar condições para a convivência, a tolerância e o respeito à diversidade entre grupos da população. A garantia dos direitos humanos é função do Estado, e apesar da ratificação do Governo Brasileiro aos diversos tratados internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos, pode-se dizer que no Brasil há duas realidades bem distintas: uma formal - da legislação, dos instrumentos internacionais e das instituições públicas - e outra real, com violações cotidianas correndo à margem de todo o aparato legal e constitucional.

A discriminação, nas suas diversas dimensões – de raça/cor, etnia, gênero, orientação sexual, condição física ou mental, idade, religião -, ainda é um traço marcante da sociedade brasileira. O desrespeito aos direitos humanos se apresenta de forma grave para grupos da população cabendo destacar: o grupo social dos gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais (GLTTB) que apesar de ter conseguido ampliar e fortalecer o movimento e suas organizações, tem sido alvo de violência e discriminação em função da orientação sexual adotada; as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, que correspondem a cerca de 24,5 milhões e que defrontam com a discriminação, violência e exclusão social, além do acesso restrito à educação; a renda média dos homens é cerca de 30% superior a das mulheres (PNAD, 2001). As mulheres sofrem, ainda, violência doméstica e sexual, além de serem alvo do tráfico internacional.

A questão do acesso à justiça continua a ser um grave problema especialmente para segmentos mais pobres da população e as Defensorias Públicas voltadas para a orientação jurídica e assistência às vítimas de crimes necessitam ser ampliadas.

O combate à prática da tortura por parte de uma fração das autoridades policiais e agentes penitenciários não tem sido objeto de ação adequada. A Campanha Nacional de Combate à Tortura – SOS Tortura recebeu 1.345 denúncias entre outubro de 2001 e outubro de 2002, sendo que 300 destas foram encaminhadas ao Ministério Público e poucas se transformaram em processos judiciais e foram a julgamento.

Os exemplos acima descritos evidenciam a responsabilidade do Estado em extinguir as situações indesejáveis de violação aos direitos humanos de diferentes grupos sociais, proporcionando condições para a conquista da igualdade e a isonomia de tratamento para todos, com o subsequente fortalecimento da cidadania e da democracia no país. Para tanto é preciso avançar no aprimoramento e revigoramento das instituições públicas e no diálogo com a sociedade no sentido de efetivar a garantia dos direitos humanos. Essa garantia somente será alcançada no momento em que toda a sociedade brasileira incorporar, em seu cotidiano e em suas atitudes, os princípios e valores que envolvem os direitos humanos. A ação do Governo Federal é necessária no sentido de incentivar não somente o debate e a reflexão sobre esse tema, mas também de propor e realizar ações articuladas com a sociedade e com outros níveis de Governo.

Nesse sentido, e tendo em vista a construção de uma cultura de paz, tolerância e de valorização da diversidade, o programa **Direitos Humanos, Direitos de Todos** tem como objetivo promover e defender os direitos humanos, assegurando acesso aos mecanismos necessários para o exercício pleno da cidadania. As ações visam a defesa de direitos tanto de grupos sociais vulneráveis, como de homossexuais, quanto a prevenção e repressão a violações de direitos específicos como o de não ser torturado, de possuir os documentos básicos da cidadania, entre outros.

Quanto às questões relativas às pessoas com deficiência, a promulgação da Lei 7.853/89 promoveu mudanças de paradigmas. Uma visão assistencialista e paternalista deu lugar a outra, que garantiu os direitos individuais e coletivos e a efetiva inclusão social das pessoas com deficiência. Apesar do avanço do marco legal é necessário desenvolver ações que permitam que a pessoa com deficiência seja protagonista do processo de desenvolvimento do país, exercendo plenamente sua cidadania.

Para o atingimento da “igualdade” e “plena participação”, não são suficientes as medidas de reabilitação orientadas para as pessoas com deficiência, faz-se necessária a adequação do ambiente coletivo às exigências de toda a população, incluindo o grupo de pessoas que apresentam necessidades especiais. Além dos portadores de deficiência, este grupo de pessoas é formado por idosos, obesos, cardíacos, pessoas com problemas respiratórios, mulheres grávidas e todos aqueles que, por alguma razão, no transcorrer de suas vidas cotidianas encontram-se com limitações na sua capacidade de deslocamento ou de acesso aos bens e serviços da comunidade. O programa **Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência** busca objetivo assegurar direitos e combater a

discriminação, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do País.

O programa **Nacional de Acessibilidade** tem como objetivo realizar promover a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais e com mobilidade reduzida aos bens e serviços da comunidade. A acessibilidade será promovida por meio ações de projetos que produzam sua viabilidade, e da fiscalização do cumprimento de seus requisitos.

O trabalho escravo é uma das piores formas de desrespeito aos direitos humanos dos trabalhadores e será alvo do programa Erradicação do Trabalho Escravo por meio de intensa fiscalização, assistência emergencial, com alimentação e hospedagem, e pagamento do seguro-desemprego aos trabalhadores resgatados. Estima-se assistir cerca de 20.000 trabalhadores até 2007.

A promoção do acesso à Justiça constitui-se instrumento de garantia de direitos individuais e promoção da cidadania, tendo a mesma atendido em 2002 mais de 54 mil cidadãos. Na verdade, a assistência jurídica gratuita, e outros programas federais, voltados ao funcionamento adequado das políticas sociais básicas de caráter preventivo à violência, compõem uma gama de serviços públicos essenciais relacionados à ampliação da oferta qualitativa de políticas públicas. Nesse sentido, o programa **Assistência Jurídica Integral e Gratuita** visa oferecer aos cidadãos a oportunidade de acesso à Justiça, contribuindo para a sua democratização, em especial, para a prevenção da violência e para assegurar o exercício da cidadania.

23. Garantir a integridade dos povos indígenas respeitando sua identidade cultural e organização econômica

O respeito à diversidade étnica, consagrado na Constituição de 1988, não tem sido, até o momento, devidamente assegurado pelo poder público. As políticas governamentais direcionadas aos povos indígenas ainda mantêm, em alguns aspectos, o caráter integracionista e tutelar do passado.

Desde os primeiros contatos com os colonizadores, iniciado no século XVI, a população indígena foi drasticamente reduzida, numa história de violência, doenças e desproteção. Estatísticas recentes apontam para a existência de aproximadamente 365 mil índios, agrupados em 215 sociedades, habitando 600 terras indígenas e constituindo cerca

de 0,2% da população brasileira. Estima-se, ainda, que parte significativa dos povos indígenas viva fora de suas terras, principalmente em áreas urbanas, o que requer políticas e instrumentos diferenciados de desenvolvimento e proteção social.

A Constituição Federal determina que cabe ao Estado brasileiro a garantia dos direitos das populações indígenas à terra, sua organização social, costumes, língua, crença e tradições. Essas populações enfrentam em sua grande maioria, uma acelerada e complexa transformação social no contexto do século vinte e um e têm que buscar novas respostas para sua sobrevivência física e cultural.

As terras indígenas chegam a 90 milhões de hectares, mais de 10% do território nacional. Deste total, 58% das áreas já foram demarcadas, 23% delimitadas e 19% encontram-se na fase de identificação. Além dessas, existem 207 áreas sem propostas de reconhecimento.

Mais de um terço das terras indígenas e seus recursos naturais têm usos para finalidades estranhas aos índios (i.e., hidroelétricas, estradas, ferrovias, minerações, garimpos). O patrimônio territorial das sociedades indígenas, em suas diferentes situações de contato encontra-se sob permanente risco de degradação ou usurpação pela ação de agentes externos - terras invadidas por fazendeiros, posseiros e extrativistas.

Assim, a questão central da integridade das populações indígenas, em que a regularização de suas terras tem importância primordial, deve ser tratada como parte de um processo mais amplo de gestão territorial voltado para o etnodesenvolvimento, requerendo, adicionalmente, a realização de diversos tipos de investimentos e, sobretudo, de respaldo institucional.

Por se tratarem de comunidades amparadas por legislação especial e desprovidas de instrumentos próprios de defesa de seus interesses e direitos, cabe ao Estado promover a proteção, a gestão sustentável e a revitalização daquele patrimônio e seus beneficiários, mediante o desenvolvimento de um elenco de ações articuladas e apoio a projetos produtivos de caráter sustentável capazes de gerar níveis satisfatórios de segurança alimentar, renda e emprego. O programa **Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas** e o programa **Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento** assumem essa responsabilidade, reafirmando um compromisso histórico de defesa das sociedades indígenas.

O primeiro deles pretende garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas. O segundo programa buscará o aumento da taxa de atendimentos a famílias indígenas com projetos de desenvolvimento de 50% para 70%, e da taxa de regularização de terras indígenas de 67,8% para 72%. As providências essenciais para a proteção do patrimônio indígena, seja ele material ou imaterial, consistem em promover a regularização fundiária, nos termos da legislação vigente, das terras indígenas e garantir a sua inviolabilidade. A essas garantias jurídicas de usufruto pelos índios de seus territórios, somam-se outras ações fundamentais como: ações de prevenção e repressão a invasões das terras indígenas e ao uso ilícito de seus recursos naturais e conhecimento tradicional.

24. Valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais e regionais

A formação de um sistema de produção cultural nacional que integre regiões, instituições culturais e que permita acesso a todos não se completou. Valorizar a cultura significa desenvolver mecanismos institucionais e infra-estruturais necessários para proporcionar acesso aos produtos culturais a um maior número de pessoas, mas que também desenvolva capacidades de produção e expressão da diversidade de culturas locais.

As dinâmicas culturais dependem do desenvolvimento das atividades sócio-econômicas e estão intimamente relacionadas com os processos de desenvolvimento setorial, regional e nacional. A produção cultural brasileira é dinâmica e plural, mas é concentrada, desigualmente distribuída no espaço regional e sua produção não é acessível a todos. As desigualdades sociais, regionais e intra-regionais são um forte obstáculo à valorização da diversidade cultural e à promoção do acesso e democratização da cultura.

A ausência ou deficiência dos equipamentos culturais nos centros economicamente mais dinâmicos demonstra que as desigualdades constituem apenas uma das dimensões da desvalorização da área e aponta que a idéia de cultura como um direito do cidadão não permeou efetivamente as políticas públicas. Dos municípios brasileiros, 19% não possuem uma biblioteca, 64% não possuem uma livraria, 73% não possuem museus, 75% deles não possuem teatro ou casa de espetáculos, 81% não possuem um cinema, 35,7% não possuem vídeo-locadora, 65% não possuem lojas de discos, fitas e CDs, e 92,7% não possuem TV a Cabo.

É preciso, pois, abrir espaço para a expressão das peculiaridades culturais do país (inclusive as de corte regional), sem que isso se confunda com um nacionalismo exacerbado, mas sim articulado e aberto às culturas de todo o mundo. Trata-se, na linha da melhor tradição cultural, de resgatar os traços peculiares da identidade brasileira em formas de expressão de cunho universal, isto é, em diálogo aberto com todo o mundo.

É essencial, nessas condições, realizar um amplo processo de inclusão cultural, garantindo, de forma progressiva, o acesso de toda a cidadania à produção e fruição cultural, bem como a livre circulação de idéias e de formas de expressão artística. De modo análogo, é importante fomentar a formação e a prática das atividades de lazer vinculadas a atividades culturais.

Para cumprir com este objetivo foram organizados diversos programas, dos quais destaca-se o programa **Livro Aberto** que tem como finalidade estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário. Saber ler é exigência e condição sócio cultural básica para viver nas sociedades modernas. O sujeito leitor tem mais acesso à informação e maior capacidade crítica, habilitando-se ao exercício da mais efetivo de sua cidadania. Assim, a consolidação de uma nação justa deve buscar a capacitação do povo para o uso da informação escrita, isto é, a familiaridade da população com o livro, o jornal, a revista e o computador - os quatro instrumentos básicos da Sociedade da Informação. Para tanto, devem-se desenvolver políticas que permitam o acesso da população à informação escrita, o que se dará por meio da implantação de bibliotecas públicas e escolares, de livrarias, bancas de revistas, redes de vendas e redes de comunicação eletrônica. O programa tem como um dos indicadores a taxa de municípios com bibliotecas públicas, que deverá passar de 74% em maio de 2003, para 97% em 2007.

O programa **Brasil Patrimônio Cultural** tem como objetivo preservar e revitalizar o patrimônio histórico, artístico e arqueológico brasileiro. O Governo atuará com o objetivo de reverter o quadro de degradação dos bens integrantes do patrimônio de caráter histórico-cultural, notadamente os centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados, e acervos, mediante a implementação de políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentado, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias, geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população. O patrimônio histórico, artístico e arqueológico brasileiro está constituído por aproximadamente 13 mil sítios arqueológicos

cadastrados, sendo 59 sítios urbanos, que compreendem cerca de 20 mil edificações; há 1007 bens inscritos no Livros de Tombo e mais de um milhão de objetos, entre bens móveis pertencentes às igrejas tombadas, acervos e documentos. O programa estabeleceu como principal meta evoluir de uma taxa de preservação de bens imóveis edificados do patrimônio histórico-cultural tombados pela União de 7,1% em 2002 para 27% em 2007.

A diversidade cultural brasileira deve ser entendida como elemento organizador dos processos e dos programas orientados à inclusão social e à valorização do patrimônio imaterial brasileiro e como elemento necessário à construção de cidadania. Para cumprir esse papel, será desenvolvido o programa **Cultura e Tradições: Memória Viva** que tem por objetivo identificar, promover e preservar bens culturais de natureza imaterial. O patrimônio imaterial, expressão da cultura tradicional e popular, deve estar constituído como política pública, com gestão participativa, de modo a que os grupos formadores da nacionalidade tenham acesso a todos os bens culturais. O programa pretende preservar os bens culturais mais representativos da identidade e da memória dos diferentes grupos sociais, entre eles a culinária tradicional, e proteger e resgatar os conhecimentos tradicionais, permitindo a geração de emprego, renda e o turismo cultural.

O programa **Engenho das Artes** tem como objetivo aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais. No Brasil, o desconhecimento das artes e cultura brasileiras, sua influência e diversidade na formação do produto artístico e cultural compromete a formação crítica, a escolha e, sobretudo, a construção da cidadania e a valorização individual e coletiva. Os problemas detectados nas áreas de música, artes visuais e artes cênicas se referem à educação, à produção e à difusão. A falta de apoio na difusão das artes brasileiras impede que a diversidade brasileira seja apresentada ao público para conhecimento e apreciação. As ações do programa devem estimular e incrementar a produção e difusão, e a preservação das artes e cultura brasileiras. O programa pretende elevar a platéia consumidora de bens e serviços culturais de 33% em 2002 para 60% em 2007. Deverá atender, juntamente com o programa **Cinema, Som e Vídeo**, cerca de 3.400 projetos culturais no período do Plano.

O programa **Esportes de Criação Nacional e de Identidade Cultural** deverá incentivar a prática destas modalidades esportivas, possibilitando a difusão e o conhecimento da história do país e da história local. Tais modalidades são relevantes na medida em que atuam como agentes de resgate das tradições históricas, como instrumentos

de transformação social auxiliar na formação da cidadania e no processo de busca pela melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O programa **Museu Memória e Cidadania** tem por objetivo revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novas instituições de memória nas diversas regiões do Brasil. A política de museus tem como premissa a preservação da memória, a democratização do acesso aos bens culturais nacionais, estaduais e municipais, e a valorização da cultura nacional e das identidades culturais existentes nas diversas localidades do país, respeitando as diferenças regionais. O programa tem como meta aumentar o número de visitantes a museus de 2.250.000 em maio de 2003 para 3.150.000 em 2007.

25. Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas

O crescimento da violência nas grandes cidades do Brasil, 13 das quais com mais de um milhão de habitantes, tem se acelerado desde os anos 70. Um estudo da UNESCO mostra que o Brasil se coloca em terceiro lugar no mundo quanto aos índices de homicídios de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos, sendo o assassinato a principal causa de mortalidade. Como em outros países, os homicídios estão ligados à disseminação descontrolada de armas de fogo, a maioria portada ilegalmente, agravando os efeitos dos crimes miúdos e transformando conflitos banais – brigas em bares, bailes e acidentes de trânsito - em tragédias.

A criminalidade pode ser relacionada a ciclos econômicos, estrutura demográfica, urbanização acelerada, desigualdade social e à solidez das instituições, porém as inter-relações não são claras.

Existe um sentimento generalizado, na população, de inoperância das instituições policiais e de frustração quanto ao desempenho do Judiciário, que estariam falhando na missão de proteger a sociedade.

As instituições de segurança pública têm que operar dentro da estrita legalidade democrática, respeitando os direitos dos cidadãos, implementando os direitos humanos em suas práticas, formação e treinamentos. A reforma e atualização da legislação pertinente – em especial do Código Penal e da Lei de Execução Penal precisa ser acelerada de modo a propiciar mecanismos mais eficientes e eficazes de combate ao crime organizado, sem

perder de vista que os problemas institucionais relativos ao controle da violência abarcam questões críticas que estão além do âmbito estrito da criminalidade, envolvendo todas as dimensões relativas aos direitos humanos.

Um amplo plano de combate à violência, ao narcotráfico e ao crime organizado supõe uma nova concepção de segurança pública, envolvendo planejamento, definição de metas e estratégias, investimentos em qualificação técnica e profissional, incluindo a integração do sistema policial e uma completa revisão do código penal e do sistema prisional. O atual sistema dualizado de polícia, com instituições de ciclo incompleto, onde a Polícia Civil faz o trabalho judicial-investigativo e a Polícia Militar faz o trabalho ostensivo, está esgotado e é ineficiente para coibir e inibir a criminalidade.

O programa **Sistema Único de Segurança Pública (Susp)** busca a implantação de um sistema de segurança integrado entre União, estados e municípios. Até o mês de junho de 2003, 20 estados já haviam assinado o protocolo de intenções que introduz o Susp. Este programa propõe reformas profundas nas instituições policiais com a modernização tecnológica, melhoria de infra-estrutura e dos sistemas de gestão de suas instituições de segurança, além da participação da sociedade, por meio de conselhos comunitários locais.

O Sistema Único de Segurança Pública prevê a criação, no âmbito da União e nos Estados, dos Gabinetes de Gestão Integrada de Segurança Pública, responsáveis pela implementação e coordenação da Política de Segurança em nível nacional.

As ações serão implementadas a partir do investimento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública por aplicação direta ou repasse aos entes federados, mediante apresentação de planos sistêmicos e integrados de segurança pública, estaduais e municipais. Serão consolidadas iniciativas distribuídas em dois eixos temáticos: ações de Reforma das Instituições de Segurança Pública, e ações de Redução da Violência.

O programa pretende promover uma redução significativa das taxas de violência no país e uma melhora das instituições de segurança pública no que concerne à sua reorganização institucional e a valorização dos profissionais que trabalham na área.

O programa **Combate à Criminalidade** coordenado pela Polícia Federal e o programa **Segurança Pública nas Rodovias Federais**, da Polícia Rodoviária Federal também desempenham papel importante no combate ao crime organizado.

A Polícia Federal pretende intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública. Com o programa, pretende-se aumentar a taxa de conclusão de inquéritos policiais ao longo dos próximos quatro anos em 12%, passando dos atuais 78% para 90%.

Já a Polícia Rodoviária Federal é responsável pelo policiamento dos cerca de 60 mil quilômetros da malha viária federal. Além do patrulhamento de trânsito, atua na repressão ao crime ao longo das rodovias federais do país, tendo ainda função importante na prevenção de acidentes. O foco de atuação do programa **Segurança Pública nas Rodovias Federais** está inserido em uma visão de proteção ao cidadão de forma preventiva aliada à necessária repressão ao crime, proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço à criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas. O programa pretende reduzir em 25% o número de acidentes nas rodovias federais, ao longo dos próximos quatro anos.

As ações conjuntas destes dois programas atuarão no controle e fiscalização das rodovias federais, fronteiras e o seu fechamento às modalidades criminosas mais evidentes como o tráfico de armas e drogas, a lavagem de dinheiro, os crimes ambientais, contrabando e descaminho.

Instituiu-se também o programa **Combate ao Crime Transnacional**, que visa repatriar recursos públicos desviados criminosamente para o exterior. Para o efetivo combate ao crime transnacional organizado é fundamental a assinatura de acordos com países dotados de rígidos sistemas de proteção bancária e fiscal, onde parte do dinheiro produto de crime é depositado. O objetivo é a obtenção de provas e a repatriação de recursos, por meio de investigações que envolvem a tomada de depoimentos e declarações, o fornecimento de documentos ou registros, da localização e identificação de pessoas (físicas e jurídicas) ou bens, a entrega de documentos, a execução de pedidos de busca e apreensão, e procedimentos relacionados com a imobilização e perda de bens, restituição e cobrança e multas.

No que se refere à questão penitenciária, a condição dos detentos no país está ainda muito distante do que determina a lei de execuções penais brasileira e os instrumentos

internacionais. Superlotação, condições subumanas de sobrevivência, isolamento, ociosidade, insalubridade, corrupção, maus tratos, são condições a que está submetida grande parte da população carcerária distribuída no território nacional. A crise se agrava pela falta de uma política nacional que integre a União e os Estados no tratamento do tema.

O ideal da ressocialização dos detentos ainda está longe de ser atingindo. De um lado, porque a valorização das penas alternativas só existe como discurso, impedindo, assim, o reconhecimento concreto de que a prisão é a sanção inadequada para grande parte dos delitos, pois contribui para a reincidência, a estigmatização e a reprodução da criminalidade. De outro, porque inexistente uma política efetiva de acompanhamento e avaliação do cumprimento das penas não privativas de liberdade.

Nesse sentido, o programa **Modernização do Sistema Penitenciário Nacional** visa promover a modernização e aprimoramento das instituições do sistema, a partir de premissas que atendam aos preceitos das garantias individuais e da reintegração social das pessoas sob custódia do Estado. Além disso, o programa pretende diminuir o déficit de vagas no sistema prisional, reduzindo-o de 36%, para 15%, até 2007. No mesmo período, o índice de reincidência criminal da população carcerária deverá ser reduzido de 700 para 500 por mil presos postos em liberdade.

O Governo também desenvolverá o programa **Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas** que visa garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes, e constitui condição indispensável ao combate à impunidade no País, uma vez que garante a vida de pessoas ameaçadas que colaboram com a polícia e com a justiça.

Como exemplo dos programas a serem desenvolvidos para os jovens, o **Segundo Tempo** pretende democratizar o acesso e estimular a prática esportiva dos alunos da educação básica e superior. A reduzida participação à prática esportiva de estudantes da educação básica e superior no país pode determinar o agravamento da situação de risco social, o não desenvolvimento integral do ser humano e o comprometimento da qualidade de vida desta comunidade. A construção e oferta de espaços públicos coletivos (organizados pedagogicamente), favoráveis ao fomento da prática esportiva na comunidade, permitirão o estabelecimento e desenvolvimento de políticas públicas para o esporte educacional. O programa estabelecerá parcerias com Governos Estaduais e Municipais, Instituições de Ensino Superior, Associações e Entidades representativas de

setores da sociedade para envolver temas de interesse direto da comunidade e contribuir para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida. Quando o esporte é empregado como instrumento de formação integral do indivíduo, produzem-se formas de inclusão como a convivência social, a disseminação de valores, a saúde e a consciência crítica.

26. Preservar a integridade e a soberania nacionais

A defesa da soberania, nos seus múltiplos aspectos, é responsabilidade de toda a sociedade, pois exige um esforço global já que não se baseia exclusivamente no aspecto militar, mas compreende, também, os âmbitos político, econômico, social e científico-tecnológico.

Em contrapartida, não é possível conceber um sistema de defesa do país sem contar com a existência de uma estrutura militar voltada para essa destinação específica. As Forças Armadas estão presentes em todo o território nacional de forma a garantir a soberania e a cooperar com o desenvolvimento nacional.

A criação e a manutenção de uma estrutura com tais objetivos exigem política determinada, investimentos significativos, planejamentos de longo prazo, doutrina de emprego e um treinamento continuado. Por outro lado, essa estrutura de defesa tem que adaptar-se à constante evolução de uma realidade cada vez mais provisória e mutante. A sua organização básica, os seus equipamentos e a formação dos recursos humanos têm, permanentemente, de estar ajustados à situação existente.

O Brasil exerce um papel importante no contexto internacional, particularmente no continente sul-americano. O país deve ser capaz de empregar a postura da estratégia da defesa com o conceito da dissuasão, resguardando interesses, em proveito do convívio harmonioso entre os povos. Tendo o país escolhido a via diplomática para a solução de contenciosos, torna-se imprescindível o respaldo de uma estrutura militar adequada que represente equilíbrio de forças.

Ressalte-se, ainda, a necessidade de uma ampla discussão com o Congresso Nacional sobre o papel das Forças Armadas no Brasil, para que se defina, com clareza, uma orientação para o estabelecimento de uma visão consolidada de defesa nacional, a partir de um planejamento unificado, coerente com o redesenho da política de defesa nacional e a estratégia de desenvolvimento proposta.

Um grupo de programas da área de defesa estão relacionados ao reaparelhamento e a modernização das três Forças, adequando-se às condições orçamentárias e às estratégias de interoperabilidade, padronização de material e de nacionalização. O programa **Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil** tem como propósito a obtenção e a modernização das Forças Navais, Aeronavais, de Fuzileiros Navais e demais meios auxiliares necessários ao cumprimento da missão da Marinha, que é a de preparar e aplicar o poder naval. Além disso, o programa de Reaparelhamento contempla, também, os meios necessários ao atendimento das contribuições subsidiárias da Força, como: hidrografia, oceanografia, sinalização náutica, assistência a populações ribeirinhas, operação antártica e inspeção naval.

A implantação deste programa trará impactos positivos para a indústria nacional, pois redundará na distribuição de empreendimentos para diversos setores. Mais especificamente: aumento de postos de trabalho, em consequência da necessidade de contratação de mão-de-obra direta qualificada; a elevação do nível de produtividade dos estaleiros, inclusive do arsenal de Marinha; a ampliação de empregos indiretos; o acréscimo do volume de encomendas à indústria de bens e serviços, com desdobramentos futuros relativos à aquisição de sobressalentes e material para manutenção de meios; o desenvolvimento da produção de componentes no Brasil, mesmo que sob licença, o que se refletirá na absorção de tecnologia.

No programa **Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro**, a Força Terrestre considera prioritária a continuidade da implantação do Sistema de Aviação e dos Sistemas Estratégico e Tático de Comunicações, promovendo a necessária integração, operacional e logística, com as demais Forças. É importante, também, o prosseguimento da transformação, transferência ou extinção de organizações militares, tendo em vista aumentar a presença na Amazônia e completar as organizações prioritárias.

As aeronaves, atuando como um sistema de armas integrado, reúnem uma capacidade bélica que representam a essência do conceito dissuasório, por isso a presença de uma moderna e eficaz aviação de combate é absolutamente indispensável. Por intermédio do programa **Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira** busca adquirir e modernizar as aeronaves que permitirão à Força Aérea Brasileira recuperar, em médio prazo, a plena capacidade. Entre as prioridades destacam-se o Projeto AL-X, aeronave desenvolvida pela EMBRAER, atendendo a requisitos do Comando da Aeronáutica, que possibilita que a Aviação de Caça cumpra missões de vigilância do

espaço aéreo amazônico, complementando as atividades do SIVAM contra aeronaves hostis de baixa velocidade; e o Projeto F-5 BR, referente à modernização da nossa frota de aviões F-5, adquiridos nos anos 70, para a atualização dos seus sistemas de navegação e ataque.

Agregam-se, também, o Projeto FX BR, aeronave de superioridade na defesa aérea das zonas sensíveis do território brasileiro para substituição dos Mirage, que se encontram em estado de avançada obsolescência; o Projeto CLX, destinado a ocupar o espaço dos Buffalo, que estão com seu processo de desativação em curso; o Projeto P-3BR, de modernização de aeronaves de patrulha marítima, objetivando dotar a Força de aeronaves capazes de atender às missões antes cumpridas pelos P-16 Tracker, e o Projeto CHX, helicóptero de grande porte.

As Forças Armadas desenvolvem as ações dos programas de **Adestramento e Operações Militares** que dizem respeito ao emprego operacional em atividades bélicas e preparo correspondente a tal fim. Aí se incluem a instrução militar, os exercícios de comando, as manobras e as operações militares propriamente ditas, seja no âmbito de cada Força, seja em ações conjuntas.

A execução dos programas de **Ensino Profissional** permite o preparo das Forças, que inicia-se nos diversos cursos realizados nas escolas, centros e demais organizações militares de diferentes níveis e especialidades, consolidando-se no constante adestramento obtido em exercícios realizados no decorrer do ano de instrução.

Um grupo de programas compõe o cerne da decisão sobre defesa nacional do país. O programa **Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas** busca aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e Inteligência do Sistema de Defesa e a segurança da comunicação militar. É imprescindível aperfeiçoar a capacidade de comando e controle de todos os órgãos envolvidos na tarefa de defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo de decisão, baseado em sistemas inteligentes e capazes de antecipar situações que exijam sua utilização, e em meios de comunicação modernos e seguros e na atividade de Inteligência com forte suporte no sensoriamento remoto.

O programa **Mobilização para Defesa Nacional** tem por objetivo preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do

Estado. Um sistema para a defesa nacional deve assegurar o funcionamento, desde épocas normais, de um mecanismo flexível capaz de elaborar e de manter atualizado um planejamento integrado da Mobilização Nacional e acelerar a produção de meios adicionais.

É também de grande importância para o processo decisório o programa **Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas**, que busca garantir a interoperabilidade das Forças Armadas no desempenho de ações de defesa. O programa atende a constatação de que a guerra, como hoje se apresenta, exige operações militares com a aplicação dos componentes navais, terrestres e aéreos de forma integrada, além daquelas singularmente conduzidas ou realizadas. Por essa razão, torna-se imprescindível propiciar os meios necessários ao adestramento e emprego das Forças Armadas em operações combinadas e conjuntas, não podendo concorrer com o preparo e emprego singular de cada Força.

Algumas preocupações de caráter estratégico apontam para a existência de interesses estrangeiros sobre a Amazônia Legal brasileira. Outras antecipam uma reversão na dinâmica política que demande uma capacidade pronta de ação militar, como a expansão em larga escala da guerrilha de algum vizinho ao território brasileiro. Por isto, formou-se o programa **Informações Integradas para Proteção da Amazônia** que deve contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente.

Entre estas atividades ilícitas destacam-se as operações do crime organizado e o tráfico de drogas. A noção de responsabilidade individual e subjetiva do cidadão, que é visto como plenamente responsável e capaz de decidir em relação ao uso prejudicial das drogas, altera a abordagem das políticas com relação às drogas. A questão das drogas passa ser abordada não apenas como um problema de repressão e saúde pública, mas de cidadania. O programa **Nacional de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas** busca reduzir a demanda de drogas no Brasil e contribuir para a redução da sua oferta, conscientizando e comprometendo o cidadão brasileiro. A redução da demanda e oferta de drogas lícitas e ilícitas constituem-se, atualmente, uma questão de Estado, que impacta, de maneira onerosa a sociedade, envolvendo questões de segurança, saúde, trabalho, previdência social, bem-estar individual, família e, até mesmo, alguns aspectos da soberania nacional.

Essencial para o alcance dos resultados é o programa **Informações Estatísticas e Geocientíficas**, que deve elaborar e disseminar informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica - e de natureza geocientífica: geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental. A necessidade da sociedade e do Governo de conhecer a realidade física, humana, social e econômica do Brasil, por meio de estatísticas sócio-demográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas, bem como através da representação sistemática do País, em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratem a paisagem natural e social do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais são imprescindíveis à atuação de planejamento, tanto na área pública quanto na iniciativa privada, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento e de consolidação da cidadania.

O Brasil tem desafios de ordem econômica e social extremamente complexos, havendo dificuldades nas áreas social, educacional e de segurança Pública. Programas para o desenvolvimento sustentável de áreas de fronteira ou de regiões críticas são essenciais para preservar a integridade e a soberania nacional. Entre estes destacam-se: o programa **Calha Norte**, que pretende aumentar a presença do poder público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região; e o programa **Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**, que busca promover a estruturação física, social e econômica das áreas situadas nessa faixa. Por razões de segurança e de integração nacional, a área de 150 km na faixa de fronteira constitui um espaço definido de atuação governamental. É necessário que as ações incidentes sejam planejadas dentro de uma perspectiva moderna de ordenamento territorial, condizente com uma estratégia de expansão econômica que considere as especificidades locais e os diversos níveis de participação da sociedade. O programa, cujo desenho integra, sob controle e participação social, diversas políticas convergentes executadas em várias instâncias públicas e privadas, anuncia a inclusão de uma área territorial de aproximadamente 2.357.850 km², abrangendo 588 municípios em 11 estados, e uma população estimada em 9,6 milhões de habitantes, em uma perspectiva de desenvolvimento econômico menos concentrado, promotor da superação das desigualdades intra e inter-regionais pelo aproveitamento das potencialidades locais.

27. Promover os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional

Nos últimos anos, o Brasil atuou apenas discretamente na solução de questões envolvendo os vizinhos sul-americanos, inclusive naquelas que resultaram no enfraquecimento das relações do Mercosul, após a crise da Argentina. A atuação brasileira foi relativamente tímida também nas relações com os parceiros comerciais, nas negociações de acordos multilaterais e de blocos econômicos, e no posicionamento frente aos conflitos e questões sociais mundiais.

O maior equilíbrio com os países que integram o Acordo de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA, a União Européia e o bloco asiático em torno do Japão, bem como uma maior aproximação com países de importância regional, como Índia, China e Rússia estarão sendo buscados como forma de promoção dos interesses nacionais. Deverão, ainda, ser intensificadas as relações com os países africanos, especialmente os de língua oficial portuguesa e a África do Sul, com o objetivo de estabelecer parcerias políticas de cooperação econômica, técnica, cultural e em ciência e tecnologia que contribuam ativamente para o seu desenvolvimento econômico e social.

O processo de integração regional que busca complementaridades que favorecem o desenvolvimento harmônico dos países do continente deverá ser melhor explorado, em particular em relação à integração da infra-estrutura regional da América do Sul, tendo como elemento central a revitalização do Mercosul como uma zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais.

Os vínculos políticos e culturais entre o Brasil e as outras nações do mundo devem ser aprofundados com uma postura que permita a identificação e garanta a presença de elementos compatíveis com os objetivos estratégicos do País. A formulação e a execução da política externa brasileira para esses assuntos assume, portanto, um papel de extrema importância, estando a cargo do programa **Relações do Brasil com Estados Estrangeiros**. Assim, deverá ser estimulado o processo de integração regional com a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera, unida, com base em ideais democráticos e de justiça social, tendo como prioridade o revigoramento do Mercosul.

O programa visa também o aprofundamento das relações com a África, em especial com a África do Sul e com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com quem tem problemas comuns relacionados à exclusão social e interesses convergentes no plano internacional. A transformação positiva do relacionamento tradicional com os Estados Unidos e com os países da União Européia, e a expansão do relacionamento com o Japão, a China, a Índia e a Rússia assumem importância especial neste contexto.

O Brasil tem interesse essencial em promover e difundir no exterior, como instrumento de ação política, os bens, serviços e valores culturais brasileiros, para que o país possa ser visto externamente de forma positiva e característica de uma sociedade democrática, dinâmica e multirracial.

Diversos e variados temas de grande importância são debatidos em fóruns de abrangência mundial e o país não deve prescindir de uma incisiva representação defendendo suas posições, surge nesse plano o programa **Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais**. A participação nas negociações e nos organismos internacionais econômicos, comerciais e financeiros busca a promoção da democratização das relações internacionais, inclusive por meio de uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas que inclua países em desenvolvimento entre seus membros permanentes, para fortalecer o multilateralismo na manutenção da paz e da segurança internacional.

Existem aproximadamente 2,5 milhões de brasileiros que residem no exterior e 2 milhões que viajam anualmente para fora do país, que devem ser amparados pelo programa **Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular** através da ampliação dos serviços de assistência e proteção consular. Como exemplo pode ser mencionada a promoção de reuniões de coordenação consular com diversos países onde a presença da comunidade brasileira é mais expressiva, a exemplo do Japão, Portugal, Paraguai, México e dos Estados Unidos, a fim de tentar encaminhar soluções para diferentes questões de interesse daquelas comunidades, e intensificar o diálogo e a troca de informações e de experiências entre as autoridades consulares.

O programa **Estrangeiros no Brasil**, por sua vez, foi criado para prestar atendimento aos estrangeiros residentes ou que se encontrem no País, com vistas à regularização de sua situação, controle do fluxo imigratório e promoção de medidas

compulsórias e de transferências transnacionais de presos. Este programa decorre da necessidade do Estado de proteger e policiar suas fronteiras, buscando auxiliar na proteção do território nacional, combatendo a estada e a entrada ilegal no país. Por intermédio de medidas compulsórias, transferência de apenados, regularização de estrangeiros, assentamento de refugiados, naturalização e apreciação de nacionalidade, destina-se a cumprir seu objetivo legal e auxiliar no combate ao crime internacional, transnacional, tráfico de entorpecentes e armas, terrorismo e trabalho escravo de estrangeiros ilegais. Busca, ainda, melhorar os processos operacionais de execução de serviços destinados aos estrangeiros.

A nova estratégia do Governo, no âmbito do PPA 2004-2007, tem entre seus objetivos de longo prazo o fortalecimento e promoção dos interesses nacionais no plano externo. Por meio do programa **Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional**, busca-se criar ambiente favorável à conquista de oportunidades em matéria de ciência, tecnologia e propriedade intelectual. O programa tem como objetivo promover a inserção competitiva brasileira na Sociedade Global do Conhecimento e da Informação, a fim de intensificar e fortalecer a cooperação científica, técnica, tecnológica e educacional com os países que são parceiros tradicionais e não tradicionais, e com os organismos internacionais considerados prioritários, segundo os interesses do Governo brasileiro.

O programa **Brasil no Esporte de Alto Rendimento** tem por finalidade melhorar o desempenho do atleta brasileiro em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do País no exterior. O Brasil é um país com grande diversidade de modalidades esportivas com finalidades competitivas, mas seus resultados têm tido pouca representatividade no cenário internacional. O apoio às equipes nacionais representativas no esporte, além de exigência constitucional, fundamental para o incentivo à prática esportiva e consolidação das várias modalidades, contribui para a promoção e consolidação da imagem positiva do Brasil no exterior.

28. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão

A construção do Estado democrático é tarefa permanente e visa não só reafirmar os valores éticos sobre os quais se assentam as relações entre o Estado e a sociedade, mas

adequar as práticas políticas e a gestão pública às especificidades do modelo de desenvolvimento almejado. Impõe-se, assim, uma estratégia de ruptura para passar de uma gestão burocrática e clientelista a uma gestão voltada para o cidadão e apta a enfrentar as crescentes complexidades das demandas da sociedade contemporânea.

É preciso passar do arbítrio unilateral da autoridade pública à escuta, à negociação e à co-produção e corresponsabilidade com os usuários/beneficiários. É um Estado que nasce de um novo contrato social como um Estado do compromisso, fundado na pactuação com os cidadãos, na cooperação entre o público e o privado e na mobilização e compromisso dos seus funcionários com a mudança.

A Federação deve ser revitalizada, integrando União, estados e municípios, dando origem a um novo modelo de descentralização coordenada, a partir da recuperação do papel indutor do Governo Federal, aliado a um maior controle e participação social nas ações de desenvolvimento regional e local.

As mudanças na comunicação de Governo, voltadas mais para o diálogo do que para a publicização, ou os esforços de dar transparência às suas ações possibilitam o controle pelo cidadão, fortalecem a participação e são um caminho para o combate ao desperdício e a corrupção. Há a necessidade de democratizar e universalizar o acesso à informação, dando conhecimento à sociedade das mudanças promovidas e as conquistas alcançadas pelo Governo Federal. O programa **Gestão da Política de Comunicação de Governo** pretende estimular a sociedade a participar do debate e definição de políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do País, de modo a promover o crescimento da cidadania e a inclusão social.

Um Estado ágil, transparente, eficiente e eficaz, voltado para as necessidades e expectativas do cidadão, é condição essencial para atender, num ambiente de restrições, às demandas do novo modelo de desenvolvimento proposto. Assim, é necessário melhorar a qualidade do gasto público, isto é, aprimorar e racionalizar a gestão pública federal, definir políticas e diretrizes para recursos humanos e fomentar, no Governo Federal e também nos estados e municípios, ações de desburocratização e de redução do desperdício, atendendo às demandas da sociedade quanto a produtos e serviços públicos em quantidade e qualidade adequadas.

Os programas para a transformação da atuação do Estado abrangem três dimensões distintas e complementares, todas elas permeadas pelo planejamento estratégico da ação de Governo. A primeira dimensão diz respeito à gestão pública. A melhoria da qualidade do gasto público impõe-se como desafio a ser enfrentado pelo Governo de modo a criar as condições necessárias para que o Estado cumpra as suas funções com menor dispêndio de recursos e, ao mesmo tempo, melhore a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

A atividade de planejamento é essencial para este fim. A incorporação de uma estratégia de desenvolvimento imprime uma visão de longo prazo na ação governamental, que se materializa por meio da integração efetiva dos instrumentos de planejamento, orçamento e gestão. Um conjunto de programas, operando de forma integrada, cumpre esta função. O programa **Gestão do Plano Plurianual** tem por objetivo elaborar, gerir a execução e avaliar a gestão e os resultados do Plano Plurianual visando à melhoria da qualidade do gasto público. O programa **Gestão dos Orçamentos da União** tem como meta garantir a elaboração e execução dos Orçamentos da União. A gestão integrada do plano e do orçamento incorpora a priorização das atividades estratégicas e o uso intensivo do gerenciamento. Voltada para uma forte sinergia entre as áreas de planejamento, orçamento e gestão, a estratégia de implementação destes programas estará apoiada em eventos conjuntos dessas áreas, relacionados à elaboração da LDO, à avaliação do PPA, mobilização e capacitação permanente de gerentes de programas e divulgação de resultados à sociedade, visando total transparência das ações de Governo. Desenvolvem-se, ainda, ações de planejamento territorial importantes para integração das ações de Governo a partir de uma referência espacial comum, e para criar referências para parcerias com a iniciativa privada, Estados e Municípios.

O programa **Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União** deve contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação de haveres do Estado. O desafio aqui é alongar o perfil da dívida pública, mediante a diminuição dos riscos financeiros, visando redução gradual dos custos de refinanciamento; e manter o equilíbrio fiscal, em concomitância com a tempestiva liberação de recursos, para custear a execução das atividades do Governo Federal.

Dois programas complementares se ocupam do desenvolvimento da gestão pública. O programa **Gestão Pública para um Brasil de Todos** deve elaborar e implementar nova

concepção de gestão pública voltada para a melhoria do gasto público. A política de gestão pública é um conjunto de princípios, estratégias e regras operacionais relativas a dois temas interconexos: atividades-meio de Governo (por exemplo gestão de recursos humanos, financeiros, orçamentários, logísticos); e desenvolvimento institucional (gestão de ações voltadas à formulação estratégica, ao (re)desenho da estrutura organizacional, à otimização de processos, programas e projetos), ao desenvolvimento de competências/pessoas e sistemas de informação, dentre outras. O desafio é formular e implementar esta política de forma integrada. O programa **Transformação da Gestão Pública** tem por objetivo promover ações de desenvolvimento institucional e de otimização da gestão das organizações públicas alinhadas com a nova concepção de gestão pública para fortalecer a capacidade de governo. Há três frentes estratégicas de atuação do programa: fomento gerencial, gestão de estruturas e cargos comissionados e gestão da força de trabalho.

A segunda dimensão relevante para o aprimoramento da atuação do Estado está relacionada aos recursos humanos que o compõem. Avalia-se que, durante os últimos dez anos, como reflexo das políticas de diminuição da intervenção do Estado na economia, ocorreu a diminuição do número de órgãos públicos federais (extintos, transformados, ou privatizados), com conseqüente diminuição de seu contingente, com reflexo na gestão de recursos humanos e na qualidade dos serviços prestados - prestação de serviço precária, desmotivada e com baixa qualificação, que não atende às reais necessidades dos cidadãos e, conseqüentemente, presta um deserviço social.

O programa **Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público** fará a adequação da gestão de recursos humanos de forma a propiciar a democratização das relações do trabalho no serviço público. Pretende-se construir mecanismos de motivação e formação para oferecer melhores resultados ao cidadão. Será dimensionada a força de trabalho propiciando o preenchimento dos cargos e alocação da mão-de-obra, além de cursos de capacitação e readaptação, e articulação com o programa **Primeiro Emprego**.

O programa irá, ainda, coordenar as atividades de recursos humanos, e estabelecer pactos e compromissos sociais entre os diferentes segmentos da sociedade e entidades representativas de classe, propondo o desenvolvimento de uma nova concepção de relações democráticas de trabalho, que tenha, como eixo central, a instituição de um sistema democrático de tratamento de conflitos e apresentação de demandas relacionadas às questões do funcionalismo público; da definição de políticas, diretrizes e normas relativas

à área de recursos humanos do poder executivo federal; do apoio a requalificação dos servidores públicos federais, por meio da articulação com instituições de ensino e escolas de governo; e da integração com os demais órgãos da administração pública federal.

Dois programas estão sendo compostos para tratar da capacitação destes servidores públicos a fim de melhorar o atendimento ao cidadão e otimizar resultados. O programa **Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins** pretende desenvolver recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada. Suprir o Governo de mão-de-obra selecionada e elevar o nível de qualificação profissional para o aprimoramento dos sistemas tributário e controle, da formulação e avaliação de políticas públicas, da alocação dos recursos, da gestão das finanças públicas, da redução do déficit público nas três esferas de governo.

O programa **Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública** tem por objetivo aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores, e é coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Considerando a necessidade de aumentar a capacidade de governo, deve-se profissionalizar e melhorar a qualidade do serviço público no país. O programa deve produzir estudos e pesquisas que subsidiem reformulações de procedimentos e decisões do governo federal, e atender a problemas estratégicos de gestão pública. Essas ações visam suprir lacuna relativa a disseminação de conceitos e tecnologia inovadores que aumentem a competência e a capacidade de resolver problemas nas áreas de governabilidade, governança e gestão de políticas públicas.

A terceira dimensão importante para a reformulação do Estado está relacionada à sua capacidade de avaliação sempre na busca de melhores resultados aos cidadãos, permitindo a adequação e transformação da sua própria atuação e do seu planejamento estratégico.

O programa **Recenseamentos Gerais** fornecerá as informações demográficas, sociais e econômicas necessárias ao conhecimento da realidade do País, que comporão a base para avaliação das políticas e da atuação do Governo. Será suprida pelo programa a necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do país, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação

internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas. Três operações censitárias compõem o programa: Censo Agropecuário 2005, Contagem da População 2005 e Censo Demográfico 2010.

O programa **Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas** contribuirá para o direcionamento e eficácia da ação de Governo em aspectos críticos relacionados com o desenvolvimento socioeconômico e espacial-produtivo do País e para a recuperação do planejamento de médio e longo prazo, mediante a avaliação e formulação de políticas públicas. O programa irá instituir uma agenda de pesquisas voltada para questões centrais e estratégicas sobre o desenvolvimento nacional, a distribuição de renda e a melhoria das condições sociais de inclusão da parte marginalizada da população. Estas pesquisas possibilitarão recuperar a capacidade de planejamento de médio e longo prazos, que fornecerá subsídios efetivos à definição e implementação de estratégias do Governo, apoiando a realização dos seus objetivos e atividades.

O programa **Avaliação do Plano Plurianual** irá avaliar os programas e o plano plurianual, visando aperfeiçoar continuamente sua gestão, subsidiar o processo de revisão anual e orientar a elaboração dos Orçamentos Anuais. A avaliação do Plano Plurianual é um processo contínuo que, implementado de forma participativa, busca aperfeiçoar a gestão pública, sob a perspectiva dos resultados para o cidadão. O programa visa à melhoria do desempenho dos programas, a promoção do aprendizado das equipes gerenciais, e a prestação de contas ao Congresso Nacional e à sociedade. Adotará uma abordagem participativa, envolvendo, de forma estruturada, a sociedade civil organizada nos processos de Avaliação Anual do Plano Plurianual e do Pactos de Concertação - União, Estados e Municípios. O sistema de avaliação contará com a Rede Brasileira de Avaliação para fortalecer um processo de avaliação descentralizado para os Ministérios e para as regiões, onde se implementa o Plano.

O programa **Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal** pretende contribuir para ampliação da efetividade das políticas sociais do Governo Federal, identificando os recortes de etnia e gênero. Não há uma cultura de avaliação sistemática destas políticas, que permitam monitorar os critérios de eficiência, eficácia e focalização indispensáveis ao contínuo redesenho destas políticas no sentido de atender cada vez mais e melhor as demandas sociais, e prestar contas a sociedade sobre a utilização dos recursos públicos na área social. O programa irá desenvolver um sistema de avaliação das políticas

sociais do governo federal, o que implica constituir uma base de dados acessível e confiável, a partir de um diagnóstico extensivo das políticas sociais, e capacitar os gestores públicos para a utilização desse sistema.

Por fim, o programa **Avaliação da Gestão dos Administradores de Recursos Públicos Federais** irá desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, e intensificar o combate à corrupção e ao desperdício de recursos públicos. O programa será implementado por meio da realização de ações de controle, com vistas a avaliar a gestão de administradores de recursos públicos federais, pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, suas contas, e a execução das ações integrantes de programas de Governo.

29. Combater a corrupção

A corrupção e a impunidade são ainda problemas graves no Brasil. O ranking da corrupção, produzido pela organização não governamental Transparência Internacional, posicionou o país em 45º lugar entre 102 países pesquisados, em 2002. A corrupção no Brasil tem raízes históricas, fundamentos estruturais e impregna a cultura de setores importantes do espectro social, político e econômico. A prática de corruptos e corruptores na esfera do poder se dissemina pela sociedade, como exemplo negativo que vem de cima. O compromisso em erradicá-la não pode se limitar a uma prática de denúncias eventuais e, muito menos, servir a fins eleitorais ou políticos imediatos. Ela exige uma intervenção enérgica pelo fim da impunidade e requer ampla ação cultural educativa pela afirmação dos valores republicanos e democráticos em nossa vida política. A transparência, a visibilidade e o controle democrático do Governo são princípios que reduzem o campo da possibilidade de corrupção.

Os compromissos do Plano Plurianual com a ética na política se apóiam na profunda coerência de uma longa trajetória de lutas contra a corrupção e em favor de práticas de gestão comprometidas com uma ética republicana. Eles expressam a convicção de que o Brasil possui todas as condições para elevar a dignidade da política ao patamar de uma prática a serviço da realização da cidadania plena dos brasileiros.

Diante da preocupação com a transparência, com o controle dos recursos públicos, com o combate à corrupção e à impunidade destaca-se o programa **Correição no Poder Executivo Federal** que tem como objetivo combater a impunidade dos administradores de

recursos públicos federais e prestar contas à opinião pública acerca dessas atividades, conferindo-lhes ampla transparência.

De forma complementar, o programa **Promoção da Ética Pública** busca garantir o conhecimento e o cumprimento das normas de conduta ética aplicáveis aos agentes públicos, com vistas à elevação da confiança da sociedade no caráter ético da conduta dos agentes públicos.

30. Democratizar os meios de comunicação social, valorizando os meios alternativos e a pluralidade de expressão

Os meios de comunicação de massa exercem um papel importante para promoção da cidadania e fortalecimento da democracia. A operação dos meios de comunicação de massa está exageradamente inclinada pela lógica do mercado, e insuficientemente pela lógica da função essencial de gerar informação à sociedade com vistas a difundir valores positivos, contribuindo para a formação cidadã.

É necessário democratizar os meios de comunicação, que hoje estão concentrados nas mãos de poucos grupos empresariais. No Brasil, há atualmente 3.000 emissoras de rádio e 500 emissoras de TV, controladas por apenas 9 grupos, que recebem quase 90% do faturamento do setor, controlando também as novas tecnologias, como TV a cabo, por exemplo. O Governo federal pretende atuar no sentido de definir um novo marco regulatório, com vistas a desconcentrar a propriedade dos meios de comunicação de massa, garantindo a todos o direito à informação diversa e plural e à liberdade de expressão.

Entre os programas que dão suporte à política de democratização da comunicação social destaca-se o de **Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica**, com objetivo de universalizar o acesso aos serviços de comunicação eletrônica nos municípios brasileiros e diversificar os conteúdos de programação mediante a expansão dos serviços de radiodifusão. Os programas **Gestão da Política de Comunicação de Governo** e **Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural** pretendem conjuntamente contribuir para a inserção social e o desenvolvimento da cidadania. Os objetivos são a democratização da comunicação do Governo e a prestação de informações de interesse social.



ANEXO

AÇÕES COM RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS

Programa **0352 Abastecimento Agroalimentar**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9491	Aval para Venda Antecipada da Produção (Cédula do Produtor Rural)	<i>Contrato comercializado (unidade)</i>	Nacional	7.949.255
9490	Comercialização de Produtos via Mercados Futuros e de Opções (BB Garantia de Preço)	<i>Contrato comercializado (unidade)</i>	Nacional	1.747.356
9487	Negócios com Cooperativas	<i>Volume contratado (unidade)</i>	Nacional	3.263.340
9489	Negócios Eletrônicos - Agronegócios-e	<i>Contrato comercializado (unidade)</i>	Nacional	4.280.347

Programa **0351 Agricultura Familiar - PRONAF**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9331	Concessão de Crédito para Agricultores Familiares (Pronaf/FAT)	<i>Contrato firmado (unidade)</i>	Nacional	379.277.232
			Nordeste	60.000.000
			Total	439.277.232
9845	Financiamento à Agroindústria	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	2.340.000.000

Programa **1224 Aquicultura e Pesca do Brasil**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9717	Disponibilização e Democratização de Crédito para a Aquicultura e a Pesca	<i>Produtor beneficiado (unidade)</i>	Nacional	209.577.760
9715	Financiamento para a Ampliação da Frota Pesqueira	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	3.349.360
9716	Modernização da Frota Pesqueira	<i>Embarcação modernizada (unidade)</i>	Nacional	22.602.400

Programa **1224 Aquicultura e Pesca do Brasil**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9712 Cessão de Águas Públicas da União para a Aquicultura

9756 Definição de Parâmetros para a Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira

9718 Monitoramento da Frota Pesqueira

9714 Normatização da Aquicultura e Pesca

9713 Revisão da Legislação de Aquicultura e Pesca

Programa **1015 Arranjos Produtivos Locais**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9542 Apoio à Estruturação de Comitês Regionais para Arranjos Produtivos Locais

Programa **1185 Assistência Suplementar à Saúde**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9704 Sistemas de Registro Definitivo das Operadoras e dos Produtos do Setor de Assistência Suplementar à Saúde

Programa **1216 Atenção Especializada em Saúde**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9736 Reformulação da Estratégia para a Ampliação do Acesso dos Usuários do Sistema Único de Saúde à Atenção Especializada

Programa **1220 Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9865	Financiamento a Projetos na Área de Serviços de Saúde	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	476.000.000
9738	Financiamento ao Custeio dos Hospitais Privados Prestadores de Serviços ao Sistema Único de Saúde (Caixa Hospitais)	<i>Hospital financiado (unidade)</i>	Nacional	280.000.000
9737	Financiamento para Modernização Gerencial e Reequipamento da Rede Hospitalar Conveniada ao Sistema Único de Saúde	<i>Hospital financiado (unidade)</i>	Nacional	296.157.000

Programa **0282 Atuação Internacional na Área de Petróleo**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9605	Participação em Empresas do Setor de Petróleo no Exterior			

Programa **1209 Banco para Todos**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9758	Concessão de Crédito à População de Baixa Renda e Informal (BB)	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	556.387
9706	Crédito a Microempreendedor de Baixa Renda	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	31.668.000
9863	Financiamento de Autogestão e Microcrédito	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	1.000.000.000

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$

Programa **1209 Banco para Todos**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9757 Conta Corrente Especial (BB)

9705 Conta Eletrônica (Caixa Aqui)

Programa **1045 Brasil com Todo Gás**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9854	Implantação de Gasoduto Coari-Manaus com 417 km	<i>Gasoduto implantado (% de execução física)</i>	01/2002 06/2006	Norte	R\$ Meta	32.656.303 <i>100</i>	6.017	4.380.000 <i>0</i>	28.270.286 <i>100</i>
9855	Implantação de Gasoduto Urucu-Porto Velho com 522 km	<i>Gasoduto implantado (% de execução física)</i>	01/2002 06/2005	Norte	R\$ Meta	23.237.624 <i>100</i>	1.395.889 <i>0</i>	2.000.000 <i>0</i>	19.841.735 <i>100</i>
9168	Implantação de Gasoduto Uruguaiiana-Porto Alegre de 615 km	<i>Gasoduto implantado (% de execução física)</i>	12/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta	4.008.000 <i>100</i>	0	0	4.008.000 <i>100</i>
9621	Implantação de Infra-estrutura para Compressão de Gás Natural e Transporte por Outros Modais	<i>Infra-estrutura implantada (% de execução física)</i>	01/2003 12/2007	Nacional	R\$ Meta	17.320.000 <i>100</i>	0 <i>0</i>	2.070.000 <i>10</i>	15.250.000 <i>90</i>
9946	Implantação de Modais para Transporte de Gás Natural na Região Centro-Oeste	<i>Modal implantado (unidade)</i>	09/2003 12/2010	Centro-Oeste	R\$ Meta	1.765.204.750 <i>23</i>		2.830.000 <i>0</i>	12.250.000 <i>23</i>

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9856	Financiamento a Empresas de Transporte e Distribuição de Gás	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	2.900.000.000

Programa **0167 Brasil Patrimônio Cultural**

Programa **0167 Brasil Patrimônio Cultural**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9775 Patrocínio de Projetos de Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural

9724 Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (BB)

9729 Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (Caixa)

Programa **0777 Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
3662	Capacitação para Modernização do Sistema Fiscal Brasileiro	<i>Servidor capacitado (unidade)</i>	01/2003 12/2005	Nacional	R\$ Meta 3.621.000 <i>1.505</i>	<i>0</i>	969.000 <i>1.305</i>	1.683.000 <i>100</i>

Programa **0169 Cinema, Som e Vídeo**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9776 Fomento a Projetos Culturais na Área do Audiovisual

Programa **0812 Competitividade das Cadeias Produtivas**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9850	Financiamento a Indústrias de Bens de Capital e de Componentes	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	6.320.000.000

Programa **0812 Competitividade das Cadeias Produtivas**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9851	Financiamento a Indústrias de Bens de Consumo e Serviços	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	3.040.000.000
9852	Financiamento a Indústrias de Insumos Básicos	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	15.940.000.000
9725	Financiamento de Longo Prazo para Cadeias Produtivas do País	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	2.109.132.000

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9546	Inserção da Ecoeficiência e da Responsabilidade Social nas Cadeias Produtivas			

Programa **1145 Comunidades Tradicionais**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9861	Financiamento às Populações Tradicionais	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	63.000.000

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9707	Identificação de Mecanismos de Crédito para o Extrativismo			

Programa **1304 Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9868	Financiamento a Recursos Hídricos e Recuperação Ambiental	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	2.029.000.000

Programa **0237 Corredor Araguaia-Tocantins**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
7136	Construção da Ferrovia Norte-Sul	<i>Trecho construído (km)</i>	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 480.000.000 <i>100</i>			288.000.000 <i>100</i>
5750	Construção das Eclusas de Tucuruí no Estado do Pará	<i>Obra executada (% de execução física)</i>	09/1998 12/2007	Norte	R\$ Meta 552.595.996 <i>100</i>	150.295.996 <i>37</i>	62.300.000 <i>11</i>	135.000.000 <i>52</i>

Programa **0230 Corredor Leste**

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
1336	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais	<i>Trecho adequado (km)</i>	01/2002 12/2011	Sudeste	R\$ Meta 1.905.833.333 <i>793</i>	664.418.000 <i>445</i>	35.000.000 <i>4</i>	228.582.000 <i>24</i>
Total					R\$ Meta			228.582.000 <i>24</i>

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
7544	Construção de Contornos Rodoviários na BR-493 no Estado do Rio de Janeiro	<i>Trecho pavimentado (km)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 249.800.000 <i>110</i>			229.800.000 <i>110</i>
7274	Implantação da Zona de Apoio Logístico do Porto de Sepetiba	<i>Obra executada (% de execução física)</i>	01/2005 12/2006	Sudeste	R\$ Meta 100.000.000 <i>100</i>			50.000.000 <i>100</i>

Programa **0233 Corredor Mercosul**

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
7555	Ampliação da Infra-estrutura do Porto de São Francisco do Sul	<i>Obra executada (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta 101.000.000 <i>100</i>			92.000.000 <i>100</i>
Total					R\$ Meta			92.000.000 <i>100</i>

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
1208	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina	<i>Trecho adequado (km)</i>	01/2002 12/2007	Sul	R\$ Meta 632.945.200 <i>243</i>	33.810.000 <i>8</i>	29.935.200 <i>30</i>	526.000.000 <i>205</i>
3766	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul	<i>Trecho adequado (km)</i>	01/2001 03/2007	Sul	R\$ Meta 264.736.000 <i>72</i>	1.966.000 <i>9</i>	11.970.000 <i>3</i>	214.000.000 <i>60</i>
1228	Construção de Contornos Ferroviários no Estado do Paraná	<i>Trecho construído (km)</i>	01/2003 12/2007	Sul	R\$ Meta 100.000.000 <i>61</i>		18.092.000 <i>11</i>	71.908.000 <i>50</i>
7573	Construção de Trechos Ferroviários no Estado do Paraná	<i>Trecho construído (km)</i>	01/2005 12/2015	Sul	R\$ Meta 0 <i>130</i>			92.000.000 <i>130</i>

Programa **0235 Corredor Nordeste**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9943	Recuperação de Trechos Ferroviários no Estado de Pernambuco	<i>Trecho recuperado (km)</i>	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 400.000.000 <i>538</i>			400.000.000 <i>538</i>

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
------	--------	-------------------	-------------------	----------------	-------------------	-----------------------	---------------------	------------------------

Programa **0235 Corredor Nordeste**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
105T	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado da Paraíba	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 210.740.000 129			126.540.000 129
7624	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Alagoas	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 410.220.000 248			246.420.000 248
7435	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Pernambuco	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 343.760.000 170			206.460.000 170
7626	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Norte	Trecho adequado (km)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 144.080.000 90			86.580.000 90
1070	Ampliação e Recuperação do Porto de Itaquí	Obra executada (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 160.000.000 100			96.000.000 100
7214	Construção da Ferrovia Transnordestina	Trecho construído (km)	01/2004 12/2015	Nordeste	R\$ Meta 1.051.000.000 522			710.000.000 522
5311	Melhoramentos na Infra-estrutura Portuária do Porto de Suape	Obra executada (% de execução física)	11/1995 12/2006	Nordeste	R\$ Meta 157.651.539 100	72.251.539 50	36.400.000 23	3.900.000 27

Programa **0236 Corredor Oeste-Norte**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9945	Construção de Trechos Rodoviários na BR-163 no Estado do Pará	Trecho pavimentado (km)	11/1991 12/2007	Norte	R\$ Meta 743.359.284 1.028	76.359.284 48	44.000.000 88	623.000.000 892

Programa **0229 Corredor São Francisco**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
105S	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado da Bahia	<i>Trecho adequado (km)</i>	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	387.200.000 <i>167</i>			229.680.000 <i>167</i>
1212	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Sergipe	<i>Trecho adequado (km)</i>	01/2002 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	520.896.900 <i>206</i>	21.696.900 <i>20</i>	6.400.000 <i>6</i>	292.320.000 <i>180</i>
1226	Construção de Contornos Ferroviários no Estado da Bahia	<i>Contorno construído (km)</i>	01/1993 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	40.000.000 <i>17</i>		0	30.000.000 <i>17</i>

Programa **0232 Corredor Sudoeste**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
107P	Construção de Trechos Ferroviários no Estado do Mato Grosso	<i>Trecho construído (km)</i>	01/2004 12/2006	Centro-Oeste	R\$ Meta	400.000.000 <i>200</i>			320.000.000 <i>200</i>
106Q	Recuperação de Trechos Ferroviários no Estado do Mato Grosso do Sul	<i>Trecho recuperado (km)</i>	01/2006 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	200.000.000 <i>460</i>			140.000.000 <i>540</i>

Programa **0231 Corredor Transmetropolitano**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
7640	Construção do Rodoanel de São Paulo	<i>Trecho pavimentado (km)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	369.000.000 <i>23</i>			334.000.000 <i>23</i>

Programa **0231 Corredor Transmetropolitano**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
7738	Construção do Tramo Norte do Ferroanel no Estado de São Paulo	<i>Contorno construído (km)</i>	01/2003 12/2015	Sudeste	R\$ Meta	820.000.000 66		23.625.000 8	120.000.000 23
1939	Implantação da Avenida Perimetral no Porto de Santos	<i>Trecho implantado (km)</i>	03/2002 09/2007	Sudeste	R\$ Meta	520.093.244 15	1.277.244	13.000.000 2	220.000.000 13
7414	Obras Complementares na Hidrovia Tietê-Paraná no Estado de São Paulo	<i>Obra executada (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	60.000.000 100			36.000.000 100

Programa **0416 Cultura Exportadora**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação	Título
9540	Serviço de Orientação sobre Exportações ao Empresariado de Pequeno Porte (Redeagentes)

Programa **1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
5366	Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA	<i>Trecho implantado (% de execução física)</i>	12/1999 05/2007	Nordeste	R\$ Meta	649.248.800 100	168.077.800 29	63.500.000 18	165.290.000 53
5319	Implantação do Trecho Sul do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE	<i>Trecho implantado (% de execução física)</i>	10/1998 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	776.591.100 100	356.769.700 30	88.700.000 19	120.864.000 51

Programa **0103 Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9035	Concessão de Crédito a Cooperativas e Associações de Produção	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	78.298.000
9726	Concessão de Crédito a Empresas da Área de Turismo	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	1.121.000
9036	Concessão de Crédito a Micro e Pequenos Empreendedores Urbanos	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	267.865.000
			Nordeste	2.400.000.000
			Total	2.667.865.000
9037	Concessão de Crédito a Mini e Pequenos Produtores Rurais (PROGER Rural FAT)	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	1.939.891
			Nordeste	1.200.000.000
			Total	1.201.939.891
9588	Concessão de Crédito para Elevação da Competitividade com Geração de Emprego, Trabalho e Renda	<i>Crédito concedido (unidade)</i>	Nacional	13.510.212.009
9589	Concessão de Crédito para Geração de Emprego, Trabalho e Renda	<i>Crédito concedido (unidade)</i>	Nacional	14.218.309.081
9590	Concessão de Crédito para Iniciativas Associativistas	<i>Crédito concedido (unidade)</i>	Nacional	732.584.239
9591	Concessão de Microcrédito	<i>Crédito concedido (unidade)</i>	Nacional	1.675.914.772

Programa **1225 Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9336	Financiamento para Produção sem Uso de Agrotóxicos (Agricultura Orgânica)	<i>Contrato firmado (unidade)</i>	Nacional	37.100.000

Programa **0350 Desenvolvimento da Economia Cafeeira**

Programa **0350 Desenvolvimento da Economia Cafeeira**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007
				R\$
9844	Financiamento à Modernização da Frota de Tratores Agrícolas, Implementos e Colheitadeiras da Cafeicultura	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	8.000.000.000

Programa **0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9894	Ampliação e Modernização do Aeroporto Afonso Pena	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta 177.647.989 <i>100</i>			177.647.989 <i>100</i>
9891	Ampliação e Modernização do Aeroporto Campo de Marte	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2006	Sudeste	R\$ Meta 13.195.000 <i>100</i>			13.195.000 <i>100</i>
9901	Ampliação e Modernização do Aeroporto Campos dos Palmares - Maceió	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2004	Nordeste	R\$ Meta 2.321.837 <i>100</i>			2.321.837 <i>100</i>
9879	Ampliação e Modernização do Aeroporto da Pampulha	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 50.605.500 <i>100</i>			50.605.500 <i>100</i>
9921	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Altamira	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta 12.240.000 <i>100</i>			12.240.000 <i>100</i>
9913	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Aracaju	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta 18.681.978 <i>100</i>			18.681.978 <i>100</i>
9893	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Bacacheri	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Sul	R\$ Meta 2.681.000 <i>100</i>			2.681.000 <i>100</i>
9884	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Bartolomeu Lisandro	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2006	Sudeste	R\$ Meta 4.325.000 <i>100</i>			4.325.000 <i>100</i>
9876	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Campo Grande	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 11.605.096 <i>100</i>			11.605.096 <i>100</i>

Programa **0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9882	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Carlos Prates	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	3.315.000 100			3.315.000 100
9914	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Cruzeiro do Sul	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2006	Norte	R\$ Meta	3.525.000 100			3.525.000 100
9898	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Florianópolis	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta	126.704.377 100			126.704.377 100
9902	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Ilhéus	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	3.420.000 100			3.420.000 100
9905	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Imperatriz	<i>Aeroporto implantado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	14.570.000 100			14.570.000 100
9886	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Jacarepaguá	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	8.470.000 100			8.470.000 100
9907	Ampliação e Modernização do Aeroporto de João Pessoa	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Nordeste	R\$ Meta	47.791.268 100			47.791.268 100
9899	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Joinvile	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2004	Sul	R\$ Meta	5.709.929 100			5.709.929 100
9896	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Londrina	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Sul	R\$ Meta	21.941.500 100			21.941.500 100
9887	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Macaé	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2006	Sudeste	R\$ Meta	62.125.000 100			62.125.000 100
9922	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Marabá	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta	12.090.000 100			12.090.000 100
9881	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Montes Claros	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	3.770.000 100			3.770.000 100
9900	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Navegantes	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2006	Sul	R\$ Meta	36.834.152 100			36.834.152 100

Programa **0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9926	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Palmas	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Norte	R\$ Meta	3.235.000 100			3.235.000 100
9909	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Petrolina	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	5.430.000 100			5.430.000 100
9924	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Porto Velho	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Norte	R\$ Meta	4.620.540 100			4.620.540 100
9915	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Rio Branco	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta	6.255.000 100			6.255.000 100
9923	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Santarém	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2006	Norte	R\$ Meta	10.985.000 100			10.985.000 100
9906	Ampliação e Modernização do Aeroporto de São Luis	<i>Aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2006	Nordeste	R\$ Meta	7.590.000 100			7.590.000 100
9892	Ampliação e Modernização do Aeroporto de São Paulo - Congonhas	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	76.603.667 100			76.603.667 100
9918	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Tabatinga	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta	8.001.000 100			8.001.000 100
9917	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Tefé	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta	4.572.500 100			4.572.500 100
9911	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Teresina	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	24.667.000 100			24.667.000 100
9883	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Uberlândia	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	85.583.000 100			85.583.000 100
9878	Ampliação e Modernização do Aeroporto de Vitória	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2006	Sudeste	R\$ Meta	286.791.215 100			286.791.215 100
9910	Ampliação e Modernização do Aeroporto dos Guararapes	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	19.432.000 100			19.432.000 100

Programa **0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9912	Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional Augusto Severo	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Nordeste	R\$ Meta	6.274.656 100			6.274.656 100
9920	Ampliação e Modernização do Aeroporto internacional de Belém	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta	16.901.500 100			16.901.500 100
9925	Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional de Boa Vista	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Norte	R\$ Meta	2.812.000 100			2.812.000 100
9874	Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional de Brasília	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	190.290.049 100			190.290.049 100
9895	Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2004	Sul	R\$ Meta	6.085.000 100			6.085.000 100
9875	Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional de Goiânia	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2006	Centro-Oeste	R\$ Meta	258.651.750 100			258.651.750 100
9919	Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional de Macapá	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta	90.191.646 100			90.191.646 100
9903	Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional de Salvador	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Nordeste	R\$ Meta	13.415.696 100			13.415.696 100
9889	Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional de São Paulo - Guarulhos	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	1.335.180.256 100			1.335.180.256 100
9890	Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional de Viracopos - Campinas	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	207.486.100 100			207.486.100 100
9885	Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro - Galeão	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	54.675.565 100			54.675.565 100
9916	Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta	36.461.626 100			36.461.626 100
9904	Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional Pinto Martins - Fortaleza	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ Meta	28.347.681 100			28.347.681 100

Programa **0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9897	Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional Salgado Filho	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta	56.910.251 100			56.910.251 100
9880	Ampliação e Modernização do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Confins	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	23.354.525 100			23.354.525 100
9877	Ampliação e Modernização do Aeroporto Marechal Rondon	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Centro-Oeste	R\$ Meta	20.695.000 100			20.695.000 100
9908	Ampliação e Modernização do Aeroporto Presidente João Suassuna	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Nordeste	R\$ Meta	10.075.000 100			10.075.000 100
9888	Ampliação e Modernização do Aeroporto Santos Dumont	<i>aeroporto ampliado/modernizado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2006	Sudeste	R\$ Meta	242.397.256 100			242.397.256 100

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9848	Financiamento às Empresas de Transporte Aéreo	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	1.750.000.000

Programa **0419 Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9367	Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (BB-Capital de Giro)	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	50.176.000
9365	Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (BB-Investimento)	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	5.513.000
9366	Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (CAIXA-Capital de Giro)	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	4.027.200.000
9772	Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (CAIXA-Investimento)	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	4.019.481.000

Programa **0419 Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9722	Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (BNDES)	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	39.800.000.000
9510	Financiamento ao Micronegócio	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nordeste	3.652.110.084

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação	Título
9543	Apoio ao Crédito para Empresas Incubadas
9509	Assessoria Empresarial aos Microempreendedores
9544	Identificação de Fontes de Recursos para Instituições de Microcrédito
9545	Identificação de Novas Fontes de Recursos para os Bancos Oficiais
9547	Revisão da Legislação sobre Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Racionalização Burocrática

Programa **0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9374	Financiamento à Exportação (ACC/ACE)	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	89.909.979
9846	Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas para Exportação	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	355.200.000
9373	Financiamento às Empresas Exportadoras Nordestinas	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nordeste	5.600.000
9372	Financiamento de Longo Prazo às Exportações	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	56.000.000.000

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação	Título
9364	Capacitação para Empresários Exportadores (BB-PAE)
9539	Desburocratização das Normas de Exportação

Programa **0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

Programa **0776 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9674 Estudo de Medidas para Ampliação do Acesso Popular ao Sistema Financeiro Nacional

Programa **1047 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9580	Desenvolvimento da Competitividade no Semi-Árido Nordeste	<i>Arranjo produtivo requalificado (unidade)</i>	Nordeste	4.350.000

Programa **1112 Difusão e Popularização da Ciência**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9719 Difusão de Inovações Tecnológicas em Desenvolvimento Urbano

Programa **0283 Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis**

Programa **0283 Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9617	Ampliação da Infra-estrutura de Distribuição de GLP	- (-)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta 70.000.000 0			70.000.000 0
9624	Ampliação da Participação em Projetos de Energia	- (-)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta 276.780.740 0			276.780.740 0

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9944	Aquisição de Infra-estrutura de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e outros Combustíveis	<i>Infra-estrutura adquirida (unidade)</i>	01/2006 12/2006	Nacional	R\$ Meta 400.000.000 1			400.000.000 1

Programa **1138 Drenagem Urbana Sustentável**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9566	Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis	<i>Família beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	64.008.000
			Nordeste	203.832.000
			Norte	45.504.000
			Sudeste	296.424.000
			Sul	110.232.000
			Total	720.000.000

Programa **1046 Eficiência Energética**

Programa **1046 Eficiência Energética**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9650	Implantação de Projetos de Eficiência Energética	<i>Projeto implantado (unidade)</i>	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta 33.000.000 53			33.000.000 53

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação	Título
9601	Conservação de Energia no Setor de Transportes
9602	Conservação de Energia no Setor Industrial e Residencial
9950	Desenvolvimento Tecnológico em Eficiência Energética
9600	Difusão de Informações e Conscientização dos Consumidores e da Sociedade sobre Uso Racional dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural
9652	Disseminação da Informação sobre Conservação de Energia
9651	Formação, Capacitação e Treinamento na Área de Eficiência Energética
9649	Iluminação Pública Eficiente (Reluz)

Programa **1044 Energia Alternativa Renovável**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9942	Implantação de Usinas de Geração Eólica	<i>Capacidade instalada (MW)</i>	01/2005 12/2007	Nacional	R\$ Meta 3.817.500.000 1.250			3.817.500.000 1.250

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9853	Financiamento às Geradoras de Energia Elétrica através de Fontes Alternativas	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	4.600.000.000

Programa **0273 Energia Cidadã**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9642	Luz no Campo	<i>Unidade consumidora atendida (unidade)</i>	01/2004 12/2010	Nacional	R\$ Meta 2.000.000			4.480.000.000 1.682.408
9654	Projetos Especiais (Luz no Campo)	<i>Consumidor atendido (unidade)</i>	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta 161.000.000 161.000	0 0	0 0	417.000.000 161.000

Programa **0294 Energia na Região Nordeste**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9607	Implantação de Sistema de Transmissão Angelim-Campina Grande (230 kV - 186 km) - (PE/PB)	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2003 12/2004	Nordeste	R\$ Meta 154.000.000 100	0 0	92.400.000 60	61.600.000 40
9783	Implantação de Sistema de Transmissão Camaçari-Sapeçu (500 kV - 85 km) - (BA)	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Nordeste	R\$ Meta 109.187.250 100			109.187.250 100
9787	Implantação de Sistema de Transmissão Milagres-Coremas (230 kV - 120 km)	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Nordeste	R\$ Meta 27.000.000 100			27.000.000 100
9786	Implantação de Sistema de Transmissão Milagres-Tauá (230 kV - 200 km)	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Nordeste	R\$ Meta 44.000.000 100			44.000.000 100
9610	Implantação de Sistema de Transmissão Paraíso-Açu (230 kV - 135 km) - (RN)	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2003 12/2004	Nordeste	R\$ Meta 24.000.000 100		6.000.000 25	18.000.000 75
9784	Implantação de Sistema de Transmissão Teresina-Sobral-Fortaleza (500 kV - 581 km)	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Nordeste	R\$ Meta 548.947.150 100			548.947.150 100

Programa **0294 Energia na Região Nordeste**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9782	Implantação de Usina Hidrelétrica de Sacos com 50 MW (BA)	Usina implantada (% de execução física)	01/2007 12/2010	Nordeste	R\$ Meta 123.000.000 100			12.300.000 10
9217	Implantação de Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo no Rio Paraguaçu com 160 MW (BA)	Usina implantada (% de execução física)	01/2003 12/2005	Nordeste	R\$ Meta 157.500.000 100	0	30.000.000 20	127.500.000 80
9191	Implantação de Usina Termelétrica Termoauçu com 325 MW (RN)	Usina implantada (% de execução física)	01/2002 12/2004	Nordeste	R\$ Meta 900.000.000 100	340.000.000 20	200.000.000 30	360.000.000 50
9771	Implantação de Usina Termelétrica Termoceará - MPX com 270 MW (CE)	Usina ampliada (% de execução física)	01/2003 12/2004	Nordeste	R\$ Meta 457.600.000 100	0	338.963.300 75	118.636.700 25

Programa **0297 Energia na Região Norte**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9929	Implantação de Sistema de Transmissão Colinas-R.Gonçalves-S.J. Piauí-Sobradinho (500 kV - 960 km) - (Interligação Norte-Nordeste)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta 975.000.000 100			975.000.000 100
9938	Implantação de Sistema de Transmissão Imperatriz-Samambaia (500 kV - 1.280 km) - (MA/DF)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta 1.300.000.000 100			1.300.000.000 100
9631	Implantação de Sistema de Transmissão Marabá-Açailândia (500 kV - 246 km) - (PA/MA)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Norte	R\$ Meta 196.693.966 100			196.693.966 100
9630	Implantação de Sistema de Transmissão Miracema-Imperatriz (500 kV - 517 km) - (TO/MA)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2003 12/2004	Norte	R\$ Meta 287.000.000 100		114.800.000 40	172.200.000 60
9939	Implantação de Sistema de Transmissão Tucuruí-Manaus-Macapá (500 kV - 1.882 km) - (PA/AM/AP)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta 4.210.000.000 100			4.210.000.000 100

Programa **0297 Energia na Região Norte**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9627	Implantação de Sistema de Transmissão Tucuruí-Marabá (500 kV - 218 km) - PA	Sistema implantado (% de execução física)	01/2003 12/2004	Norte	R\$ Meta 174.306.035 100		43.576.509 25	130.729.526 75
9785	Implantação de Sistema de Transmissão Tucuruí-Vila do Conde (500 kV - 329 km)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Nordeste	R\$ Meta 190.000.000 100			190.000.000 100
9606	Implantação de Sistema de Transmissão Vila do Conde-Santa Maria (230 kV - 179 km)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2003 12/2004	Norte	R\$ Meta 35.000.000 100		8.750.000 25	26.250.000 75
9947	Implantação de Usina Hidrelétrica Belo Monte com 11.182 MW (PA)	Usina implantada (% de execução física)	01/2006 09/2012	Norte	R\$ Meta 12.500.000.000 100			3.750.000.000 30
9841	Implantação de Usina Hidrelétrica Estreito com 1.087 MW (TO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2005 12/2010	Norte	R\$ Meta 2.331.000.000 100			1.165.500.000 50
9661	Implantação de Usina Hidrelétrica Ipeiras com 520 MW (TO)	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2010	Norte	R\$ Meta 1.547.332.000 100			773.666.000 50
9838	Implantação de Usina Hidrelétrica Jirau com 3.900 MW (RO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2007 12/2014	Norte	R\$ Meta 6.880.000.000 100			688.000.000 10
9839	Implantação de Usina Hidrelétrica Peixe Angical com 452 MW (TO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2002 12/2006	Norte	R\$ Meta 1.225.000.000 100	122.500.000 10	122.500.000 10	980.000.000 80
9629	Implantação de Usina Hidrelétrica Rondon II com 73 MW (RO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2004 12/2005	Norte	R\$ Meta 121.845.000 100			121.845.000 100
9658	Implantação de Usina Hidrelétrica Santo Antônio com 100 MW em Mazagão e Almerim (AP)	Usina implantada (% de execução física)	01/2004 12/2007	Norte	R\$ Meta 432.000.000 100			432.000.000 100
9843	Implantação de Usina Hidrelétrica Santo Antônio com 3.580 MW (RO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2007 12/2014	Norte	R\$ Meta 6.450.000.000 100			645.000.000 10
9840	Implantação de Usina Hidrelétrica São Salvador com 241 MW (TO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2004 12/2008	Norte	R\$ Meta 664.000.000 100			531.200.000 80

Programa **0295 Energia na Região Sul**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9940	Ampliação da Usina Hidrelétrica Itaipu em 1.400 MW (PR)	Usina ampliada (% de execução física)	01/2001 06/2004	Sul	R\$ Meta	600.000.000 100	336.000.000 56	114.000.000 19	150.000.000 25
9800	Implantação de Sistema de Transmissão Campos Novos-Blumenau (525 kV - 375 km) - (SC)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2006	Sul	R\$ Meta	270.000.000 100			270.000.000 100
9614	Implantação de Sistema de Transmissão Campos Novos-Lagoa Vermelha (230 kV - 84 km) - (SC/RS)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2003 12/2004	Sul	R\$ Meta	26.068.968 100		5.213.793 20	20.855.175 80
9803	Implantação de Sistema de Transmissão Cascavel-Foz do Iguaçu Norte (230 kV - 120 km) - (PR)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sul	R\$ Meta	55.000.000 100			55.000.000 100
9611	Implantação de Sistema de Transmissão Gravataí-Porto Alegre (230 kV - 17 km) - (RS)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sul	R\$ Meta	22.000.000 100			22.000.000 100
9804	Implantação de Sistema de Transmissão Ibitiporã-Londrina (230 kV - 20 km) - (PR)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2005 12/2005	Sul	R\$ Meta	11.000.000 100			11.000.000 100
9799	Implantação de Sistema de Transmissão Ivaiporã-Londrina (525 kV - 122 km) - (PR)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sul	R\$ Meta	87.000.000 100			87.000.000 100
9613	Implantação de Sistema de Transmissão Lagoa Vermelha-Santa Maria (230 kV - 90 km) - (RS)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2003 12/2004	Sul	R\$ Meta	27.931.035 100		5.586.207 20	22.344.828 80
9796	Implantação de Sistema de Transmissão Londrina-Assis-Araraquara (525 kV - 306 km) - (PR/SP)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sul	R\$ Meta	432.518.220 100			432.518.220 100
9615	Implantação de Sistema de Transmissão Maçambará-Santo Ângelo (230 kV - 205 km) - (RS)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2003 12/2004	Sul	R\$ Meta	61.658.098 100		15.414.524 25	46.243.574 75
9797	Implantação de Sistema de Transmissão Machadinho-Campos Novos (525 kV - 44 km) - (SC)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sul	R\$ Meta	65.862.590 100			65.862.590 100
9801	Implantação de Sistema de Transmissão Osório II-Arroio do Sal (525 kV - 65 km) - (RS)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sul	R\$ Meta	24.000.000 100			24.000.000 100
9805	Implantação de Sistema de Transmissão Passo Real-Tapera II (230 kV - 58 km)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2006 12/2007	Sul	R\$ Meta	15.000.000 100			15.000.000 100

Programa **0295 Energia na Região Sul**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9808	Implantação de Sistema de Transmissão Posto Fiscal-Governador Parigot/Uberaba (230 kV - 30 km) - (PR)	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Sul	R\$ Meta 45.000.000 100			45.000.000 100
9612	Implantação de Sistema de Transmissão Presidente Médici-Pelotas (230 kV - 130 km) - (RS)	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2003 12/2004	Sul	R\$ Meta 35.000.000 100		8.750.000 25	26.250.000 75
9798	Implantação de Sistema de Transmissão Salto Santiago-Ivaiporã-Cascavel Oeste (525 kV - 376 km) -(PR)	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Sul	R\$ Meta 350.913.210 100			351.000.000 100
9807	Implantação de Sistema de Transmissão Santa Mônica (Seccionamento Governador Parigot de Souza/Pilarzinho e Santa Mônica-São José dos Pinhais) (230 kV - 34 km) - (PR)	<i>Subsistema implantado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Sul	R\$ Meta 83.000.000 100			83.000.000 100
9618	Implantação de Sistema de Transmissão Santo Ângelo-Santa Rosa (230 kV - 54 km) - (RS)	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2003 12/2004	Sul	R\$ Meta 16.241.645 100		4.060.411 25	12.181.234 75
9806	Implantação de Sistema de Transmissão São Jerônimo-Jaguariaiva (230 kV - 155 km)	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2006 12/2007	Sul	R\$ Meta 36.000.000 100			36.000.000 100
9802	Implantação de Sistema de Transmissão Sarandi-Londrina (230 kV - 75 km) - (PR)	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2004 12/2005	Sul	R\$ Meta 29.000.000 100			29.000.000 100
9620	Implantação de Sistema de Transmissão Uruguaiana-Maçambará (230 kV - 130 km) - RS	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	01/2003 12/2004	Sul	R\$ Meta 39.100.257 100		9.775.064 25	29.325.193 75
9625	Implantação de Usina Hidrelétrica 14 de Julho com 100 MW (RS)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta 197.343.000 100			197.343.000 100
9770	Implantação de Usina Hidrelétrica Barra Grande com 690 MW no Rio Pelotas (SC/RS)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2002 12/2006	Sul	R\$ Meta 1.281.000.000 100	256.200.000 20	320.250.000 25	704.550.000 55
9254	Implantação de Usina Hidrelétrica Campos Novos com 880 MW no Rio Canoas (SC)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2002 12/2006	Sul	R\$ Meta 1.600.659.960 100	246.600.000 20	246.600.000 20	1.107.459.960 60
9790	Implantação de Usina Hidrelétrica Castro Alves com 130 MW (RS)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Sul	R\$ Meta 194.300.000 100			194.300.000 100

Programa **0295 Energia na Região Sul**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9791	Implantação de Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó com 855 MW (RS/SC)	Usina implantada (% de execução física)	01/2004 12/2009	Sul	R\$ Meta 1.490.000.000 100			1.043.000.000 70
9616	Implantação de Usina Hidrelétrica Fundão com 120 MW (PR)	Usina implantada (% de execução física)	01/2004 12/2006	Sul	R\$ Meta 205.353.000 100			205.353.000 100
9794	Implantação de Usina Hidrelétrica Mauá com 388 MW (PR)	Usina implantada (% de execução física)	01/2005 12/2009	Sul	R\$ Meta 698.400.000 100			349.200.000 50
9632	Implantação de Usina Hidrelétrica Monjolinho com 67 MW (PR)	Usina implantada (% de execução física)	01/2004 12/2006	Sul	R\$ Meta 148.500.000 100			148.500.000 100
9656	Implantação de Usina Hidrelétrica Monte Claro com 130 MW entre Bento Gonçalves e Veranópolis (RS)	Usina implantada (% de execução física)	01/2002 12/2005	Sul	R\$ Meta 229.000.000 100	22.900.000 10	45.800.000 20	160.300.000 70
9792	Implantação de Usina Hidrelétrica Pai-Querê com 292 MW (RS/SC)	Usina implantada (% de execução física)	01/2005 12/2010	Sul	R\$ Meta 525.600.000 100			344.400.000 60
9789	Implantação de Usina Hidrelétrica Quebra-Queixo com 120 MW (SC)	Usina implantada (% de execução física)	01/2001 12/2004	Sul	R\$ Meta 216.000.000 100	97.200.000 45	108.000.000 50	10.800.000 5
9933	Implantação de Usina Hidrelétrica Salto Grande com 53 MW (PR)	Usina implantada (% de execução física)	01/2005 12/2007	Sul	R\$ Meta 165.214.000 100			165.214.000 100
9793	implantação de Usina Hidrelétrica Salto Pilão com 181 MW (SC)	Usina implantada (% de execução física)	01/2004 12/2009	Sul	R\$ Meta 325.800.000 100			230.480.000 80
9657	Implantação de Usina Hidrelétrica Santa Clara com 120 MW em Candói e Pinhão (PR)	Usina implantada (% de execução física)	01/2003 12/2005	Sul	R\$ Meta 260.500.000 100		52.100.000 20	208.400.000 80
9623	Implantação de Usina Hidrelétrica São João com 60 MW (PR)	Usina implantada (% de execução física)	01/2006 12/2007	Sul	R\$ Meta 121.177.000 100			121.177.000 100
9795	Implantação de Usina Hidrelétrica Telêmaco Borba com 112 MW (PR)	Usina implantada (% de execução física)	01/2006 12/2010	Sul	R\$ Meta 201.600.000 100			40.320.000 20
9635	Implantação de Usina Termelétrica Jacuí com 350 MW em Charqueadas (RS)	Usina implantada (% de execução física)	01/2007 12/2009	Sul	R\$ Meta 420.240.000 100			21.012.000 5

Programa **0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9268	Ampliação de Usina Hidrelétrica Aimorés com 330 MW no Rio Doce (MG)	Usina ampliada (% de execução física)	01/2001 12/2004	Sudeste	R\$ Meta	371.235.000 100	148.494.000 40	148.494.000 40	74.247.000 20
9819	Implantação de Sistema de Transmissão Cachoeira Alta II-São Simão (500 kV - 55 km) - (GO)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2005 12/2006	Centro-Oeste	R\$ Meta	111.000.000 100			111.000.000 100
9937	Implantação de Sistema de Transmissão Chavantes-Botucatu (230 kV - 137 km)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2004	Sudeste	R\$ Meta	36.000.000 100			36.000.000 100
9814	Implantação de Sistema de Transmissão Cuiabá-Ribeirãozinho e Intermediária Itumbiara-Ribeirãozinho-Barra do Peixe (345 kV - 609 km) - (MT)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2006	Centro-Oeste	R\$ Meta	580.000.000 100			580.000.000 100
9941	Implantação de Sistema de Transmissão Furnas-Pimenta II (345 kV - 66 km) - (MG)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sudeste	R\$ Meta	34.000.000 100			34.000.000 100
9622	Implantação de Sistema de Transmissão Guarulhos-Anhangüera (345 kV - 25 km) - (SP)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2003 12/2004	Sudeste	R\$ Meta	50.000.000 100		10.000.000 20	40.000.000 80
9820	Implantação de Sistema de Transmissão Interlagos-Chavantes (345 kV - 8 km)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2006 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	10.000.000 100			10.000.000 100
9816	Implantação de Sistema de Transmissão Itapeti-Nordeste (230 kV - 30 km) - (SP)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sudeste	R\$ Meta	20.000.000 100			20.000.000 100
9626	Implantação de Sistema de Transmissão Itumbiara-Marimondo (500 kV - 210 km) - (MG)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2003 12/2004	Sudeste	R\$ Meta	132.000.000 100		33.000.000 25	99.000.000 75
9813	Implantação de Sistema de Transmissão Macaé-Campos III (345 kV - 90 km) - (RJ)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sudeste	R\$ Meta	43.000.000 100			43.000.000 100
9811	Implantação de Sistema de Transmissão Montes Claros-Irapé (345 kV - 160 km) - (MG)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sudeste	R\$ Meta	116.470.030 100			116.470.030 100
9815	Implantação de Sistema de Transmissão Porto Primavera-Dourados (230 kV - 190 km) - (MS)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Centro-Oeste	R\$ Meta	59.000.000 100			59.000.000 100

Programa **0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9818	Implantação de Sistema de Transmissão Porto Primavera-Imbiruçu (230 kV - 300 km) - (MS)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2006	Centro-Oeste	R\$ Meta 97.000.000 100			97.000.000 100
9810	Implantação de Sistema de Transmissão Rondonópolis-Coxipó-Cuiabá (230 kV - 193 km) - (MT)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Centro-Oeste	R\$ Meta 152.961.440 100			152.961.440 100
9628	Implantação de Sistema de Transmissão Tijuco Preto-Cachoeira Paulista (500 kV - 181 km) - (SP)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2003 12/2004	Sudeste	R\$ Meta 136.000.000 100		27.200.000 20	108.800.000 80
9817	Implantação de Sistema de Transmissão Tijuco Preto-Itapeti (Circuitos 3 e 4) (345 kV - 21 km) - (SP)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sudeste	R\$ Meta 23.000.000 100			23.000.000 100
9812	Implantação de Sistema de Transmissão Utinga-Juiz de Fora (345 kV - 140 km) - (MG)	Sistema implantado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sudeste	R\$ Meta 62.000.000 100			62.000.000 100
9823	Implantação de Usina Hidrelétrica Água Limpa com 320 MW (MT)	Usina implantada (% de execução física)	01/2005 12/2010	Centro-Oeste	R\$ Meta 576.000.000 100			268.000.000 50
9825	Implantação de Usina Hidrelétrica Baguari com 140 MW (MG)	Usina implantada (% de execução física)	01/2006 12/2009	Sudeste	R\$ Meta 392.000.000 100			156.800.000 40
9934	Implantação de Usina Hidrelétrica Barra do Pombo com 70 MW (RJ)	Usina implantada (% de execução física)	01/2007 12/2010	Sudeste	R\$ Meta 175.000.000 100			52.500.000 30
9595	Implantação de Usina Hidrelétrica Barra dos Coqueiros com 90 MW (GO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 139.600.000 100			139.600.000 100
9604	Implantação de Usina Hidrelétrica Baú com 110 MW (MG)	Usina implantada (% de execução física)	01/2003 12/2007	Sudeste	R\$ Meta 198.000.000 100		19.800.000 10	178.200.000 90
9936	Implantação de Usina Hidrelétrica Buriti Queimado com 142 MW (GO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2006 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta 355.000.000 100			177.500.000 50
9927	Implantação de Usina Hidrelétrica Cachoeirão com 64 MW (MT)	Usina implantada (% de execução física)	01/2007 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta 158.000.000 100			4.740.000 30
9824	Implantação de Usina Hidrelétrica Caçu com 65 MW (GO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2003 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta 180.300.000 100		18.030.000 10	162.270.000 90

Programa **0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9271	Implantação de Usina Hidrelétrica Capim Branco I com 240 MW no Rio Araguari (MG)	Usina implantada (% de execução física)	01/2003 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	275.200.000 100	0	27.520.000 10	247.680.000 90
9272	Implantação de Usina Hidrelétrica Capim Branco II com 210 MW no Rio Araguari (MG)	Usina implantada (% de execução física)	01/2003 12/2007	Sudeste	R\$ Meta	299.500.000 100	0	29.950.000 10	269.550.000 90
9597	Implantação de Usina Hidrelétrica Corumbá III com 94 MW (GO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	192.000.000 100			192.000.000 100
9598	Implantação de Usina Hidrelétrica Corumbá IV com 127 MW (GO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2001 12/2004	Centro-Oeste	R\$ Meta	321.600.000 100	96.480.000 30	96.480.000 30	128.640.000 40
9309	Implantação de Usina Hidrelétrica Couto Magalhães com 150 MW (MT/GO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2003 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	280.250.000 100	0	63.000.000 22	217.250.000 78
9663	Implantação de Usina Hidrelétrica Foz do Rio Claro com 72 MW (GO)	Obra executada (% de execução física)	01/2007 01/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta	150.000.000 100			45.000.000 30
9298	Implantação de Usina Hidrelétrica Irapé com 360 MW no Rio Jequitinhonha (MG)	Usina implantada (% de execução física)	01/2003 12/2005	Sudeste	R\$ Meta	920.365.000 100	0	148.050.000 16	772.315.000 84
9662	Implantação de Usina Hidrelétrica Itaguaçu com 130 MW (GO)	Obra executada (% de execução física)	01/2007 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta	369.865.000 100			110.959.500 30
9655	Implantação de Usina Hidrelétrica Itaocara com 195 MW em Itaocara e Aperibé (RJ)	Usina implantada (% de execução física)	01/2004 12/2006	Sudeste	R\$ Meta	400.000.000 100			400.000.000 100
9826	Implantação de Usina Hidrelétrica Maranhão com 125 MW (GO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2006 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta	312.500.000 100			125.000.000 40
9827	Implantação de Usina Hidrelétrica Mirador com 106 MW (GO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2006 12/2008	Centro-Oeste	R\$ Meta	273.000.000 100			191.100.000 70
9258	Implantação de Usina Hidrelétrica Murta com 120 MW no Rio Jequitinhonha (MG)	Usina implantada (% de execução física)	01/2003 12/2006	Sudeste	R\$ Meta	235.000.000 100	0	45.200.000 20	189.800.000 80
9828	Implantação de Usina Hidrelétrica Paulistas com 81 MW (MG/GO)	Usina implantada (% de execução física)	01/2007 12/2010	Centro-Oeste	R\$ Meta	202.500.000 100			40.500.000 20

Programa **0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização		Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
9609	Implantação de Usina Hidrelétrica Picada com 50 MW (GO)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2003 12/2005	Centro-Oeste	R\$ Meta	128.300.000 100		25.660.000 20	102.640.000 80
9829	Implantação de Usina Hidrelétrica Pontal com 99 MW	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2005 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta	178.200.000 100			71.280.000 40
9176	Implantação de Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra com 176 MW no Rio Correntes (MT/MS)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2002 12/2005	Centro-Oeste	R\$ Meta	258.400.000 100	95.237.000 37	33.963.000 13	129.200.000 50
9830	Implantação de Usina Hidrelétrica Porto Galeano com 139 MW (MS)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2005 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta	347.500.000 100			208.500.000 60
9822	Implantação de Usina Hidrelétrica Queimado com 105 MW (GO)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2001 12/2004	Centro-Oeste	R\$ Meta	368.030.000 100	77.480.000 40	96.850.000 50	193.700.000 10
9599	Implantação de Usina Hidrelétrica Salto com 108 MW (GO)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	195.000.000 100			195.000.000 100
9603	Implantação de Usina Hidrelétrica Salto do Rio Verdinho com 93 MW (GO)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	175.000.000 100			175.000.000 100
9312	Implantação de Usina Hidrelétrica Serra do Facão com 212 MW no Rio São Marcos (GO)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2003 12/2007	Centro-Oeste	R\$ Meta	550.000.000 100	0	65.800.000 12	484.200.000 88
9935	Implantação de Usina Hidrelétrica Simplício com 324 MW (RJ)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2007 12/2010	Sudeste	R\$ Meta	583.200.000 100			37.500.000 30
9834	Implantação de Usina Hidrelétrica Toricoejo com 76 MW (MT)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2005 12/2009	Centro-Oeste	R\$ Meta	136.800.000 100			44.620.000 35
9835	Implantação de Usina Hidrelétrica Torixoréu com 408 MW (MG/GO)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2005 12/2010	Sudeste	R\$ Meta	734.400.000 100			293.760.000 40
9290	Implantação de Usina Termelétrica Norte Fluminense com 778 MW em Campos (RJ)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2002 02/2004	Sudeste	R\$ Meta	1.175.460.000 100	587.730.000 50	411.411.000 35	176.319.000 15
9809	Implantação de Usina Termelétrica TermoRio com 1.036 MW (RJ)	<i>Usina implantada (% de execução física)</i>	01/2001 12/2004	Sudeste	R\$ Meta	2.002.000.000 100	800.000.000 40	700.700.000 35	501.300.000 25

Programa **0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
------	--------	-------------------	-------------------	----------------	-------------------	-----------------------	---------------------	------------------------

Programa **0224 Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9777	Financiamento às Empresas Rodoviárias	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	2.900.000.000

Programa **1321 Financiamento Imobiliário Habitacional**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9517	Antecipação de Recebíveis Imobiliários (Construigiro)	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	345.000.000
9570	Financiamento a Pessoas Físicas com Renda de 5 a 12 Salários Mínimos para Aquisição de Imóveis Usados	<i>Familia beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	103.454.000
			Nordeste	509.658.000
			Norte	90.825.000
			Sudeste	821.577.000
			Sul	204.486.000
			Total	1.730.000.000
9571	Financiamento a Pessoas Físicas com Renda de 5 a 12 Salários Mínimos para Atendimento Habitacional	<i>Familia beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	55.016.000
			Nordeste	271.032.000
			Norte	48.300.000
			Sudeste	436.908.000

Programa **1321 Financiamento Imobiliário Habitacional**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9571	Financiamento a Pessoas Físicas com Renda de 5 a 12 Salários Mínimos para Atendimento Habitacional	<i>Família beneficiada (unidade)</i>	Sul	108.744.000
			Total	920.000.000
9572	Financiamento a Pessoas Jurídicas para o Atendimento Habitacional de Famílias com Renda de 5 a 12 Salários Mínimos	<i>Família beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	72.956.000
			Nordeste	359.412.000
			Norte	64.050.000
			Sudeste	579.378.000
			Sul	144.204.000
			Total	1.220.000.000
9515	Financiamento Imobiliário	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	2.000.000.000
9516	Financiamento para Compra de Material de Construção (Construcard)	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	2.000.000.000

Programa **1136 Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9859	Financiamento à Modernização da Gestão Municipal	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	2.276.000.000

Programa **5002 Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação	Título
9664	Avaliação de Sinistros

Programa **5002 Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9480 Inspeções de Cobertura dos Riscos de Propriedade

Programa **0360 Gestão da Política Agropecuária**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9340	Concessão de Crédito Rural	<i>Contrato firmado (unidade)</i>	Nacional	43.466.951
			Nordeste	4.351.980.000
			Total	4.395.446.951
9754	Financiamento da Comercialização de Produtos de Origem Agropecuária (BB Vendor)	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	2.250.000

Programa **0276 Gestão da Política de Energia**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9948 Estudos para Integração Energética com os Países da América Latina

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início Término	Regionalização	Total Estimado	Realizado até 2002	Previsto em 2003	Período 2004 - 2007
7114	Elaboração de Plano Regional e Local de Recuperação e Desenvolvimento das Comunidades afetadas por Empreendimentos do Setor Elétrico	<i>Plano de ação definido (% de execução física)</i>	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ Meta 12.000.000 <i>100</i>			8.500.000 <i>100</i>

Programa **0780** **Gestão da Política de Regulação de Mercados**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9849 Acompanhamento Sistemático de Mercados

Programa **0016** **Gestão da Política de Saúde**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9741 Rede de Colaboradores para a Consolidação da Reforma Sanitária

9733 Reestruturação da Gestão Administrativa do Sistema Único de Saúde

Programa **0411** **Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9541 Implantação de Sistema Nacional de Oportunidades de Investimentos

Programa **1318** **Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9928 Desprecarização do Trabalho no Sistema Único de Saúde

Programa **9991 Habitação de Interesse Social**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9483	Arrendamento Residencial	<i>Família beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	394.680.000
			Nordeste	1.944.360.000
			Norte	346.500.000
			Sudeste	3.134.340.000
			Sul	780.120.000
			Total	6.600.000.000
9558	Financiamento a Pessoas Físicas com Renda até 5 Salários Mínimos para Aquisição de Imóveis Usados	<i>Família beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	49.634.000
			Nordeste	244.518.000
			Norte	43.575.000
			Sudeste	394.167.000
			Sul	98.106.000
			Total	830.000.000
9557	Financiamento a Pessoas Físicas com Renda até 5 Salários Mínimos para Atendimento Habitacional	<i>Família beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	138.138.000
			Nordeste	680.526.000
			Norte	121.275.000
			Sudeste	1.097.019.000
			Sul	273.042.000
			Total	2.310.000.000
9561	Financiamento a Pessoas Jurídicas para o Atendimento Habitacional de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos	<i>Família beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	165.646.000
			Nordeste	854.097.000
			Norte	145.425.000
			Sudeste	1.315.473.000
			Sul	327.414.000
			Total	2.808.055.000
9559	Financiamento ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda	<i>Família beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	38.272.000
			Nordeste	188.544.000

Programa **9991 Habitação de Interesse Social**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007
				R\$
9559	Financiamento ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda	<i>Família beneficiada (unidade)</i>	Norte	33.600.000
			Sudeste	303.936.000
			Sul	75.648.000
			Total	640.000.000
9560	Financiamento Habitacional para Cooperativas e Associações Populares	<i>Família beneficiada (unidade)</i>	Nacional	800.000.000

Programa **0285 Indústria Petroquímica**

Investimentos em Parceria

Ação	Título	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Realizado	Previsto	Período
			Término		Estimado	até 2002	em 2003	2004 - 2007
9593	Implantação do Pólo Gás-Químico no Rio de Janeiro	<i>Polo gás-químico implantado (% de execução física)</i>	01/2000	Sudeste	R\$ 214.082.179	74.792.179	106.500.000	32.790.000
			12/2004		Meta 100	35	55	10

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação	Título
9778	Estudo para implantação de novos projetos

Programa **0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação	Título
9464	Informações sobre Índices da Construção Civil

Programa **9989 Mobilidade Urbana**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9873	Financiamento ao Transporte de Massa	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	8.789.000.000
9930	Financiamento de Infra-estrutura de Transporte Coletivo Urbano (Pró-Transporte)	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	2.400.000.000

Programa **0500 Nacional de Ecoturismo**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9389	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia	<i>Projeto financiado (unidade)</i>	Nacional	78.400.000

Programa **0286 Oferta de Petróleo e Gás Natural**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9780	Financiamento às Empresas Construtoras de Plataformas de Petróleo	<i>Plataforma construída (unidade)</i>	Nacional	7.000.000.000
9779	Financiamento às Empresas Produtoras de Petróleo e Gás Natural	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	790.000.000

Programa **1157 Oferta dos Serviços de Telecomunicações**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
------	--------	-------------------	----------------	----------------------------

Programa **1157 Oferta dos Serviços de Telecomunicações**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9862	Financiamento a Empresas do Setor de Telecomunicações	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	6.550.000.000

Programa **1314 Participação Popular e Intersectorialidade na Reforma Sanitária e no Sistema Único de Saúde**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação	Título
9740	Divulgação de Experiências Inovadoras de Controle e Participação Social em Saúde

Programa **0392 Pólo Industrial de Manaus**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação	Título
9345	Renúncia Fiscal dos Projetos Industriais e de Serviços

Programa **0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação	Título
9438	Produção de Cédulas
9441	Produção de Documentos de Segurança Diversos
9439	Produção de Moedas
9443	Produção de Selos Fiscais

Programa **0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9440 Produção de Selos Postais

Programa **1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9386	Financiamento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional do Nordeste	<i>Projeto financiado (unidade)</i>	Nordeste	20.000.000
9387	Financiamento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional na Amazônia	<i>Projeto financiado (unidade)</i>	Nacional	33.000.000
9576	Fomento à Estruturação de Atividades Produtivas	<i>Produtor beneficiado (unidade)</i>	Nordeste	9.200.000

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9578 Apoio a Projetos Integrados para a Transformação Econômica e Sustentável das Várzeas Amazônicas

9581 Fomento à Utilização Produtiva de Áreas Alteradas

Programa **1022 Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões - PROMOVER**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9582	Financiamento a Empreendimentos de Base Tecnológica na Amazônia Legal	<i>Projeto financiado (unidade)</i>	Norte	32.000.000
9584	Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	1.298.000
9585	Financiamento de Negócios Sustentáveis no Pantanal	<i>Projeto financiado (unidade)</i>	Centro-Oeste	865.000

Programa **1022 Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões - PROMOVER**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9586 Implantação de Oportunidades de Investimento nos Pólos Produtivos da Região Centro-Oeste

Programa **0070 Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9774	Financiamento a Projetos para Inclusão Social de Crianças e Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	151.000.000

Programa **0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H**

Outras Iniciativas e Diretrizes

Ação Título

9949 Cooperação para Formação e Requalificação de Profissionais da Construção Civil

Programa **1137 Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9860	Financiamento à Infra-estrutura Urbana	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	4.351.000.000

Programa **8007 Resíduos Sólidos Urbanos**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9872	Financiamento a Projetos de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	212.000.000
9567	Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistema de Limpeza Pública para o Acondicionamento, Coleta, Separação, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos	<i>Família beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	32.004.000
			Nordeste	101.916.000
			Norte	22.752.000
			Sudeste	148.212.000
			Sul	55.116.000
			Total	360.000.000

Programa **0122 Saneamento Ambiental Urbano**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9568	Financiamento a Concessionárias para o Desenvolvimento Institucional	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Centro-Oeste	43.205.400
			Nordeste	137.586.600
			Norte	30.715.200
			Sudeste	200.086.200
			Sul	74.406.600
			Total	486.000.000
9565	Financiamento a Estados, Municípios e Concessionárias Estaduais e Municipais para Projetos de Saneamento Ambiental Integrado (Prosanear)	<i>Família beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	64.008.000
			Nordeste	203.832.000
			Norte	45.504.000
			Sudeste	296.424.000
			Sul	110.232.000

Programa **0122 Saneamento Ambiental Urbano**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
			Total	720.000.000
9932	Financiamento a Saneamento Básico	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	6.059.000.000
9564	Financiamento para a Elaboração de Projetos de Saneamento Ambiental	<i>Projeto elaborado (unidade)</i>	Nacional	234.000.000
9562	Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água	<i>Família beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	160.020.000
			Nordeste	509.580.000
			Norte	113.760.000
			Sudeste	741.060.000
			Sul	275.580.000
			Total	1.800.000.000
9563	Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários	<i>Família beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	256.032.000
			Nordeste	815.328.000
			Norte	182.016.000
			Sudeste	1.185.696.000
			Sul	440.928.000
			Total	2.880.000.000

Programa **1073 Universidade do Século XXI**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9858	Financiamentos a Projetos na Área da Educação	<i>Financiamento concedido (unidade)</i>	Nacional	345.000.000

Programa **1128 Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários**

Financiamentos por Entidades Oficiais de Crédito

Ação	Título	Produto (unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007 R\$
9569	Financiamento a Pessoas Físicas para Melhoria Habitacional	<i>Familia beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	76.544.000
			Nordeste	377.088.000
			Norte	67.200.000
			Sudeste	607.872.000
			Sul	151.296.000
			Total	1.280.000.000
9566	Financiamento para Urbanização de Assentamentos Precários	<i>Familia beneficiada (unidade)</i>	Centro-Oeste	113.620.000
			Nordeste	559.740.000
			Norte	99.750.000
			Sudeste	902.310.000
			Sul	224.580.000
			Total	1.900.000.000